



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

DIÁRIO DO CONGRESSO NACIONAL

ANO LXXI Nº 19 QUINTA-FEIRA, 22 DE SETEMBRO DE 2016



BRASÍLIA - DF



COMPOSIÇÃO DA MESA DO CONGRESSO NACIONAL

Senador Renan Calheiros (PMDB-AL)
Presidente

Deputado Waldir Maranhão (PP-MA)
1º Vice-Presidente

Senador Romero Jucá (PMDB-RR)
2º Vice-Presidente

Deputado Beto Mansur (PRB-SP)
1º Secretário

Senador Zeze Perrella (PDT-MG)
2º Secretário

Deputada Mara Gabrilli (PSDB-SP)
3ª Secretária

Senadora Ângela Portela (PT-RR)
4ª Secretária

COMPOSIÇÃO DA MESA DO SENADO FEDERAL

Senador Renan Calheiros (PMDB-AL)
Presidente

Senador Jorge Viana (PT-AC)
1º Vice-Presidente

Senador Romero Jucá (PMDB-RR)
2º Vice-Presidente

Senador Vicentinho Alves (PR-TO)
1º Secretário

Senador Zeze Perrella (PTB-MG)
2º Secretário

Senador Gladson Cameli (PP-AC)
3º Secretário

Senadora Angela Portela (PT-RR)
4ª Secretária

SUPLENTE DE SECRETÁRIO
1º - Senador Sérgio Petecão (PSD-AC)
2º - Senador João Alberto Souza (PMDB-MA)
3º - Senador Elmano Férrer (PTB-PI)
4º - Vago

COMPOSIÇÃO DA MESA DA CÂMARA DOS DEPUTADOS

Deputado Rodrigo Maia (DEM-RJ)
Presidente

Deputado Waldir Maranhão (PP-MA)
1º Vice-Presidente

Deputado Giacobbo (PR-PR)
2º Vice-Presidente

Deputado Beto Mansur (PRB-SP)
1º Secretário

Deputado Felipe Bornier (PROS-RJ)
2º Secretário

Deputada Mara Gabrilli (PSDB-SP)
3ª Secretária

Alex Canziani (PTB-PR)
4º Secretário

SUPLENTE DE SECRETÁRIO
1º - Deputado Mandetta (DEM-MS)
2º - Deputado Gilberto Nascimento (PSC-SP)
3º - Deputada Luiza Erundina (PSOL-SP)
4º - Deputado Ricardo Izar (PP-SP)



Publicado sob a responsabilidade da Presidência do Senado Federal (Art. 48, RISF)

Luiz Fernando Bandeira de Mello Filho
Secretário-Geral da Mesa do Senado Federal

Rogério de Castro Pastori
Diretor da Secretaria de Atas e Diários

Roberta Lys de Moura Rocha
Coordenadora de Elaboração de Diários

Deraldo Ruas Guimarães
Coordenador de Registros e Textos Legislativos de Plenários

Ilana Trombka
Diretora-Geral do Senado Federal

Florian Augusto Coutinho Madruga
Diretor da Secretaria de Editoração e Publicações

Hélio Lopes de Azevedo
Coordenador Industrial

Quésia de Farias Cunha
Diretora da Secretaria de Registro e Redação Parlamentar



ELABORADO PELA SECRETARIA-GERAL DA MESA DO SENADO FEDERAL
SECRETARIA DE ATAS E DIÁRIOS

CONGRESSO NACIONAL

SUMÁRIO

PARTE I

1 – ATA DA 15ª SESSÃO, DELIBERATIVA, EM 20 DE SETEMBRO DE 2016.....	6
1.1 – ABERTURA	15
1.2 – EXPEDIENTE	
1.2.1 – Questões de Ordem	
Suscitada pelo Deputado Bacelar e respondida pela Presidência.....	15
Suscitada pela Deputada Benedita da Silva e não recebida pela Presidência	15
1.2.2 – Oradores	
DEPUTADO DANILO FORTE, como Líder - Registro da necessidade de se votar a Lei de Diretrizes Orçamen- tárias como incentivo ao desenvolvimento brasileiro.....	17
DEPUTADO HILDO ROCHA - Indignação com a tentativa de votação de projeto visando anistiar políticos que utilizaram caixa dois durante eleições passadas.....	19
1.2.3 – Questões de Ordem	
Suscitada pela Deputada Benedita da Silva.....	20
Suscitada pela Deputada Erika Kokay, contraditada pelo Deputado Domingos Sávio e indeferida pela Pre- sidência	21
1.2.4 – Oradores (continuação)	
DEPUTADO RONALDO LESSA, como Líder - Insatisfação com a atuação das justiças eleitoral e do trabalho	23
SENADORA ROSE DE FREITAS, como Líder - Lamento pela não realização da sessão do Congresso Nacional no dia de ontem	24
1.2.5 – Expediente encaminhado à publicação (vide Parte II).....	25
1.2.6 – Oradores (continuação)	
DEPUTADO DOMINGOS SÁVIO - Defesa da votação da criminalização do caixa dois sem nenhuma anistia..	25
DEPUTADO SILVIO TORRES - Indignação com a diminuição do número de empregos formais no Brasil su- postamente causada pelo modelo econômico do Governo do PT; e outro assunto	25
DEPUTADO DANIEL ALMEIDA, como Líder - Esclarecimento de que o PCdoB tem posição contrária à anistia ao caixa dois em eleições passadas; e outro assunto.....	26
DEPUTADO CARLOS MANATO - Críticas a alguns integrantes do Poder Legislativo do Município de Alegre- -ES	27
DEPUTADO MAURO PEREIRA, como Líder - Apoio ao Governo Temer; e outro assunto	28
DEPUTADO CHICO ALENCAR - Repúdio à emenda, constante do projeto de lei que criminaliza o caixa dois, que visa anistiar atos da mesma natureza praticados no passado	28
DEPUTADA LUIZA ERUNDINA - Lamento pela tentativa de se votar a anistia à prática do caixa dois; e outro assunto.....	30
DEPUTADO IVAN VALENTE, como Líder - Desaprovação à emenda que anistiará atos de caixa dois já prati- cados.....	31
DEPUTADA BENEDITA DA SILVA - Críticas à tentativa de se acabar com o combate à corrupção no Brasil; e outros assuntos	32
DEPUTADO BOHN GASS - Críticas ao Governo Temer pela tentativa de diminuir investimentos públicos em áreas sociais.....	33
DEPUTADO LUIS CARLOS HEINZE - Alerta para os entraves à produção agrícola no Brasil	34
DEPUTADO SÁGUAS MORAES - Desaprovação às medidas adotadas pelo Governo Federal que resultariam em redução de recursos destinados à educação.....	35
DEPUTADO DÉCIO LIMA - Defesa das conquistas dos Governos do PT	36
DEPUTADA ERIKA KOKAY - Críticas à proposta de redução de aplicação de recursos públicos no Fies	36



DEPUTADO HELDER SALOMÃO – Alerta para o suposto retrocesso a ser implementado pelo Governo Federal no Ensino Médio	37
DEPUTADO LAERTE BESSA - Imputação ao PT de ter sido o autor da proposta que visava anistiar condutas de caixa dois.....	38
DEPUTADO JÚLIO CESAR - Regozijo pela aprovação, no Senado, da Medida Provisória que autoriza a liquidação e a renegociação de dívidas de crédito rural	38
DEPUTADO CARLOS MANATO - Apoio à candidatura do Sr. Amaro Neto para prefeito de Vitória-ES.....	39
DEPUTADO EDINHO BEZ - Preocupação com roubos e furtos de fiação da rede elétrica e de telecomunicações.	40
1.3 – ENCERRAMENTO	41

PARTE II

2 – MATÉRIAS E DOCUMENTOS DA 15ª SESSÃO

2.1 – EXPEDIENTE

2.1.1 – Arquivamento

Arquivamento da Mensagem nº 12/2016-CN (nº 420/2016, na origem), conforme Acordo de Procedimentos encaminhado pela Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização	42
---	----

2.1.2 – Aviso do Ministro de Estado da Fazenda

Nº 20/2016 (nº 361/2016, na origem), que encaminha o Relatório de Desempenho do Fundo Soberano do Brasil – FSB, relativo ao segundo trimestre de 2016. <i>Estabelecimento de calendário para tramitação da matéria</i>	44
---	----

2.1.3 – Comunicações

Da Liderança do Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia no Senado Federal, de indicação e substituição de membros na Comissão Mista destinada a proferir parecer sobre a Medida Provisória nº 744/2016 (Memorando nº 57/2016). <i>Será feita a substituição solicitada</i>	55
---	----

Da Liderança do Bloco Parlamentar PMDB/PEN na Câmara dos Deputados, de substituição de membros na Comissão Mista destinada a proferir parecer sobre a Medida Provisória nº 745/2016 (Ofício nº 789/2016). <i>Serão feitas as substituições solicitadas</i>	56
---	----

Da Liderança do PPS na Câmara dos Deputados, de substituição de membro na Comissão Mista destinada a proferir parecer sobre a Medida Provisória nº 744/2016 (Ofício nº 118/2016). <i>Será feita a substituição solicitada</i> ...	57
--	----

Da Liderança da Minoria no Congresso Nacional, de indicação do Senador Paulo Rocha como Vice-Líder do referido Bloco (Ofício nº 416/2016)	58
--	----

2.1.4 – Discurso encaminhado à publicação

DEPUTADO DANILO FORTE - Enaltecimento da Universidade Federal do Ceará por sua classificação como a décima melhor universidade do País segundo ranking universitário do jornal <i>Folha de S.Paulo</i>	59
--	----

2.1.5 – Mensagem do Ministro do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão

Nº 485/2016, na origem, que encaminha informações complementares ao Projeto de Lei Orçamentária para o exercício de 2017 (Projeto de Lei nº 18/2016-CN)	60
---	----

2.1.6 – Ofício da Câmara dos Deputados

Nº 1.397/2016, que comunica a declaração da perda do mandato do Deputado Eduardo Cunha	61
--	----

2.1.7 – Projeto de Lei do Congresso Nacional

Nº 19/2016, do Presidente da República, que <i>Altera a Lei nº 13.249, de 13 de janeiro de 2016, que institui o Plano Plurianual da União para o período de 2016 a 2019</i> (Mensagem nº 486/2016, na origem). <i>Estabelecimento de calendário para tramitação da matéria</i>	62
---	----

2.1.8 – Veto

Veto Total nº 37/2016, apostado ao Projeto de Lei da Câmara nº 32/2016 (Mensagem nº 493/2016, do Presidente da República)	72
--	----

3 – MATÉRIAS E DOCUMENTOS DIVERSOS

3.1 – EXPEDIENTE

3.1.1 – Adoção de Medida Provisória

Adoção da Medida Provisória nº 745/2016, que <i>autoriza o Banco Central do Brasil a adquirir papel moeda e moeda metálica fabricados fora do País por fornecedor estrangeiro. Constituição da Comissão Mista e estabelecimento de calendário para tramitação da matéria</i> (Ofícios nºs 313/2016-Bloco Parlamentar PP/PTB/PSC/CD e 44/2016-Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia/SF)	76
---	----

3.1.2 – Término de prazos

Término do prazo, em 16 de julho último, sem edição de decreto legislativo que discipline as relações jurídicas decorrentes da adoção da Medida Provisória nº 700/2015. <i>Extinção da Comissão Mista destinada à apreciação da matéria</i>	80
---	----

Término do prazo, em 19 do corrente, sem edição de decreto legislativo que discipline as relações jurídicas decorrentes da adoção da Medida Provisória nº 713/2016. <i>Extinção da Comissão Mista destinada à apreciação da matéria</i>	80
---	----



PARTE III

4 – LEIS PROMULGADAS

Nº 13.338/2016 que abre ao Orçamento Fiscal da União, em favor de Encargos Financeiros da União e do Ministério do Desenvolvimento Agrário, crédito suplementar no valor de R\$ 2.457.162.512,00, para reforço das dotações constantes da Lei Orçamentária vigente..... 81

Nº 13.339/2016, que abre crédito extraordinário, em favor da Justiça Eleitoral, no valor de R\$ 150.000.000,00, para o fim que especifica..... 85

5 – COMISSÕES MISTAS..... 87

6 – CONSELHOS E ÓRGÃOS 101



15ª Sessão, Deliberativa, em 20 de Setembro de 2016

2ª Sessão Legislativa Ordinária da 55ª Legislatura

Presidência dos Srs. Waldir Maranhão, Carlos Manato e Delegado Edson Moreira.

(Inicia-se a sessão às 11 horas e 28 minutos e encerra-se às 13 horas e 57 minutos.)

É o seguinte o registro de comparecimento das Sr^{as} e dos Srs. Senadores:

	Congresso Nacional	Data: 27/09/2016
	Secretaria Geral da Mesa	Hora: 10:07
	Relação de Presença na Sessão (Senadores)	Número: 38

55ª LEGISLATURA
SEGUNDA SESSÃO LEGISLATIVA
ORDINÁRIA
SESSÃO CONJUNTA Nº 015 - 20/09/2016

Presidente da Casa: Renan Calheiros - PMDB/AL

Presidiram a Sessão: Waldir Maranhão - 11:32
 Carlos Manato - 12:40
 Delegado Edson Moreira - 13:48
 Carlos Manato - 13:54

Registro Eletrônico de Presença em Plenário

Início : 20/09/2016 11:28
Fim : 20/09/2016 13:57

Total de Presentes: 41

	Partido	Bloco
RORAIMA		
Romero Jucá	PMDB	
Presentes de Roraima : 1		
AMAPÁ		
Randolfe Rodrigues	REDE	
Presentes de Amapá : 1		
PARÁ		
Flexa Ribeiro	PSDB	
Presentes de Pará : 1		
AMAZONAS		
Eduardo Braga	PMDB	
Presentes de Amazonas : 1		
RONDONIA		
Ivo Cassol	PP	
Pastor Valadares	PDT	
Valdir Raupp	PMDB	
Presentes de Rondonia : 3		
TOCANTINS		
Ataídes Oliveira	PSDB	
Presentes de Tocantins : 1		
MARANHÃO		
Edison Lobão	PMDB	
Presentes de Maranhão : 1		
CEARÁ		
Eunício Oliveira	PMDB	
Tasso Jereissati	PSDB	
Presentes de Ceará : 2		
PIAUÍ		
Elmano Férrer	PTB	PrPtBPrbPscPtc
Presentes de Piauí : 1		





Congresso Nacional
Secretaria Geral da Mesa
Relação de Presença na Sessão (Senadores)

Data: 27/09/2016
 Hora: 10:07
 Número: 38

	Partido	Bloco
RIO GRANDE DO NORTE		
Garibaldi Alves Filho	PMDB	
José Agripino	DEM	
Presentes de Rio Grande do Norte : 2		
PARAÍBA		
Deca	PSDB	
José Maranhão	PMDB	
Presentes de Paraíba : 2		
PERNAMBUCO		
Fernando Bezerra Coelho	PSB	
Presentes de Pernambuco : 1		
ALAGOAS		
Renan Calheiros	PMDB	
Presentes de Alagoas : 1		
SERGIPE		
Antonio Carlos Valadares	PSB	
Eduardo Amorim	PSC	PrPtBPrbPscPtc
Presentes de Sergipe : 2		
BAHIA		
Roberto Muniz	PP	
Presentes de Bahia : 1		
MINAS GERAIS		
Aécio Neves	PSDB	
Presentes de Minas Gerais : 1		
ESPÍRITO SANTO		
Magno Malta	PR	PrPtBPrbPscPtc
Ricardo Ferraço	PSDB	
Rose de Freitas	PMDB	
Presentes de Espírito Santo : 3		
RIO DE JANEIRO		
Eduardo Lopes	PRB	PrPtBPrbPscPtc
Presentes de Rio de Janeiro : 1		
SÃO PAULO		
Aloysio Nunes Ferreira	PSDB	
José Aníbal	PSDB	
Presentes de São Paulo : 2		
MATO GROSSO		
Wellington Fagundes	PR	PrPtBPrbPscPtc
Presentes de Mato Grosso : 1		
DISTRITO FEDERAL		
Cristovam Buarque	PPS	
Presentes de Distrito Federal : 1		
GOIÁS		
Ronaldo Caiado	DEM	
Wilder Moraes	PP	
Presentes de Goiás : 2		





Congresso Nacional
Secretaria Geral da Mesa
Relação de Presença na Sessão (Senadores)

Data: 27/09/2016
Hora: 10:07
Número: 38

	Partido	Bloco
MATO GROSSO DO SUL		
Pedro Chaves	PSC	PrPtBPrbPscPtc
Simone Tebet	PMDB	
Waldemir Moka	PMDB	
Presentes de Mato Grosso do Sul : 3		
PARANÁ		
Álvaro Dias	PV	
Presentes de Paraná : 1		
SANTA CATARINA		
Dalírio Beber	PSDB	
Dário Berger	PMDB	
Paulo Bauer	PSDB	
Presentes de Santa Catarina : 3		
RIO GRANDE DO SUL		
Ana Amélia	PP	
Lasier Martins	PDT	
Presentes de Rio Grande do Sul : 2		



É o seguinte o registro de comparecimento das Sras e dos Srs. Deputados:



Congresso Nacional
Secretaria Geral da Mesa
Relação de Presença na Sessão (Deputados)

Data: 27/09/2016

Hora: 10:11

Número: 38

55ª LEGISLATURA**SEGUNDA SESSÃO LEGISLATIVA
ORDINÁRIA****SESSÃO CONJUNTA Nº 015 - 20/09/2016****Presidente da Casa: Renan Calheiros - PMDB/AL**
Presidiram a Sessão: Waldir Maranhão - 11:32
 Carlos Manato - 12:40
 Delegado Edson Moreira - 13:48
 Carlos Manato - 13:54
Registro Eletrônico de Presença em Plenário**Início : 20/09/2016 11:28****Fim : 20/09/2016 13:57****Total de Presentes: 206**

	Partido	Bloco
RORAIMA		
Carlos Andrade	PHS	
Maria Helena	PSB	
Presentes de Roraima : 2		
AMAPÁ		
André Abdon	PP	PpPtBPsc
Cabuçu Borges	PMDB	PmdbPen
Vinicius Gurgel	PR	
Presentes de Amapá : 3		
PARÁ		
Joaquim Passarinho	PSD	
José Priante	PMDB	PmdbPen
Júlia Marinho	PSC	PpPtBPsc
Nilson Pinto	PSDB	
Presentes de Pará : 4		
AMAZONAS		
Alfredo Nascimento	PR	
Átila Lins	PSD	
Conceição Sampaio	PP	PpPtBPsc
Marcos Rotta	PMDB	PmdbPen
Pauderney Avelino	DEM	
Presentes de Amazonas : 5		
RONDONIA		
Luiz Cláudio	PR	
Marcos Rogério	DEM	
Mariana Carvalho	PSDB	
Presentes de Rondonia : 3		
ACRE		
Alan Rick	PRB	
Angelim	PT	
Rocha	PSDB	
Presentes de Acre : 3		
TOCANTINS		
Carlos Henrique Gaguim	PTN	PtnPtBPsi
Presentes de Tocantins : 1		





Congresso Nacional
Secretaria Geral da Mesa
Relação de Presença na Sessão (Deputados)

Data: 27/09/2016

Hora: 10:11

Número: 38

	Partido	Bloco
MARANHÃO		
Alberto Filho	PMDB	PmdbPen
Cleber Verde	PRB	
Davi Alves Silva Júnior	PR	
Hildo Rocha	PMDB	PmdbPen
João Marcelo Souza	PMDB	PmdbPen
José Reinaldo	PSB	
Juscelino Filho	DEM	
Pedro Fernandes	PTB	PpPtBPsc
Waldir Maranhão	PP	PpPtBPsc
Zé Carlos	PT	
Presentes de Maranhão : 10		
CEARÁ		
Adail Carneiro	PP	PpPtBPsc
Aníbal Gomes	PMDB	PmdbPen
Chico Lopes	PCdoB	
Danilo Forte	PSB	
Gorete Pereira	PR	
Moroni Torgan	DEM	
Presentes de Ceará : 6		
PIAUI		
Átila Lira	PSB	
Heráclito Fortes	PSB	
Júlio Cesar	PSD	
Marcelo Castro	PMDB	PmdbPen
Rodrigo Martins	PSB	
Silas Freire	PR	
Presentes de Piauí : 6		
RIO GRANDE DO NORTE		
Felipe Maia	DEM	
Rafael Motta	PSB	
Rogério Marinho	PSDB	
Zenaide Maia	PR	
Presentes de Rio Grande do Norte : 4		
PARAÍBA		
Efraim Filho	DEM	
Luiz Couto	PT	
Pedro Cunha Lima	PSDB	
Rômulo Gouveia	PSD	
Presentes de Paraíba : 4		
PERNAMBUCO		
Carlos Eduardo Cadoca	PDT	
Creuza Pereira	PSB	
Fernando Monteiro	PP	PpPtBPsc
Gonzaga Patriota	PSB	
Jarbas Vasconcelos	PMDB	PmdbPen
Pastor Eurico	PHS	
Severino Ninho	PSB	
Presentes de Pernambuco : 7		
ALAGOAS		
Pedro Vilela	PSDB	
Ronaldo Lessa	PDT	
Val Amélio	PRTB	
Presentes de Alagoas : 3		





Congresso Nacional
Secretaria Geral da Mesa
Relação de Presença na Sessão (Deputados)

Data: 27/09/2016

Hora: 10:11

Número: 38

	Partido	Bloco
SERGIPE		
Adelson Barreto	PR	
Andre Moura	PSC	PpPtBPsc
Bosco Costa	PROS	
Fábio Mitidieri	PSD	
Laercio Oliveira	Solidaried	
Presentes de Sergipe : 5		
BAHIA		
Antonio Imbassahy	PSDB	
Bacelar	PTN	PtnPtdoBPsl
Benito Gama	PTB	PpPtBPsc
Daniel Almeida (*)	PCdoB	
Erivelton Santana	PEN	PmdbPen
Félix Mendonça Júnior	PDT	
João Carlos Bacelar	PR	
José Carlos Aleluia	DEM	
José Carlos Araújo	PR	
José Rocha	PR	
Jutahy Junior	PSDB	
Paulo Azi	DEM	
Paulo Magalhães	PSD	
Roberto Britto	PP	PpPtBPsc
Ronaldo Carletto	PP	PpPtBPsc
Uldurico Junior	PV	
Presentes de Bahia : 16		
MINAS GERAIS		
Adelmo Carneiro Leão	PT	
Delegado Edson Moreira	PR	
Domingos Sávio	PSDB	
Eduardo Barbosa	PSDB	
Fábio Ramalho	PMDB	PmdbPen
Gabriel Guimarães	PT	
George Hilton	PROS	
Jaime Martins	PSD	
Leonardo Quintão	PMDB	PmdbPen
Lincoln Portela	PRB	
Marcelo Álvaro Antônio	PR	
Marcelo Aro	PHS	
Mauro Lopes	PMDB	PmdbPen
Rodrigo de Castro	PSDB	
Saraiva Felipe	PMDB	PmdbPen
Subtenente Gonzaga	PDT	
Tenente Lúcio	PSB	
Toninho Pinheiro	PP	PpPtBPsc
Presentes de Minas Gerais : 18		
ESPÍRITO SANTO		
Carlos Manato	Solidaried	
Helder Salomão	PT	
Marcus Vicente	PP	PpPtBPsc
Presentes de Espírito Santo : 3		





Congresso Nacional
Secretaria Geral da Mesa
Relação de Presença na Sessão (Deputados)

Data: 27/09/2016

Hora: 10:11

Número: 38

	Partido	Bloco
RIO DE JANEIRO		
Alexandre Valle	PR	
Altineu Côrtes	PMDB	PmdbPen
Benedita da Silva	PT	
Cabo Daciolo	PTdoB	PtnPtdoBPsl
Celso Jacob	PMDB	PmdbPen
Celso Pansera	PMDB	PmdbPen
Chico Alencar	PSOL	
Chico D Angelo	PT	
Felipe Bornier	PROS	
Jair Bolsonaro	PSC	PpPtbpSc
Jean Wyllys	PSOL	
Luiz Carlos Ramos	PTN	PtnPtdoBPsl
Miro Teixeira	REDE	
Paulo Feijó	PR	
Soraya Santos	PMDB	PmdbPen
Sóstenes Cavalcante	DEM	
Walney Rocha	PEN	PmdbPen
Presentes de Rio de Janeiro : 17		





Congresso Nacional
Secretaria Geral da Mesa
Relação de Presença na Sessão (Deputados)

Data: 27/09/2016

Hora: 10:11

Número: 38

	Partido	Bloco
SÃO PAULO		
Alexandre Leite	DEM	
Andres Sanchez	PT	
Antonio Bulhões	PRB	
Arlindo Chinaglia	PT	
Baleia Rossi	PMDB	PmdbPen
Bruna Furlan	PSDB	
Capitão Augusto	PR	
Carlos Sampaio	PSDB	
Dr. Sinval Malheiros	PTN	PtnPtdoBPsl
Eduardo Bolsonaro	PSC	PpPtBPsc
Eduardo Cury	PSDB	
Evandro Gussi	PV	
Fausto Pinato	PP	PpPtBPsc
Flavinho	PSB	
Gilberto Nascimento	PSC	PpPtBPsc
Ivan Valente	PSOL	
Jefferson Campos	PSD	
João Paulo Papa	PSDB	
José Mentor	PT	
Lobbe Neto	PSDB	
Luiza Erundina	PSOL	
Marcelo Aguiar	DEM	
Marcio Alvino	PR	
Miguel Haddad	PSDB	
Miguel Lombardi	PR	
Milton Monti	PR	
Missionário José Olimpio	DEM	
Nelson Marquezelli	PTB	PpPtBPsc
Orlando Silva	PCdoB	
Paulo Freire	PR	
Ricardo Tripoli	PSDB	
Roberto de Lucena	PV	
Sérgio Reis	PRB	
Silvio Torres	PSDB	
Tiririca	PR	
Vanderlei Macris	PSDB	
Vicente Candido	PT	
Vicentinho	PT	
Vinicius Carvalho	PRB	
Vitor Lippi	PSDB	

Presentes de São Paulo : 40**MATO GROSSO**

Carlos Bezerra	PMDB	PmdbPen
Ezequiel Fonseca	PP	PpPtBPsc
Ságuas Moraes	PT	
Tampinha	PSD	
Valtenir Pereira	PMDB	PmdbPen

Presentes de Mato Grosso : 5



Congresso Nacional
Secretaria Geral da Mesa
Relação de Presença na Sessão (Deputados)

Data: 27/09/2016

Hora: 10:11

Número: 38

	Partido	Bloco
DISTRITO FEDERAL		
Alberto Fraga	DEM	
Augusto Carvalho	Solidaried	
Erika Kokay	PT	
Izalci	PSDB	
Laerte Bessa	PR	
Rogério Rosso	PSD	
Ronaldo Fonseca	PROS	
Presentes de Distrito Federal : 7		
GOIÁS		
Jovair Arantes	PTB	PpPtBPsc
Pedro Chaves	PMDB	PmdbPen
Thiago Peixoto	PSD	
Presentes de Goiás : 3		
MATO GROSSO DO SUL		
Vander Loubet	PT	
Presentes de Mato Grosso do Sul : 1		
PARANÁ		
Alfredo Kaefer	PSL	PtnPtdoBPsl
Christiane de Souza Yared	PR	
Dilceu Sperafico	PP	PpPtBPsc
Leopoldo Meyer	PSB	
Luiz Carlos Hauly	PSDB	
Marcelo Belinati	PP	PpPtBPsc
Nelson Meurer	PP	PpPtBPsc
Nelson Padovani	PSDB	
Paulo Martins	PSDB	
Rubens Bueno	PPS	
Sandro Alex	PSD	
Presentes de Paraná : 11		
SANTA CATARINA		
Carmen Zanotto	PPS	
Décio Lima	PT	
Edinho Bez	PMDB	PmdbPen
Geovania de Sá	PSDB	
Jorginho Mello	PR	
Rogério Peninha Mendonça	PMDB	PmdbPen
Ronaldo Benedet	PMDB	PmdbPen
Valdir Colatto	PMDB	PmdbPen
Presentes de Santa Catarina : 8		
RIO GRANDE DO SUL		
Bohn Gass	PT	
Cajar Nardes	PR	
Carlos Gomes	PRB	
Darcísio Perondi	PMDB	PmdbPen
Jones Martins	PMDB	PmdbPen
José Fogaça	PMDB	PmdbPen
Jose Stédile	PSB	
Luis Carlos Heinze	PP	PpPtBPsc
Mauro Pereira	PMDB	PmdbPen
Onyx Lorenzoni	DEM	
Paulo Pimenta	PT	
Presentes de Rio Grande do Sul : 11		



ATA

O SR. PRESIDENTE (Waldir Maranhão. Bloco/PP - MA) – As listas de presença acusam o comparecimento de 54 Sr^{as} e Srs. Senadores e de 163 Sr^{as} e Srs. Deputados.

Há número regimental. Declaro aberta a sessão.

Sob proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

O SR. BACELAR (Bloco/PTN - BA) – Questão de ordem, Sr. Presidente.

O SR. IVAN VALENTE (PSOL - SP) – Novo painel, Sr. Presidente.

O SR. BOHN GASS (PT - RS) – Questão de ordem, Sr. Presidente.

O SR. BACELAR (Bloco/PTN - BA. Para uma questão de ordem. Sem revisão do orador.) – Questão de ordem.

Sr. Presidente, como podemos abrir uma sessão do Congresso Nacional estando o Senado Federal funcionando? É uma afronta ao princípio da unicidade. O Congresso Nacional não existe. O que existe é sessão conjunta da Câmara e do Senado, que se transforma em Congresso Nacional.

Por isso, solicito a V. Ex^a a suspensão da sessão até que o Senado Federal encerre a sua sessão.

O SR. PRESIDENTE (Waldir Maranhão. Bloco/PP - MA) – Questão de ordem respondida pela Mesa: a Presidência esclarece inicialmente que o inciso II, §6º, do art. 154 do Regimento do Senado Federal preceitua que a sessão não se realizará quando o período de duração coincidir, embora parcialmente, com a sessão conjunta do Congresso Nacional.

Depreende-se desse dispositivo regimental que a sessão do Congresso Nacional tem precedência à sessão deliberativa do Senado Federal. Desse modo, a sessão conjunta do Congresso pode se iniciar e ter continuidade no momento em que se realiza a sessão deliberativa do Senado. Além disso, a vedação à coincidência de horário entre as sessões deliberativas se refere ao tempo destinado à Ordem do Dia, como se infere no disposto no parágrafo único do art. 107 do Regimento Interno do Senado Federal, que assim preceitua: “em qualquer hipótese, a reunião de comissão permanente ou temporária não poderá coincidir com o tempo reservado à Ordem do Dia das sessões deliberativas ordinárias do Senado.”

Ora, se o Regimento do Senado limita a coincidência de horário entre as reuniões das comissões somente ao tempo atinente à Ordem do Dia, simetricamente também seria possível estender essa limitação à Ordem do Dia das sessões deliberativas do Senado e do Congresso.

Assim, pelos motivos expostos, indefiro a questão de ordem formulada por V. Ex^a.

O SR. BACELAR (Bloco/PTN - BA. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, solicito a sua compreensão, haja vista que o senhor é um Deputado de primeiro mandato. Mas vamos, Sr. Presidente, para o mundo real. Pode haver uma sessão da Câmara sem Deputados? Então, esse modelo, esse paradigma se aplica a uma sessão do Congresso Nacional. Pode haver uma sessão do Congresso sem Senadores presentes?

O SR. BOHN GASS (PT - RS) – Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Waldir Maranhão. Bloco/PP - MA) – Declaro a V. Ex^a que nós vamos cumprir os 30 minutos iniciais, e, não havendo o quórum, certamente a sessão cairá. Mas vamos cumprir, na forma regimental, os 30 minutos iniciais.

O SR. BOHN GASS (PT - RS. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, são duas questões. Primeira, sobre essa questão de ordem de que somos signatários, temos a mesma interpretação de que não é possível nós iniciarmos uma sessão no momento em que está uma outra sessão do Senado em andamento. É como qualquer comissão também que perde a sua eficácia no momento em que há Ordem do Dia aqui. É similar, inclusive. Sobre o seu indeferimento, nós faremos recurso. Mas queremos insistir no novo painel.

O SR. PRESIDENTE (Waldir Maranhão. Bloco/PP - MA) – Já foi aberto o novo painel.

O SR. BOHN GASS (PT - RS) – O Regimento nos ampara num novo painel.

O SR. PRESIDENTE (Waldir Maranhão. Bloco/PP - MA) – Já foi aberto o novo painel.

O SR. BOHN GASS (PT - RS) – Trata-se de uma questão de orientação obstrução da nossa Bancada do PT, que é uma obstrução política, porque nós não aceitamos que o centro do debate aqui seja exatamente permitir que, na Lei de Diretrizes Orçamentárias, aquilo que ficou consignado como as tais “pedaladas” feitas e que foi o ápice da condenação da Presidenta Dilma nesta Casa seja agora liberado para permitir que o próximo Presidente possa fazer a mesma coisa sem receber a imputação, como foi feito com a Presidenta Dilma. Nós não podemos aceitar isso.

Então, eu solicito à Bancada do PT que se mantenha não registrando presença. E solicitamos a suspensão da sessão, o encerramento.

O SR. PRESIDENTE (Waldir Maranhão. Bloco/PP - MA) – Estamos atentos aos 30 minutos iniciais. Não



havendo quórum, certamente a sessão cairá.

O SR. DANILO FORTE (PSB - CE) – Pela Liderança.

O SR. PRESIDENTE (Waldir Maranhão. Bloco/PP - MA) – Concedo a palavra ao Deputado Danilo Forte, pela Liderança do PSB.

O SR. DANILO FORTE (PSB - CE) – O tempo de Liderança, Presidente.

O SR. BACELAR (Bloco/PTN - BA) – É só questão de ordem. A sessão, enquanto não houver o número regimental, não pode ser aberta. V. Exª suspendeu a sessão.

O SR. DANILO FORTE (PSB - CE) – É o contrário. Ela tem 30 minutos para ser aberta, e pode ser feito o debate nos primeiros 30 minutos, sim.

Sr. Presidente, Srs e Srs. Deputados, eu gostaria do tempo de Liderança.

O SR. IVAN VALENTE (PSOL - SP) – Não havendo número, a sessão não se realizará. Está aqui no Regimento. Art. 29, §1º.

O SR. PRESIDENTE (Waldir Maranhão. Bloco/PP - MA) – Essa questão de ordem já foi respondida.

Com a palavra, o Deputado Danilo.

O SR. IVAN VALENTE (PSOL - SP) – Eu quero que V. Exª responda à questão de ordem.

O SR. PRESIDENTE (Waldir Maranhão. Bloco/PP - MA) – Já respondi.

O SR. IVAN VALENTE (PSOL - SP) – Não. Art. 29, §1º.

O SR. DANILO FORTE (PSB - CE) – Temos 30 minutos.

O SR. PRESIDENTE (Waldir Maranhão. Bloco/PP - MA) – Nós vamos ter Ordem do Dia. Vamos fazer as breves comunicações e debates...

O SR. IVAN VALENTE (PSOL - SP) – Não, não há breves comunicações...

O SR. PRESIDENTE (Waldir Maranhão. Bloco/PP - MA) – Dentro dos 30 minutos iniciais.

O SR. IVAN VALENTE (PSOL - SP) – ...porque não está aberta a sessão do Congresso. Não temos número regimental, Deputado.

O SR. DANILO FORTE (PSB - CE) – Deputado Ivan Valente, você é um democrata. Nos 30 primeiros minutos, pode-se fazer a instalação da comissão. Isso é regimental.

O SR. IVAN VALENTE (PSOL - SP) – Está aqui: art. 29, §1º. Permita-me ler.

O SR. DANILO FORTE (PSB - CE) – Veja o Regimento Interno do Congresso.

O SR. IVAN VALENTE (PSOL - SP) – “À hora do início da sessão, o Presidente e os demais membros da Mesa ocuparão os respectivos lugares”...

O SR. PRESIDENTE (Waldir Maranhão. Bloco/PP - MA) – Já havia quórum na abertura.

O SR. IVAN VALENTE (PSOL - SP) – “Não havendo número, o Presidente aguardará, pelo prazo máximo de 30 (trinta) minutos, a complementação do *quórum*”...

O SR. PRESIDENTE (Waldir Maranhão. Bloco/PP - MA) – Foi aberta com o quórum anterior.

O SR. IVAN VALENTE (PSOL - SP) – ...“decorrido o prazo e persistindo a falta de número, a sessão não se realizará.”

O SR. DANILO FORTE (PSB - CE) – Foi aberta com o quórum anterior. O PT pediu verificação de quórum.

O SR. IVAN VALENTE (PSOL - SP) – A sessão está suspensa.

O SR. PRESIDENTE (Waldir Maranhão. Bloco/PP - MA) – Deputado Ivan Valente.

O SR. DANILO FORTE (PSB - CE) – Não. Se você for o Presidente, sim.

O SR. PRESIDENTE (Waldir Maranhão. Bloco/PP - MA) – Deputado Ivan Valente, nós abrimos com número regimental. Respondi a questão de ordem: estamos dentro dos 30 minutos iniciais. Portanto, a obstrução é legítima.

O SR. IVAN VALENTE (PSOL - SP) – Não havia número regimental, porque abriu-se o novo painel, Sr. Presidente. Foi pedido o novo painel. Não há número regimental.

O SR. PRESIDENTE (Waldir Maranhão. Bloco/PP - MA) – V. Exªs poderão fazê-lo assim que entenderem.

O SR. IVAN VALENTE (PSOL - SP) – O novo painel impede o número regimental.

O SR. PRESIDENTE (Waldir Maranhão. Bloco/PP - MA) – O painel foi aberto.

O SR. IVAN VALENTE (PSOL - SP) – Não vale o painel anterior, porque foi pedido novo painel.

O SR. DANILO FORTE (PSB - CE) – Tem 30 minutos de prazo para o novo painel.

O SR. IVAN VALENTE (PSOL - SP) – Não se pode violar o Regimento assim.

O SR. DANILO FORTE (PSB - CE) – Tem 30 minutos de prazo para o novo painel.

O SR. IVAN VALENTE (PSOL - SP) – É exatamente por isso. Entende? Não dá para abrir, porque não vale a sessão anterior, porque não deu complemento. Ninguém concordou aqui com o quórum anterior.

O SR. DANILO FORTE (PSB - CE) – Foi aberta. Só o PT que pediu verificação. Só o PT que não quer debate. Só o PT que pediu verificação. Inclusive o senhor está dando a presença agora, porque o senhor está falando.



O SR. IVAN VALENTE (PSOL - SP) – Mas, veja, eu estou fazendo uma questão de ordem, porque a sessão está suspensa.

O SR. DANILO FORTE (PSB - CE) – Sr. Presidente, o senhor vai garantir a minha palavra ou não?

O SR. IVAN VALENTE (PSOL - SP) – Pelas palavras do próprio Presidente. Se pegarmos a fita dele: “está suspensa por 30 minutos”. Ele falou.

O SR. PRESIDENTE (Waldir Maranhão. Bloco/PP - MA) – Deputado Danilo, com a palavra.

O SR. IVAN VALENTE (PSOL - SP) – Não é possível isso, gente.

O SR. DANILO FORTE (PSB - CE. Como Líder. Sem revisão do orador.) – O meu tempo regimental, Sr. Presidente.

Obrigado.

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Deputados, esse debate precisa ser feito. É importante que esta Casa faça o debate, para poder entender o que a população brasileira está vivendo hoje fora do Congresso Nacional e está angustiada exatamente com o momento político que o País está vivendo. Estamos às vésperas de eleição municipal, um País que tem uma inflação retomada de dois dígitos, que sacrifica o salário com a volta da carestia, principalmente para os trabalhadores que ainda conseguem estar no emprego. Há um exército de quase 12 milhões de desempregados aflitos e ansiosos por uma política capaz de retomar uma geração de emprego, e nós aqui no deleite de poder obstruir uma Casa Legislativa que tem a obrigação de votar matérias que sejam capazes de tirar o País da letargia em que ele se encontra, um País que foi herdado pelo Governo Temer com um déficit e uma dívida pública de mais de R\$4 trilhões, quase 80% do PIB da produção de riqueza do País, um processo em que todos nós temos a obrigação de buscar construir um ajuste fiscal capaz de dar ao País um novo momento, com 14 Estados ameaçados de entrar em calamidade pública financeira, porque não estão conseguindo pagar as suas contas.

Há uma queda de arrecadação, fruto da recessão em que o Governo Dilma colocou o Brasil que estamos vivendo hoje. E aqui nós temos a obrigação e a responsabilidade de construir consensos que sejam capazes de dar ao País uma nova pauta econômica. Ou nós assumimos essa responsabilidade, para inclusive amanhã estarmos nas ruas pedindo votos para os nossos candidatos, alimentando uma expectativa de futuro que seja capaz de romper com esse passado que nós estamos herdando agora, ou nós vamos ser obrigados a admitir a nossa incompetência como legisladores de construir pautas positivas para a nossa sociedade brasileira.

Este Congresso não pode se omitir neste momento. O Congresso tem de sinalizar “sim”, votando a Lei de Diretrizes Orçamentárias; votando “sim” e discutindo o ajuste fiscal; votando “sim” às reformas que foram aqui apregoadas por todos os partidos, sejam do governo anterior, que agora são oposição, sejam os partidos do atual Governo, que eram oposição ao governo anterior.

Não cabe mais ficar no diletantismo ou na oposição pela oposição ou no bloqueio de opiniões quando a Nação brasileira exige isso de nós. É uma irresponsabilidade para todos aqueles que têm e detêm o mandato de representação do povo se omitir neste momento. É necessário que a gente tenha obrigação, e a obrigação se dá não por um intervalo ou umas férias coletivas ou um recesso branco em véspera de eleição. A obrigação se dá no dia a dia, porque as pessoas estão sofrendo no dia a dia. As pessoas estão sofrendo quando vão ao posto médico e não encontram um remédio ou um médico para fazer o tratamento. As pessoas estão sofrendo quando de manhã cedo acordam e não têm perspectiva de um trabalho que possa dar dignidade ao sustento da família. E tudo isso ocasiona e aumenta inclusive o crescimento da violência que permeia todo o País.

Na minha cidade de Fortaleza, são 200 mil jovens em idade ativa, que poderiam estar trabalhando, que nem trabalham nem estudam. E estão ociosos e entregues, inclusive, ao tráfico de drogas, muitas vezes, à espontaneidade de uma geração de renda ilícita e ilegal que gera e alimenta única e exclusivamente a insegurança e a violência no nosso País.

Então, é necessário que, indiferente de cor partidária, indiferente de desejo eleitoral, qualquer que seja, de qualquer um dos Parlamentares, sejam Deputados, sejam Senadores, temos a obrigação, sim, a obrigação e a responsabilidade para com o Brasil neste momento. E é isso que nos chama aqui. Essa é a preocupação que estou tendo, exatamente porque o pior dos mundos é a omissão, o pior dos mundos é a obstrução. É um instrumento legal de debate político, mas não é um instrumento legal para quem hoje está necessitando de uma alternativa, para quem está precisando de um emprego, para quem está precisando garantir o sustento da sua família, que a inflação já corroeu – inclusive o Bolsa Família.

Diante disso, meus amigos, eu faço um apelo aqui, faço um apelo principalmente àqueles que estão na oposição neste momento: que tenham essa compreensão, porque o País não pode ficar estagnado, parado, paralisado, porque o Congresso não vota as leis, porque o Congresso não dá ao País uma pauta política positiva, porque o País precisa de investimento e, para ter investimento, precisa de credibilidade. E a credibilidade passa necessariamente por um posicionamento da classe política...



(Interrupção do som.)

O SR. PRESIDENTE (Waldir Maranhão. Bloco/PP - MA) – Para concluir.

O SR. DANILO FORTE (PSB - CE) – Obrigado, Sr. Presidente.

É essa classe política que tem essa responsabilidade. Na democracia, as reformas, as mudanças são feitas na política. E é aqui que devem ser feitas, nas Casas Legislativas. E nós temos que ter maturidade para fazer esse enfrentamento, porque o Brasil de hoje quer e exige.

Você pode ter um discurso fácil no palanque, mas a realidade dos fatos é outra: tem mãe de família que não está conseguindo colocar a comida dentro de casa e sofre junto a seus filhos, tem mães que estão desesperadas porque não sabem onde os filhos andam a procura de um emprego. Há uma seca no Nordeste que massacra as famílias do interior do Nordeste. E a gente precisa construir alternativas. As alternativas só virão se o País tiver uma política econômica viável, propositiva e capaz de tirá-lo do atraso que lhe foi imposto exatamente pelo governo que saiu, o governo da Presidenta Dilma.

O SR. SÁGUAS MORAES (PT - MT. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, só um minuto.

Sr. Presidente, acontece o seguinte: o Parlamentar que acabou de falar agora, que é da base do Governo, está preocupado com obstrução. Quando eles eram oposição, a obstrução era normal, não havia problema, e é um instrumento de disputa política, sim. No entanto, não está havendo obstrução neste momento; o que está havendo é falta de quórum, porque o Governo não coloca Deputado nem Senador suficiente aqui.

Ontem nós tivemos sessão do Congresso que não aconteceu por falta de quórum e hoje não haverá sessão do Congresso por falta de quórum. Há dez PLNs para serem votados aqui, a orientação do Partido dos Trabalhadores é favorável a todos os PLNs. Nós queremos votar, o PT quer votar, a oposição quer votar, só que o Governo não consegue colocar quórum aqui na sessão para acontecer sessão do Congresso. Não vai acontecer sessão do Congresso, porque o Governo não coloca Deputado nem Senador para votar aqui. O Governo não contribui com o quórum desta Casa, só a oposição.

O SR. BACELAR (Bloco/PTN - BA. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, V. Ex^a, ao responder a minha questão de ordem, invocou o art. 154 do Regimento Interno do Senado Federal.

Eu aí fui examinar o citado artigo e no §6º, inciso III, do Regimento do Senado Federal, está lá:

§ 6º A sessão não se realizará:

.....
III – quando o seu período de duração coincidir, embora parcialmente, com o de sessão conjunta do Congresso Nacional;

Então, esta sessão, Sr. Presidente, usando-se o art. 154 do Regimento do Senado Federal, não poderia ter prosseguimento. E olha, Sr. Presidente, a oposição está presente, inclusive valorosos Deputados que disputam eleições municipais, como o Deputado Alessandro Molon, no Rio de Janeiro, como o Deputado Ivan Valente, no Município de São Paulo.

(Interrupção do som.)

O SR. BACELAR (Bloco/PTN - BA. *Fora do microfone.*) – Estamos presentes. O governo é que não coloca a sua Bancada.

O SR. DANILO FORTE (PSB - CE) – Sr. Presidente, eu fui citado...

O SR. ROMERO JUCÁ (PMDB - RR) – Sr. Presidente, pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. DANILO FORTE (PSB - CE) – Eu fui citado pelo Parlamentar do PT...

O SR. ROMERO JUCÁ (PMDB - RR) – Sr. Presidente, pela ordem, só para registrar que a sessão do Senado já foi suspensa. Portanto, não há nenhum óbice a que a sessão do Congresso possa ocorrer.

O SR. DANILO FORTE (PSB - CE. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, só para enaltecer e colocar, a bem da verdade, que eu nunca faltei a uma votação referente a votação de orçamento deste Congresso Nacional, desde que aqui estou como Deputado. Inclusive, no governo passado, tive a oportunidade de ser Relator da LDO, da Lei Orçamentária de 2014, e aqui compareci junto com Deputados, com o Senador Romero Jucá, que foi Relator do Orçamento Geral da União no ano passado, e todos nós sempre buscamos exatamente dar uma contribuição positiva, indiferente do governo ou da cor partidária de plantão no Palácio do Planalto. O importante é que a gente consiga produzir para o País, porque quem sofre é o povo brasileiro.

A bravata que está sendo feita, o discurso do PT de que quer votar inclusive os vetos, e faz obstrução, é uma contradição. Se quer votar os vetos, nós vamos fazer o consenso para deixar a sessão acontecer. Até porque a gente sabe que votação do Congresso Nacional sempre foi por consenso de todas as Lideranças, sempre foi construída assim. Então, deixa acontecer para fazermos o acordo, como é feito, e aí a gente vota a



Lei de Diretrizes Orçamentárias para o ano que vem.

O que não pode é o País continuar à deriva, o que não pode é o Brasil ficar sem política econômica, e o povo brasileiro pagando caro por isso, com violência, com falta de medicamento, com falta de merenda escolar, com desemprego, com a carestia batendo à porta de cada um. É isso que nós não queremos.

A SRª CARMEN ZANOTTO (PPS - SC) – Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Waldir Maranhão. Bloco/PP - MA) – Nós já temos quórum do Senado.

Solicito aos Srs. Deputados e Deputadas que venham ao plenário para fazer o registro das suas presenças e garantirmos o quórum para o debate.

Com a palavra a Deputada Carmen.

A SRª CARMEN ZANOTTO (PPS - SC. Sem revisão da oradora.) – Obrigada, Sr. Presidente.

Eu quero dizer que nós fomos convocados esta semana para trabalharmos aqui na Casa. Ontem conseguimos votar uma medida provisória.

O SR. CHICO LOPES (PCdoB - CE) – Presidente.

A SRª CARMEN ZANOTTO (PPS - SC) – Precisamos ter a sessão do Congresso, porque há sete vetos presidenciais para serem aprovados, há três destaques da LDO. Dentre os destaques, a gente tem a questão fundamental da garantia dos recursos para a ciência e tecnologia. Temos PLNs importantes, como o PLN do Fies. Então, eu quero fazer um apelo ao conjunto de Parlamentares que estão na Casa para que venham ao plenário, para que marquem presença, porque efetivamente nós viemos aqui para trabalhar, e a gente precisa trabalhar. Compreendo a posição de cada partido, mas é nosso dever e dever daqueles que entendem que devem estar no plenário. Que venham ao plenário para marcar presença, para que a gente possa avançar nas deliberações de hoje.

O SR. PRESIDENTE (Waldir Maranhão. Bloco/PP - MA) – Agradeço a V. Exª.

Deputado Chico Lopes, do PCdoB do Ceará, com a palavra.

O SR. CHICO LOPES (PCdoB - CE. Sem revisão do orador.) – Obrigado, Sr. Presidente.

Acho engraçados alguns Deputados da base do Governo. A Dilma não é mais Presidente. A Dilma está fora do combate político. Quem tem que resolver as questões nacionais é o Senhor Michel Temer. Ele não tinha a solução para cada problema? Por que é que agora não tem? E ficam alguns Deputados querendo dizer que a Dilma... Esqueçam a Dilma! Esqueçam a Dilma! Quem tem que resolver o problema da educação, da saúde, da segurança é quem está na Presidência da República e seus partidos aliados. Se eles não estão dando quórum é porque tem algum problema interno lá com o Governo, não estão seguindo a cartilha do Senhor Michel Temer. Portanto, acho bom que aceitem o Governo, o lado bom e o lado ruim.

O SR. PRESIDENTE (Waldir Maranhão. Bloco/PP - MA) – Iniciaremos as breves comunicações.

Convido o Delegado Edson Moreira, do PR, de Minas Gerais. *(Pausa.)*

Ausente do plenário.

Deputado Domingos Sávio, do PSDB, de Minas Gerais. *(Pausa.)*

Ausente do plenário.

Deputado Hildo Rocha, do PMDB, do Maranhão.

Concedo a palavra ao Deputado Hildo Rocha, por até cinco minutos.

O SR. HILDO ROCHA (Bloco/PMDB - MA. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Deputado Waldir Maranhão, Srs. Deputados, Srªs Deputadas, Srs. Senadores, Srªs Senadoras, há, na pauta de hoje do Congresso Nacional, PLNs interessantes para a vida do povo brasileiro, como é o caso da LDO de 2017, que precisa ser concluída para que sinalizemos à sociedade brasileira as metas prioritárias do Orçamento do próximo ano.

Eu quero também, Sr. Presidente, falar, nesta sessão, da sessão que houve ontem na Câmara Federal, em que alguns Líderes partidários, da esquerda para a direita, da direita para a esquerda e do centro, fizeram um acordo às escondidas para votar um projeto de lei que visava anistiar aqueles que receberam recursos de caixa dois durante as eleições de 2010 e 2014, assim como nas eleições municipais de 2012 e 2008. Logicamente aqui há vários Senadores, Senadoras, Deputados Federais, Deputadas Federais, envolvidos, sem dúvida nenhuma, até porque isso é público e tem sido comentado em vários canais de televisão, de rádio, assim como em jornais e blogs.

No entanto, o que fizeram ontem, com a anuência da Presidência da Câmara, foi um desrespeito aos Deputados e às Deputadas que compõem a Câmara Federal, porque colocar um jabuti numa sessão da Câmara, da maneira como colocaram na pauta da Câmara, sem combinar com os Deputados... Nós fomos convocados para uma sessão que ocorreu ontem com uma pauta totalmente diferente da que foi colocada. De repente, aparece esse jabuti, aparece esse projeto de lei de 2007, como uma janela de oportunidade para se anistiar e perdoar aqueles que, no passado, erraram e pegaram dinheiro da Petrobras para fazer campanha



e, além disso, para lavar dinheiro, porque muitos lavaram dinheiro, já que há campanhas que foram custeadas por R\$ 8 milhões. Como é que um candidato a Deputado Federal vai gastar R\$ 8 milhões? Isso é dinheiro para lavar. Era um dinheiro de campanha oficial, que se lavou através de gráficas, através de empresas de *marketing*, entre outras. Nós temos de entender isso.

Eu não vejo a posição dos Líderes partidários aqui, que fizeram toda essa encenação para nos usar, para usar os Deputados, para uma armadilha. Chamaram-nos aqui para sermos triturados pela população. Já imaginaram se esse projeto de lei tivesse sido aprovado, no dia de ontem, aqui, na Câmara? Hoje o povo, com certeza, estaria nas ruas pedindo: "Fora Congresso, fora Câmara Federal". Foi uma total irresponsabilidade dos Líderes que participaram dessa ardilosa trama que foi construída no subterfúgio da política brasileira.

Eu gostaria que esses Líderes viessem aqui e pedissem desculpas aos Deputados Federais, às Deputadas Federais, porque o que foi feito aqui foi um verdadeiro atentado contra a moral pública brasileira. Isso não se faz, é imperdoável o que foi feito no dia de ontem aqui, na Câmara Federal, traçado por alguns Líderes partidários.

Ontem eu estranhei muito a ausência de Bancadas inteiras que não estavam presentes, muitos Deputados não estavam presentes, mas, como foi dito, alguns Deputados que são candidatos a prefeito, inclusive, aqui estavam, como estão no dia de hoje. E ontem nós vimos que estava muito esvaziado e que foi feita uma trama bastante complexa com a participação de muitas pessoas, mas a sociedade quer saber qual é a digital que está ali nessa manobra que foi feita, no dia de ontem, para prejudicar a população brasileira, Sr. Presidente. Inclusive, V. Ex^a, Deputado Waldir, foi citado ontem, como o autor dessa trama. Eu disse: não, o Deputado Waldir, tenho certeza de que não participou disso. Mas, como V. Ex^a estava como Presidente da Câmara, foi o maior culpado no dia de ontem. Inclusive V. Ex^a deveria aproveitar a oportunidade para se manifestar a respeito do assunto.

Muito obrigado. Era o que eu tinha a colocar.

O SR. DANILO FORTE (PSB - CE) – Sr. Presidente, só para dar como lido aqui.

A SR^a BENEDITA DA SILVA (PT - RJ) – Sr. Presidente, questão de ordem.

O SR. DANILO FORTE (PSB - CE) – Só para dar como lido...

A SR^a BENEDITA DA SILVA (PT - RJ) – Sr. Presidente, questão de ordem.

O SR. DANILO FORTE (PSB - CE) – Só para dar como lido, Sr. Presidente.

A SR^a BENEDITA DA SILVA (PT - RJ) – Questão de ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Waldir Maranhão. Bloco/PP - MA) – Sim, Deputada Benedita.

A SR^a BENEDITA DA SILVA (PT - RJ. Para uma questão de ordem. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, o art. 154 do Regimento Interno, no seu § 6º, diz que:

§6º A sessão não se realizará:

I – por falta de número;

II – por deliberação do Senado;

III – quando o seu período de duração coincidir, embora parcialmente, com o de sessão conjunta do Congresso Nacional;

IV – por motivo de força maior, assim considerado pela Presidência.

Sr. Presidente, o Senado continua a sessão. Portanto, nós estamos pedindo para que se cumpra o Regimento e que se encerre esta sessão, porque a sessão tem Ordem do Dia, o Senado também tem Ordem do Dia, e a sessão continua no Senado.

O SR. PRESIDENTE (Waldir Maranhão. Bloco/PP - MA) – Essa questão de ordem já foi decidida.

O SR. DANILO FORTE (PSB - CE) – Só para dar como lido, Sr. Presidente. Só para dar como lido.

O SR. PRESIDENTE (Waldir Maranhão. Bloco/PP - MA) – Por oportuno, destaco a presença dos jovens participantes do Estágio-Visita que se encontram na galeria do plenário.

(Manifestação da galeria.)

O SR. PRESIDENTE (Waldir Maranhão. Bloco/PP - MA) – Esta Presidência apoia a participação do jovem na política e um maior número de integrantes do Parlamento com a sociedade.

O SR. DANILO FORTE (PSB - CE. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, eu gostaria de dar como lido...

O SR. EDINHO BEZ (Bloco/PMDB - SC) – Deputado Edinho Bez, Sr. Presidente.

O SR. DANILO FORTE (PSB - CE) – ... o pronunciamento que eu iria fazer hoje, para enaltecer a Universidade Federal do Ceará, minha universidade, onde tive o prazer de ser aluno na Escola de Engenharia Mecânica, que foi eleita a 10ª melhor universidade do País, do Brasil, e a melhor do Norte e Nordeste, segundo o *ranking* universitário de *A Folha de S.Paulo*. Este é um reconhecimento à força, ao trabalho, à direção do nosso



Magnífico Reitor Henry Campos, que, ao lado dos Profs. Jesualdo Farias e Custódio, dirige aquela universidade e a transformou na melhor universidade do Nordeste e do Norte do País.

Também quero parabenizar pela iniciativa, porque foram iniciadas as obras do *campus* avançado da UFC, em Itapajé, que está ganhando um *campus* universitário, um *campus* avançado da UFC, exatamente no sentido de dar àquela municipalidade e à região da Uruburetama um ensino de qualidade da melhor universidade do nosso Estado, do Nordeste brasileiro, e a 10ª melhor do Brasil.

Então, peço para dar como lido esse pronunciamento.

Obrigado, Sr. Presidente Waldir Maranhão.

SEGUE, NA ÍNTEGRA, PRONUNCIAMENTO DO SR. DEPUTADO DANILO FORTE. (Vide item 2.1.4 do sumário)

O SR. EDINHO BEZ (Bloco/PMDB - SC) – Sr. Presidente, Deputado Edinho Bez.

O SR. PRESIDENTE (Waldir Maranhão. Bloco/PP - MA) – Na sequência, eu convido logo o Deputado Ronaldo Lessa, como Líder do PDT, para usar da palavra.

Deputado Edinho Bez.

O SR. EDINHO BEZ (Bloco/PMDB - SC. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, muito obrigado.

Só para dizer que nós acabamos de aprovar um projeto de lei de autoria deste Deputado, na Comissão de Constituição e Justiça, que inclui, no calendário turístico oficial, a Festa do Vinho Goethe no Distrito de Azambuja, Município de Pedras Grandes, Estado de Santa Catarina. Tivemos, como Relator, o eminente Deputado José Fogaça, competente Deputado, que foi Senador.

Agradeço aqui por terem tido a intenção junto com o Ministério do Turismo. E tivemos a oportunidade de aprovar agora recentemente pela constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa. Esse projeto é importante para o calendário da área do turismo pelo potencial turístico que tem o nosso Estado.

Sr. Presidente, eu gostaria que desse ampla divulgação.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Waldir Maranhão. Bloco/PP - MA) – Deputado Lessa.

Deputado Ronaldo Lessa na tribuna.

Deputado Ronaldo Lessa.

O SR. CHICO ALENCAR (PSOL - RJ. Sem revisão do orador.) – Presidente, um registro como lido, Presidente Maranhão. Deputado Chico Alencar.

Olha, o que aconteceu ontem aqui foi gravíssimo, uma decisão tomada por baixo dos panos, por trás das cortinas, contra a pauta. Ninguém sabe quem colocou na pauta da extraordinária da Câmara essa matéria que, ao fim e ao cabo, através de uma emenda, seria anistia a caixa dois presente e pretérita. Isso é indecente, desonesto.

Millôr Fernandes disse certa vez, em Brasília, referindo-se ao poder, que “todos os gastos são pardos”. Nós podemos repetir aqui e dizer que...

A SRª BENEDITA DA SILVA (PT - RJ) – Questão de ordem, Sr. Presidente.

O SR. CHICO ALENCAR (PSOL - RJ) – ... na Câmara atual, às vezes, a pauta é um despautério, porque não foi discutida e debatida com ninguém. Nosso repúdio a esse procedimento. Exigimos que o Presidente Rodrigo Maia volte a fazer reunião de Líderes e que se encerre essas...

(Interrupção do som.)

A SRª BENEDITA DA SILVA (PT - RJ) – Questão de ordem, Sr. Presidente.

O SR. DANILO FORTE (PSB - CE) – Sr. Presidente, questão de ordem.

A SRª BENEDITA DA SILVA (PT - RJ) – Sr. Presidente, questão de ordem.

O SR. PRESIDENTE (Waldir Maranhão. Bloco/PP - MA) – Lembro a S. Ex^{as} que os Deputados Bacelar, Bohn Gass, Ivan Valente e o Deputado Sérgio Moraes usaram da palavra. Portanto, há 83, ali no registro, e com mais 4, já há quórum regimental.

A SRª BENEDITA DA SILVA (PT - RJ) – Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Waldir Maranhão. Bloco/PP - MA) – Eu concedo a palavra ao Deputado Ronaldo Lessa, pela Liderança.

A SRª ERIKA KOKAY (PT - DF. Para uma questão de ordem. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, questão de ordem.

Questão de ordem, Presidente. Questão de ordem, se me permite.

Sr. Presidente, eu me refiro ao art. 29 do Regimento Comum. No seu §2º, ele diz: “No curso da sessão, verificada a presença de Senadores e Deputados em número inferior ao mínimo fixado no art. 28 [que



significa um sexto, Presidente], o Presidente encerrará os trabalhos *ex officio* ou por provocação de qualquer Congressista”.

V. Exª não pode tentar tirar o que nós estamos vendo, não pode nos impor uma ilusão de ótica. No curso desta sessão, não havia 86 Parlamentares, no plenário, no momento em que se estabeleceu o tempo regimental. Portanto, não cabe outra coisa a V. Exª, se é fiel a este Regimento, se é fiel àquilo que foi construído do ponto de vista dos pactos democráticos desta Casa, nenhuma outra posição que não seja encerrar a sessão. V. Exª também não pode, porque, às 11h58, o prazo regimental exigiria, para o prosseguimento desta sessão, que houvesse, no curso da sessão, um sexto dos Parlamentares, dos Deputados e das Deputadas, que perfazem um total de 86. E, naquele momento, havia pouco mais de 80.

Portanto, Sr. Presidente, em nome do respeito que temos a V. Exª, em nome da sua história, que é uma história de reto cumprimento da democracia e dos pactos regimentais, que significam pactos na perspectiva de assegurarmos direitos de todas e todos, peço a V. Exª que declare encerrada a presente sessão. V. Exª pode construir outra sessão, mas esta sessão...

O SR. DOMINGOS SÁVIO (PSDB - MG) – Sr. Presidente, peço que, inclusive, conste a presença dela.

A SRª ERIKA KOKAY (PT - DF) – Sr. Presidente, eu gostaria que fosse assegurada a minha palavra.

O SR. PRESIDENTE (Waldir Maranhão. Bloco/PP - MA) – Vamos garantir a palavra à Deputada Erika, por gentileza.

O SR. DOMINGOS SÁVIO (PSDB - MG) – Para contraditar.

A SRª ERIKA KOKAY (PT - DF) – Que fosse assegurada a minha palavra, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Waldir Maranhão. Bloco/PP - MA) – Garantida a sua palavra, Deputada.

A SRª ERIKA KOKAY (PT - DF) – Aqueles que querem contraditar podem fazê-lo, no seu tempo exato e no seu tempo previsto, não interrompendo a fala de outra Parlamentar.

Por isso, Sr. Presidente, peço a V. Exª que declare encerrada a presente sessão por termos a sua continuidade em conflito aberto e explícito ao que prevê o Regimento. Nós, Sr. Presidente, não podemos permitir que o Estado democrático, que a democracia, que é assegurar um caráter plural deste Parlamento, seja algo a não ser considerar os limites que temos para que esta Casa faça valer a democracia. E o seu sentido precípua são os limites que estão neste Regimento, que não podem ser descumpridos ou não podem ser flexibilizados, qualquer que seja a intenção que possa reger o ato de flexibilização.

O SR. DOMINGOS SÁVIO (PSDB - MG) – Sr. Presidente, para contraditar, nos termos regimentais.

O SR. PRESIDENTE (Waldir Maranhão. Bloco/PP - MA) – Antes da contradita, só para esclarecer à Deputada Erika que, às 11h58, havia 82 Deputados. Porém, quatro Deputados – já os nomeei – usaram da palavra e não fizeram o devido registro. Portanto, essa questão é pacificada.

O SR. DOMINGOS SÁVIO (PSDB - MG) – Tranquilamente, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Waldir Maranhão. Bloco/PP - MA) – Para contraditar, Deputado.

O SR. DOMINGOS SÁVIO (PSDB - MG. Para contraditar. Sem revisão do orador.) – É para contraditar, eu insisto. Apenas a própria Deputada Erika, com todo o respeito que temos por ela, tenta aqui, de alguma forma – e eu considero legítimo, mas é bom que fique claro –, apenas um gesto de obstrução, porque ela própria está presente ou, senão, nem poderia estar orientando na sua questão de ordem e nem sequer marcou a sua presença no painel.

Então, V. Exª está coberto de razão. Agora, é bom que os nossos demais colegas venham logo para o plenário para, além do quórum regimental para iniciar e para debater a matéria, que tenhamos quórum para votar, porque me surpreende que o PT queira obstruir os recursos do Fies. Essa é uma das principais matérias que estão na pauta do Congresso, nesta manhã e já início de tarde, e nós precisamos garantir a aprovação desse e de várias outras dotações orçamentárias. E uma delas destina recursos para o Ministério da Educação, para o Fies.

Então, eu insisto: venham para o plenário, vamos votar.

A SRª ERIKA KOKAY (PT - DF) – Sr. Presidente.

A SRª BENEDITA DA SILVA (PT - RJ) – Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Waldir Maranhão. Bloco/PP - MA) – Deputados, venham ao plenário para que possamos garantir a votação.

A SRª BENEDITA DA SILVA (PT - RJ) – Sr. Presidente, nós já dissemos aqui que o Partido dos Trabalhadores quer votar essa matéria, só que o Partido dos Trabalhadores quer que esteja aqui a Base do Governo, que está interessada. Eles não estão aqui, Sr. Presidente. Agora, a Bancada do Partido dos Trabalhadores está.

A SRª ERIKA KOKAY (PT - DF) – Sr. Presidente. Sr. Presidente, veja...

A SRª ROSE DE FREITAS (PMDB - ES) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Waldir Maranhão. Bloco/PP - MA) – Deputada Erika.



A SRª ERIKA KOKAY (PT - DF. Sem revisão da oradora.) – ... uma outra questão de ordem.

O primeiro aspecto é: se o Governo golpista tem tanto interesse no Fies, que elabore e faça uma medida provisória.

Elabore e faça uma medida provisória! É prerrogativa do Poder Executivo...

O SR. DOMINGOS SÁVIO (PSDB - MG) – Isso não é questão de ordem. É agressão, Sr. Presidente.

A SRª ERIKA KOKAY (PT - DF) – ...ainda aqueles que o assumem...

O SR. PRESIDENTE (Waldir Maranhão. Bloco/PP - MA) – Deputada Erika.

A SRª ERIKA KOKAY (PT - DF) – ...ainda aqueles que o assumem pelas asas do golpe.

O segundo aspecto é que nós não estamos falando...

O SR. DOMINGOS SÁVIO (PSDB - MG) – Presidente, se V. Exª deixar, vai ficar a manhã toda assim.

A SRª ERIKA KOKAY (PT - DF) – ... de quórum para abertura de sessão. Nós estamos falando de pessoas que têm que estar presentes na sessão.

E o terceiro aspecto, nós não estamos falando do Regimento da Câmara, porque não se trata de uma sessão da Câmara. Nós estamos falando do Regimento Comum.

Regimento Comum é o direito à obstrução. E a presença é aferida pelo que está no painel e não pelos que utilizaram o próprio microfone.

Portanto, Sr. Presidente, o senhor não tem a faculdade de optar se encerrará ou não esta sessão. O senhor, pelo Regimento, é obrigado a encerrá-la, ou seria obrigado a encerrá-la, às 11 horas e 58 minutos, que é o prazo regimental.

Por favor, Sr. Presidente, vamos cumprir o que diz...

(Interrupção do som.)

O SR. PRESIDENTE (Waldir Maranhão. Bloco/PP - MA) – O Regimento da Câmara, de forma subsidiária, é também utilizado no Congresso Nacional.

Com a palavra o Deputado...

A SRª ROSE DE FREITAS (PMDB - ES) – Sr. Presidente, eu pedi a palavra...

O SR. PRESIDENTE (Waldir Maranhão. Bloco/PP - MA) – Senadora.

A SRª ROSE DE FREITAS (PMDB - ES) – ... como Líder do Governo, por favor.

O SR. PRESIDENTE (Waldir Maranhão. Bloco/PP - MA) – Como Líder do Governo.

Tem precedência o Deputado na tribuna, S. Exª.

A senhora concede?

A SRª ROSE DE FREITAS (PMDB - ES) – Eu sei e não quero atalhar jamais o caminho do Deputado que está aqui.

O SR. PRESIDENTE (Waldir Maranhão. Bloco/PP - MA) – Até porque ele está como Líder também do PDT.

A SRª ROSE DE FREITAS (PMDB - ES) – Pois não. Pois não.

O SR. PRESIDENTE (Waldir Maranhão. Bloco/PP - MA) – Vamos conceder a palavra ao Deputado na tribuna.

A SRª ROSE DE FREITAS (PMDB - ES) – Com o maior prazer.

O SR. PRESIDENTE (Waldir Maranhão. Bloco/PP - MA) – Em seguida, a V. Exª.

A SRª ROSE DE FREITAS (PMDB - ES) – Com o maior prazer, Sr. Presidente.

O SR. RONALDO LESSA (PDT - AL. Como Líder. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sras Deputadas, eu trago um assunto que acho que é muito pertinente, porque a eleição está... Hoje faltam 13 dias. Ontem, pelo menos, faltavam 14 dias. No Estado de Alagoas, um prefeito estava afastado há um ano, e a Justiça, por uma decisão monocrática, o coloca de volta como prefeito, faltando 14 dias para o pleito eleitoral e praticamente três meses para encerrar o mandato dele. Outro prefeito, que não foi afastado hora nenhuma, foi afastado ontem.

Não é possível que não haja bom senso nem uma legislação que esta Casa possa fazer, ou o Congresso, para estabelecer critérios do papel da Justiça.

Primeiro, tirar um prefeito, Sr. Presidente, não é decisão de uma Corte. É uma decisão monocrática. Eles tiram, colocam... Esse prefeito que voltou, é a segunda vez que ele é afastado. Quer dizer, é necessário... Eu quero trazer esse assunto.

Ontem, conversando com alguns Deputados, cheguei à conclusão de que não é uma questão só de Alagoas. Isso é porque não há critérios, não há regras. Nós não conseguimos fazer leis aqui e estamos à mercê da Justiça Eleitoral, que é uma coisa também original do Brasil. O Brasil foi aperfeiçoando, se é que foi a ideia aperfeiçoar. Há quem diga que, na verdade, foi para dar mais dinheiro. Não existia a Justiça Eleitoral. Então, os juízes assumiam esse papel. Foi, foi, até criar o que se vê hoje, essa Corte, um TSE e os TREs estaduais.



Seria até bom o Brasil inovar, aperfeiçoando o processo democrático brasileiro. O fato é que, na verdade, como aqui não se produzem as leis que possam reger essas coisas, o que é que está acontecendo?

Nós estamos, da mesma forma que a Justiça do Trabalho, submetendo a sociedade a resoluções desses tribunais. E fica por isso mesmo. Quer dizer, eles fazem as resoluções, que têm força de lei, e ficam comandando seja a Justiça do Trabalho, seja a Justiça Eleitoral.

Não é meu papel discutir a Justiça do Trabalho, que é até mais complexa, mas a Justiça Eleitoral, na verdade, não tem cumprido o seu papel, que era o de fazer o aperfeiçoamento da Justiça. Ao contrário, as eleições estão cada vez mais judicializadas, mais complicadas, porque se fazem resoluções como se Roraima, como se os lugares mais distantes do sertão de Alagoas ou de qualquer lugar fossem iguais a São Paulo. As normas são as mesmas. Precisa-se do contador, precisa-se do advogado, e só eles não têm nenhum regulamento.

Outra questão que foi colocada ontem por um Deputado baiano é a seguinte: existe Município em que o juiz diz qual é o dia em que o candidato pode fazer política. Um dia é um candidato, outro dia é o outro, outro dia é o outro. Eles não permitem que um possa fazer campanha em um lugar e outro possa fazer noutro. Quer dizer, é como se fosse o xerife. E estamos absolutamente à mercê da Justiça Eleitoral, a complicar o processo de democracia do Brasil.

Peço aos Srs. Senadores e Deputados, porque eu já tentei fazer algumas propostas no ano passado, mas não passam, seguram. Colocam-se essas propostas junto de apêndice, e não saem do papel. É necessário que a gente possa...

Eu estou me colocando à vontade, porque o PDT... Nenhum Município dos dois é candidato nosso. Então, fiquei mais à vontade para trazer esse assunto, porque, na verdade, nós não estamos disputando em nenhum desses dois Municípios. Eu estou falando do aspecto geral. E não é só Alagoas. É o Brasil que está vivendo esse problema. Nós estamos à mercê de uma Justiça que se impõe acima do Poder Legislativo. Eles não estão julgando. Eles estão legislando, porque esta Casa, porque este Congresso não está fazendo o seu papel, até hoje, de colocá-los no seu devido lugar. É preciso que a gente possa fazer com que a Justiça cumpra o seu papel, e não eles quererem cumprir o papel do Congresso Nacional.

Era isso, Sr. Presidente.

A SRª ROSE DE FREITAS (PMDB - ES) – Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Waldir Maranhão. Bloco/PP - MA) – Pela Liderança do Governo, a Senadora Rose. Depois, o Deputado Silvio Torres.

A SRª ERIKA KOKAY (PT - DF) – Sr. Presidente, questão de ordem!

A SRª ROSE DE FREITAS (PMDB - ES. Como Líder. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, eu queria apenas registrar dois fatos que considero importantes.

O senhor mostrou devidamente que, na hora da conferência do prazo regimental de meia hora, haveria quatro oradores. Portanto, está cumprida a exigência.

O que eu queria chamar a atenção é que, ontem, nós estávamos todos aqui. Nós tínhamos a sessão do Congresso Nacional, importante para completar a votação da LDO. Falta apenas um destaque, porque os dois outros restantes já foram assimilados pelo Relator. Temos a matéria do Fies. Não dá para desconhecer a importância das coisas.

Portanto, eu não vou aqui contraditar o que o Regimento diz que tem que ser cumprido, mas vou falar da importância que tem para o Brasil, independentemente de ser situação ou oposição, que se votem as matérias. Notadamente, nós não temos quórum para isso.

Perdemos uma bela oportunidade ontem. O País acompanhava, esperava, e de repente apareceu uma matéria para ser votada. Entre uma intenção e uma ação, fizeram, orquestraram uma sessão que esvaziou as determinações que tínhamos de cada Parlamentar, em cada partido, de votar a LDO, o Fies e outras matérias afins.

Quero agradecer a V. Exª por estar aqui sentado. O nosso Presidente interino, Senador Aloysio, conduziu a sessão e votamos no Senado várias matérias. Votamos lá, inclusive, matérias de interesse e alcance social, como a questão rural e a questão da educação. Votamos a questão dos terrenos de marinha, votamos tudo e estamos presentes aqui.

Quero deixar V. Exª à vontade para cumprir o Regimento, porque é nítido que, na entrada das Casas, existem apenas 251 Parlamentares, Deputados que por lá passaram – no Senado há 54 Senadores –, registraram a presença e já se foram para os seus Estados.

Portanto, quero só lamentar. Dizer que não considero a causa perdida, mas lamento pelo dia de ontem. O dia de ontem não trouxe para o Congresso Nacional a resposta devida não só ao Governo, mas à sociedade, principalmente à educação e ao Orçamento da União.



Muito obrigada a todos.

O SR. PRESIDENTE (Waldir Maranhão. Bloco/PP - MA) – Sobre a mesa, expedientes que serão despachados e publicados na forma regimental. **(Vide PARTE II do sumário)**

O SR. DOMINGOS SÁVIO (PSDB - MG) – Sr. Presidente, eu havia...

O SR. DANIEL ALMEIDA (PCdoB - BA) – Eu pedi a palavra como Líder, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Waldir Maranhão. Bloco/PP - MA) – Antes de conceder...

O SR. DOMINGOS SÁVIO (PSDB - MG. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, eu havia me inscrito...

Pediria a V. Exª apenas um minuto para uma breve comunicação.

Eu havia me inscrito e já me dirigi a V. Exª. Apenas um minuto.

Eu concordo, inclusive como Vice-Líder no Congresso, com a preocupação da Senadora Rose e entendo que é preciso que fique claro que o episódio que ocorreu na noite de ontem, aqui, além de lamentável, tem que ser repudiado, para que não ocorra mais e para que, de fato, haja respeito ao conjunto dos Parlamentares.

Nós não podemos sair dos nossos Estados, vir aqui para votar matérias importantes, como a matéria que libera recursos para o Fies, matéria que libera recursos para diversos Ministérios, para o Judiciário, para a LDO, e ser surpreendidos com uma verdadeira armação. Ali sim, um golpe, sem alguém ter a hombridade de assumir a responsabilidade sobre ele.

Inaceitável essa tentativa de votar uma matéria que não foi debatida, desarquivando-se...

(Interrupção do som.)

O SR. DOMINGOS SÁVIO (PSDB - MG) – ...um projeto de 2007, de uma maneira, inclusive, antirregimental para tentar, de uma forma absurda, na calada da noite, aprovar algum tipo de anistia.

Nós repudiamos ontem, aqui no plenário, não permitimos. Fizemos coro com aqueles que se rebelaram e hoje registramos novamente que esse tipo de atitude, nós haveremos de repudiar e não de permitir. Nós estamos, sim, participando de uma comissão para aprovar um projeto de lei de maneira clara, com regras duras contra a corrupção, deixando claro que é crime, sim, o caixa dois. E não podemos aceitar que, enquanto uma comissão especial debate um projeto de autoria do Ministério Público e da sociedade civil como um todo, venha alguém querer aprovar um projeto sem debate, sem haver nenhum entendimento, sem clareza, sem transparência.

Portanto, Sr. Presidente, fica aqui o nosso repúdio e a nossa absoluta convicção de que...

(Interrupção do som.)

O SR. DOMINGOS SÁVIO (PSDB - MG) – ... nós temos *(Fora do microfone.)* que aprovar a criminalização, sim, do caixa dois, mas sem nenhuma anistia. E vamos fazê-lo na comissão especial que está analisando as dez medidas contra a corrupção, que haveremos de aprovar ainda neste ano.

O SR. PRESIDENTE (Waldir Maranhão. Bloco/PP - MA) – Vou conceder a palavra ao Deputado Silvio. Em seguida, ao Deputado Daniel Almeida, como Líder.

O SR. SILVIO TORRES (PSDB - SP. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Deputados, saiu na semana passada o retrato definitivo do emprego formal do País no último ano completo de governo petista.

Os resultados da Rais, que é a Relação Anual de Informações Sociais, confirmam a deterioração inédita que o modelo econômico petista promoveu no mercado de trabalho brasileiro. É mais um nunca antes na história para a coleção dos companheiros.

Segundo a mais recente edição da Rais, o número de postos de trabalho com carteira assinada no País caiu 3% no ano passado. Isso significa, Srªs e Srs. Deputados, Srªs e Srs. Senadores, que exatos 1.510.703 empregos foram pulverizados pela crise monstro patrocinada pelos petistas, esses mesmos que hoje pedem voto pelo Brasil afora como se não tivessem nada a ver com essa situação.

Foi o pior resultado dos últimos 24 anos, desde que a Rais é realizada. A divulgação é anual e o levantamento, mais abrangente do que o Caged, que não abarca todas as categorias e servidores do setor público.

Desde 1985, o Brasil só havia visto o mercado de empregos encolher em outras três ocasiões, todas no Governo Fernando Collor de Mello. São Dilma Rousseff e o PT fazendo história.

Há hoje, Sr. Presidente, menos empregos formais no Brasil do que havia em 2013. Com a tendência que vem sendo observada pelo Caged ao longo deste ano, já são mais de 623 mil empregos cortados até julho. E é possível que retrocedamos ao patamar do início da década.

Em 2015, todas as categorias profissionais minguaram. Empregos na construção civil encolheram 14%;



na indústria, 604 mil empregos. A única exceção foi a agricultura. Os rendimentos também caíram, em média, 2,5% no ano de 2015.

Quem mais sofre as consequências do desemprego são os jovens. Quarenta e quatro por cento dos empregos eliminados em 2015 – temos um grande número de jovens participando desta sessão e seria bom que ouvissem – eram de pessoas com idade entre 18 e 24 anos. Quatro em cada cinco postos cortados no ano passado são da faixa etária até 29 anos. O mercado só foi positivo para quem tem 50 anos ou mais.

As estatísticas consolidadas sobre o mercado de trabalho chegam em um momento em que o País começa a discutir mudanças nas regras trabalhistas. Está fora de questão alterar arcabouços legais consolidados, principalmente no que se refere a direitos dos trabalhadores que a sociedade brasileira incorporou, valorizou e pratica há décadas. Não haverá perda de nenhum direito trabalhista. No entanto, é imprescindível que o mercado de trabalho se adeque a novas condições, que se alteraram intensamente em todo o mundo nos últimos tempos. Há amarras que não fazem mais sentido, porque passaram a significar não mais garantias, mas travas à obtenção de melhores oportunidade de trabalho para as pessoas.

Tal como está, Sr. Presidente, Srs. Deputados, a economia brasileira se transformou em uma máquina de destruir empregos. Precisa urgentemente voltar a ser geradora, para o bem de...

(Interrupção do som.)

O SR. SILVIO TORRES (PSDB - SP) – ... para o bem de quem trabalha e produz. Não é mentira; são dados oficiais do Caged, dados oficiais da Rais.

Enfrentem, tenham a hombridade de aceitar que o PT destruiu o emprego no Brasil. Destruiu, principalmente, Sr. Presidente, para os jovens. Essa é a realidade brasileira do governo que deixou ao Brasil essa herança maldita.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Waldir Maranhão. Bloco/PP - MA) – Com a palavra o Deputado Daniel Almeida, PCdoB, da Bahia.

O SR. DANIEL ALMEIDA (PCdoB - BA. Como Líder. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, o orador que me antecedeu deveria ter mais critério com a História, com a verdade sobre a trajetória histórica de geração de empregos em nosso País.

Eles saíram do governo recentemente. Estiveram lá até 2002, e lá em 2002 o desemprego era muito maior; eram cerca de 15 milhões de desempregados. Nesses últimos 13 anos, mais de 12 milhões de empregos foram gerados. Nesse período mais recente, em função de alguns elementos da economia global e, principalmente, em função da ação golpista que paralisa o País, gera desconfiança, inibe investimentos, eles fizeram isso, paralisando as empresas nacionais e provocando uma elevação do desemprego em nosso País.

Seguramente, o caminho não é o que eles apontam. O caminho de formalizar, ampliar, generalizar a terceirização, fazer a prevalência do negociado sobre o legislado, fazer a reforma da previdência para retirar direitos, aumentar a jornada de trabalho; esse não é o caminho para a geração de emprego no nosso País. E sobre isso nós vamos nos manifestar sempre contrariamente.

Mas, Sr. Presidente, eu queria fazer uma referência à sessão da Câmara dos Deputados no dia de ontem. O PCdoB não participou de qualquer tratativa, de qualquer acordo, de qualquer entendimento para trazer a plenário, no dia de ontem, a matéria que trata de anistia, de modificação na legislação eleitoral para propiciar qualquer tipo de anistia para o caixa dois.

Não sei de onde surgiu, mas a sociedade brasileira tem direito de cobrar. E eu quero cobrar aqui. Onde foi urdida essa proposta? Em que subterrâneo? Para atender quem? Ela não chegou aqui sem uma produção de setores interessados em impedir a investigação e a punição de pessoas que cometeram crime de caixa dois; que essas pessoas possam ser alcançadas e punidas.

O PCdoB repudia essa manobra. Não havia qualquer razão, qualquer sentido. Nós condenamos qualquer manobra – como o fizemos aqui no período de Eduardo Cunha – que, com fala sorradeira, sem aviso, sem combinar no Colégio de Líderes, traga matérias para a deliberação. Pensei que essa etapa tinha sido vencida. Portanto, queremos deixar claro aqui que somos favoráveis à criminalização do caixa dois. Mas não era isso que estava sendo proposto ontem. Era outro caminho: anistia e anistia. Anistiar quem?

Portanto, Sr. Presidente, queríamos manifestar aqui de forma absolutamente clara: criminalizar o caixa dois, tudo bem, contem com o nosso apoio; anistia, não há absolutamente qualquer justificativa para esse caminho. Há inoportunidade. No meio de um processo eleitoral fazer uma convocação para tratar desse assunto, surpreendendo todos neste plenário, ou pelo menos a maioria, e a sociedade brasileira. Realmente, uma explicação precisa ser dada.

Nós viemos aqui, fomos convocados ontem para a sessão do Congresso, para tratar de matérias como o



Fies. E estamos aqui para votar. Se não há quórum, a responsabilidade não é da oposição; é do Governo, que não colocou até agora o quórum necessário para deliberação dessas matérias em plenário.

Portanto, fica reafirmada a posição do PCdoB, que não participou, não concorda e repudia a manobra que se tentou ontem para promover anistia àqueles que cometeram o crime de utilização de caixa dois.

A SRª ERIKA KOKAY (PT - DF. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, o senhor me presta um esclarecimento se for possível? No dia de ontem, nós tivemos duas sessões extraordinárias na Câmara. Nessas sessões extraordinárias, não houve quórum e não houve matéria, portanto, para deliberação. Na última sessão, o quórum foi atingido, e nós aprovamos, inclusive, uma medida provisória. Estivemos aqui.

Eu gostaria de saber de V. Exª se a presença nas duas sessões anteriores será consolidada pela presença na última sessão que efetivamente aconteceu?

O SR. PRESIDENTE (Waldir Maranhão. Bloco/PP - MA) – Esclareço a V. Exª que serão consolidadas.

Com a palavra o Deputado Manato. Depois, como Líder, pelo PMDB, o Deputado Mauro Pereira.

O SR. CARLOS MANATO (SD - ES. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, vou aproveitar esta sessão do Congresso Nacional para falar da minha querida e amada cidade de Alegre. Estive lá, Sr. Presidente, no sábado, no Distrito de Celina, e fiz um pronunciamento que alguns vereadores não entenderam. A esses vereadores que não entenderam eu gostaria de humildemente pedir desculpas. Quero dizer a esses vereadores que trabalham honestamente, que fazem um trabalho sério, que Deus os abençoe e tenham um bom trabalho.

A minha fala, no Distrito de Celina, foi direcionada para o Presidente da Câmara, Alício, e para os membros da Mesa Diretora, porque essas pessoas estão fazendo um desserviço à minha querida e amada cidade de Alegre.

Vender-se, Presidente – corrupção –, não é só receber dinheiro, não. Nós estamos aí com uma comissão anticorrupção: se você trocar cargos em uma futura Administração, é corrupção; se você engavetar um processo que o Tribunal de Contas mandou julgar, é corrupção; se você trocar algo por um benefício próprio, é corrupção.

Então, aqui, Presidente, eu quero desafiar o Presidente da Câmara de Alegre para um debate comigo. Vamos colocar um computador, vamos colocar o programa israelense que fala a verdade lá dentro da Câmara. Se ele tiver razão, humildemente vou pedir desculpa, vou pedir perdão e pago danos morais; se ele estiver errado e for provado que ele está errado, eu quero que ele bote para votar as contas do ex-Prefeito Zé Guilherme.

E, agora, vamos aos fatos, Sr. Presidente. Em 2012, quando esse Presidente da Câmara foi eleito, o candidato dele desistiu, e ele ficou junto com o Prefeito Zé Guilherme na eleição. Ele ganhou a eleição no palanque do Zé Guilherme. E o que aconteceu em agosto de 2015? O Tribunal de Contas rejeitou duas contas. Um prefeito que ficou dois anos e nove meses teve duas contas rejeitadas, que chegaram em agosto à Câmara de Vereadores. Sabem o que ele fez? Pegou um aliado, que é relator na comissão... Pegou o aliado, que está sendo investigado – está sendo investigado – por um crime de desmonte de motocicleta, e deu o processo para ele. E deixa claro, na cidade toda, que não vota antes da eleição, porque aí o candidato ficaria inelegível. São essas pessoas que querem o mal da nossa cidade; essas pessoas não amam a nossa cidade.

Sr. Presidente, eu estive lá sábado e domingo, e a conversa, na barbearia, no ponto de táxi, no cafezinho, na praça, é que esse Presidente – e isso está sendo falado na cidade – já negociou para ir para uma diretoria do SAAE, que trata água e esgoto. Não posso afirmar, Presidente, porque isso é o povo que está falando, eu não tenho prova, mas é a conversa que está lá; que esse Presidente – eu quero que ele mande um extrato bancário para mim – tem R\$1,5 milhão na conta da Câmara, que poderia estar ajudando o hospital para pagar três meses de salário atrasado, para pagar os funcionários, para pagar os fornecedores, e ele está segurando esse dinheiro para, na última semana do mês de dezembro, quando já estiver acabando a atual Administração, repassar os recursos e não poder usar.

Quero dizer bem claro para esse senhor que nós vamos aguardá-lo e vamos nos encontrar para um debate cara a cara, porque o que o senhor está fazendo com a nossa cidade é um crime! É um crime o que está fazendo com a terra em que nasci, com a terra que eu tanto amo, Sr. Presidente.

Então, isso também é corrupção. E é dessa corrupção que eu estou falando!

Peço a você, morador de Alegre, que sabe o quanto eu amo a minha cidade, o quanto eu amo vocês, que preste atenção na hora de votar. Vocês não podem votar em pessoas que possuem contas rejeitadas, que estão aí presas em um tribunal. Pensem bem! Analisem o Nirró e depois nós voltamos a conversar.

Estarei aí, na semana que vem, conversando com vocês.

Obrigado, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Waldir Maranhão. Bloco/PP - MA) – Deputado Mauro Pereira, pela Liderança do



PMDB.

O SR. MAURO PEREIRA (Bloco/PMDB - RS. Como Líder. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Deputado Waldir Maranhão, só o tempo de Liderança do PMDB ali, por favor, acho que está...

Sr. Presidente, Deputado Waldir Maranhão, colegas Deputados e Deputadas, primeiramente eu gostaria de conclamar os nossos colegas Deputados Federais e Deputadas para que compareçam ao plenário, porque, realmente, as votações que nós teremos que fazer são de extrema importância para o nosso País e para a nossa Nação.

Gostaria de cumprimentar aqui a nossa amiga Senadora Rose de Freitas, que é Líder da Bancada do PMDB no Senado, e cumprimentar, também, todos os Senadores que estão aqui presentes.

Sr. Presidente, no dia de hoje, o nosso Presidente Michel Temer fez a abertura oficial da ONU.

Eu tive a oportunidade de acompanhar toda a abertura e quero dizer com toda tranquilidade que o nosso País, hoje, tem um Presidente à altura do povo brasileiro. Um Presidente que, com muita tranquilidade, com muita simplicidade, mas com muita altivez e com muita firmeza, mostrou para o mundo que o nosso País é um País livre, é um País onde nós temos uma imprensa livre, é um País onde as instituições todas são respeitadas; que o nosso País teve, sim, um processo longo, mas democrático, e que, hoje, Michel Temer é um Presidente da República que, por sinal, juntamente com a sua equipe, juntamente com os servidores públicos federais, os nossos ministros, em pouco mais de cem dias já mostrou que nós estamos no caminho certo.

No nosso País, hoje, se nós formos analisar o Governo até agora, nós não tomamos nenhuma iniciativa para fazer com que a economia acelere, que melhore, mas, só pelo fato de nós termos um Presidente, uma equipe que fala a língua do povo brasileiro, essa iniciativa já deu uma tranquilidade, já deu uma segurança, e a nossa economia, de modo geral, já começou a melhorar. Mês a mês, ela vem melhorando.

Ontem, eu tive a oportunidade de acompanhar o nosso Ministro Chefe da Casa Civil, Ministro Eliseu Padilha, em um evento que houve na Bolsa Mercantil de Futuros, em São Paulo, na Bovespa. O nosso Ministro Eliseu Padilha foi tratar de assuntos relacionados ao Governo, à real situação do Governo, à maneira como estão sendo conduzidos os projetos, e ele deixou bem claro que, juntamente com o Senado e com a Câmara Federal, a nossa economia vai melhorar.

Então, nossa responsabilidade é muito grande. Nós, neste momento, por mais que sejamos petistas ou de um partido que seja vinculado ao PT, precisamos demonstrar o amor pelo Brasil, precisamos estar aqui votando e ajudando a fazer com que as coisas aconteçam nesta Casa. Eu não tenho dúvida nenhuma de que não é torcendo pelo pior do nosso País que vocês vão ser felizes. Pelo contrário. São 12 milhões de desempregados no País que estão esperando a nossa ação.

Hoje, por exemplo, Deputado Waldir Maranhão, o PLN 14, que está para ser votado aqui, está pedindo autorização para que o Presidente Michel Temer e a equipe econômica renegociem a dívida com os bancos...

(Interrupção do som.)

O SR. PRESIDENTE (Waldir Maranhão. Bloco/PP - MA) – Para concluir, Deputado.

O SR. MAURO PEREIRA (Bloco/PMDB - RS) – ... com os bancos internacionais, porque fazia dois anos que a ex-Presidenta Dilma Rousseff não pagava os juros da dívida externa. E, hoje, o nosso Governo não pode nem ser avalista dos financiamentos que as Prefeituras de Manaus, de Caxias do Sul e outras estão pleiteando, porque não pagou os bancos internacionais. Portanto, nós temos que aprovar esse PLN 14 para que o Governo brasileiro possa ser avalista de prefeituras do nosso País. Vejam a que ponto a Presidenta Dilma levou a nossa Nação! Além da corrupção que aconteceu no governo dela, que foi uma das maiores do mundo, ainda não pagou o que devia.

Então, nós temos que votar. Conclamo todos para que compareçam ao plenário, a fim de que possamos exercer o nosso...

(Interrupção do som.)

O SR. PRESIDENTE (Waldir Maranhão. Bloco/PP - MA) – Comunico que a sessão deliberativa extraordinária da Câmara dos Deputados, convocada para após a sessão do Congresso Nacional, está cancelada e convoco sessão não deliberativa de debates para hoje, terça-feira, 20 de setembro, às 14 horas.

Deputado Chico Alencar.

O SR. SÁGUAS MORAES (PT - MT) – Sr. Presidente, enquanto o Deputado se desloca, quero dizer que o PT é favorável a todos os PLNs. O PT está aqui para votar. O Governo é que não coloca Deputado aqui e que não dá quórum.

O SR. CHICO ALENCAR (PSOL - RJ. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Presidente Waldir Maranhão, Sr^{as} e Srs. Congressistas, servidores, quero reiterar que desde a semana passada se urdiu



na Câmara dos Deputados um projeto absolutamente espúrio e inaceitável, como o nosso Líder Ivan Valente e outros já denunciaram ontem aqui. E há etapas nesse malefício, nessa ofensa à boa prática democrática legislativa.

A primeira delas: faz-se uma reunião com parte dos Líderes – o PSOL foi excluído, parece-me que a Rede também, não sei que outra Liderança –, e essa parte de Líderes decide uma mutreta. Colocam em uma sessão extraordinária, à noite – talvez combinando com o Presidente do Senado de cancelar a sessão do Congresso –, matéria que, em si, na época, há nove anos, tinha todos os méritos, que era caracterizar o crime do caixa dois em campanha. Nesse contexto aqui, com a emenda que receberia – tudo combinadinho por trás dos panos –, seria uma abominável, inaceitável anistia a quem está sendo investigado seriamente na Lava Jato, porque fraudou a concorrência democrática nas eleições e a igualdade de oportunidades com o caixa dois; essas empresas empreiteiras que abastecem as campanhas, inclusive até hoje doando milhões, como acontece lá no Rio, notadamente com o candidato do PMDB à prefeitura da capital, através de diretores das empresas que doam milhões também. As somas milionárias continuam.

Ora, felizmente, a maioria da Base, talvez até desobedecendo aos Líderes que fizeram esse acordo por trás dos panos, reagiu, mas é algo que não pode prosperar. O Presidente Rodrigo Maia tem que recuperar a tradição – é só isso que se pede – de se fazer reunião com a integridade, a inteireza, a totalidade do Colégio de Líderes e discutir a pauta. Tudo tem que ser aberto.

Eu ouvi ontem, em uma federação de empresários em São Paulo – eles gostam muito desses ambientes do poder econômico –, dizerem que a renovação da política brasileira tão desgastada passava pela transparência absoluta, pois foi justamente o que não aconteceu ontem. Eu já disse que Millôr Fernandes, certa vez, brincando, como era o seu estilo de humor ferino, disse: “Na Brasília do poder, todos os gastos são pardos.” Aqui, o que a gente vê frequentemente é uma pauta que não passa de um despautério ofensivo aos próprios componentes do Parlamento. Isso não pode se repetir.

Estamos fazendo essa denúncia porque foi muito grave o que se tentou implementar. Passou, inclusive, pela chamada estranhíssima de uma sessão da Câmara, na tarde de segunda, que estava completamente fora do cronograma, até porque combinou-se, aí, sim, no Colégio de Líderes, que, nesta semana, há dez, doze dias das eleições municipais, não teríamos sessões deliberativas da Câmara. Tudo isso foi desconsiderado. Fez-se uma reunião secreta, e eu vou atribuir à Mesa Diretora, porque não aparece o pai dessa corujinha pelada, filhote – não tem pai quando é feia –, quem puxou o projeto do Deputado Régis, de 2007, para emendá-lo, a fim de torná-lo um monstro. Aí, ninguém sabe, ninguém viu, mas estava na sessão extraordinária, e a pauta foi apresentada pela Mesa Diretora da Casa. Isso não pode acontecer mais. É gravíssimo, é uma ofensa aos nossos direitos de participação aqui.

A gente precisa que as instituições funcionem com transparência, assim como certos promotores do Ministério Público podem, inclusive, tornar-se os maiores detratores da importantíssima operação Lava Jato por exibicionismo, vontade de holofote, de aparecer. Essa sobriedade democrática é fundamental, inclusive aqui na Câmara, que viveu uma experiência de profunda ameaça quanto ao seu bom funcionamento e ao modo democrático.

(Interrupção do som.)

(Durante o discurso do Sr. Chico Alencar, o Sr. Waldir Maranhão, 1º Vice-Presidente, deixa a cadeira da Presidência, que é ocupada pelo Sr. Carlos Manato.)

O SR. PRESIDENTE (Carlos Manato. SD - ES) – Muito obrigado, nobre Deputado.

Concedo a palavra à Deputada Luiza Erundina, pelo PSOL.

Enquanto ela sobe à tribuna, Luiz Carlos Hauly, um minuto.

Quero deixar claro que são cinco minutos, e eu não vou prorrogar para ninguém.

O SR. LUIZ CARLOS HAULY (PSDB - PR. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, quero parabenizar o Presidente Michel Temer pelo belíssimo e importante pronunciamento na ONU, na manhã de hoje, tradição que vem desde Osvaldo Aranha, em 1947, há 69 anos.

Foi um pronunciamento contundente, defendendo o Brasil, a sua democracia, a estabilidade política, a estabilidade jurídica do Brasil; mostrou que as instituições, o Judiciário, o Legislativo e o Executivo, estão funcionando, assim como o Ministério Público e a Polícia Federal. A imprensa brasileira é livre.

Quero dizer alto e bom som ao mundo o que ele disse lá: que a grande questão nacional hoje, interna, é a reforma e o combate à corrupção. No quesito combate à corrupção, a Comissão Especial está aperfeiçoando a legislação, e aqui estamos para apoiar essa medida.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Manato. SD - ES) – Obrigado, nobre Deputado.



Pelo PSOL, de São Paulo, a nobre Deputada Luiza Erundina.

V. Exª tem até cinco minutos.

A SRª LUÍZA ERUNDINA (PSOL - SP. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, colegas Parlamentares, na tarde de ontem, esta Casa se comportou, mais uma vez, com total descompromisso com a recuperação da sua credibilidade, da sua imagem diante da sociedade brasileira. Aquele projeto, pautado em uma sessão clandestina, praticamente, está engavetado na Casa há quase dez anos.

Esse projeto foi fruto de uma Comissão Especial pela Reforma Política, que contou com a participação da sociedade civil, representada pela Frente Parlamentar pela Reforma Política com Participação Popular. Um projeto bem estruturado, relatado pelo então Deputado Ronaldo Caiado. De todas as propostas que já foram gestadas em n comissões especiais de reforma política, essa foi a que mais avançou e que tratou de forma sistêmica, estrutural o sistema e a reforma do sistema político em nosso País.

Sr. Presidente, ao longo desses dez anos, a Casa poderia ter se detido nessa proposta para aperfeiçoá-la e para votá-la. Já teríamos tido, evidentemente, a correção de inúmeras distorções do nosso sistema político, mas, lamentavelmente, não se quer acertar o passo em relação à democracia brasileira; não se quer atender às expectativas da Nação brasileira. Continuam-se promovendo ações absolutamente inaceitáveis, como aconteceu ontem, naquela sessão fraudulenta, em que se quis embutir, usar aquele projeto sobre o qual esta Casa se deteve durante um longo tempo. Foi objeto, inclusive, de discussão nas assembleias legislativas dos Estados brasileiros. Simplesmente quiseram usá-lo como uma garupa, em uma outra tentativa, desmoralizante para a Casa, de anistiar crimes eleitorais do caixa dois.

Sr. Presidente, esta Casa parece que prima, que fica o tempo inteiro buscando qual é a melhor forma de se desmoralizar diante da sociedade. Foi incrível o que aconteceu ontem!

A Presidência desta Casa deve uma explicação a este Plenário e à sociedade pela forma como se comportou na tarde de ontem. Sr. Presidente, esta Casa precisa assumir os seus brios e começar a funcionar da forma necessária para se recompor diante da Nação brasileira e de ser de fato a Casa do povo, que contribui para encontrar saídas e soluções para o gravíssimo problema que o País enfrenta hoje. Em vez de anistiar criminosos, é necessário criar mecanismos de controle, de fiscalização e de transparência para que as disputas eleitorais se deem de forma controlada, fiscalizada e absolutamente confiável, do ponto de vista dos que querem de fato o aperfeiçoamento da democracia no Brasil.

É vergonhoso o que aconteceu ontem, Sr. Presidente! Eu me senti constrangida e infeliz por ser membro desta Casa na tarde de ontem, apesar de acreditar que a democracia só se consolida e só se legitima pelas mãos do povo, para que o povo acorde e perceba que uma reforma estrutural do nosso sistema político é condição indispensável para se corrigirem as distorções, para se consolidar a democracia no Brasil e para de novo fortalecer as instituições democráticas em nosso País.

É uma verdadeira vergonha! É absolutamente condenável o que aconteceu na tarde de ontem! Lamentavelmente, a Presidência, ou quem por ela esteja falando, não deu nenhuma explicação sobre o que aconteceu na tarde de ontem. Lamentavelmente, Sr. Presidente, até hoje é silêncio absoluto, se não fosse uma atitude corajosa, consistente, consequente do nosso Líder do Partido Socialismo e Liberdade, que impediu que a matéria fosse a votos na tarde de ontem. É disso que se trata. É uma vergonha, é um desprestígio...

(Interrupção do som.)

O SR. PRESIDENTE (Carlos Manato. SD - ES) – Muito obrigado, nobre Deputada Luiza Erundina.

Concedo a palavra, pelo PSOL de São Paulo, ao nobre Deputado Ivan Valente.

Enquanto V. Exª sobre à tribuna, concedo um minuto ao Deputado Valdir Colatto.

O SR. VALDIR COLATTO (Bloco/PMDB - SC. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, nós já falamos nesta tribuna e precisamos voltar a falar: o Brasil precisa andar, precisa se desburocratizar, as empresas precisam trabalhar, produzir, gerar impostos, gerar empregos. Isso tem que ser feito urgentemente. Não dá mais para ficar esperando que as coisas aconteçam.

A legislação trabalhista, hoje, está contra o trabalhador brasileiro pela dificuldade de se contratar. Então, não dá mais para ficar esperando. As indústrias têm que voltar a trabalhar, mas deve-se fazer um grande Refis neste Brasil.

Daqui para frente, a indústria vai trabalhar, vai arrecadar impostos, vai gerar empregos. O Brasil precisa, realmente, desatar esses nós da burocracia, da falta de produtividade e da falta de empregos que temos. Para isso, só há um jeito: fazer o Brasil andar; as indústrias e as empresas caminharem.

Temos que fazer alguma coisa neste Congresso, pois é responsabilidade nossa, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Manato. SD - ES) – Muito obrigado, nobre Deputado.



Pelo PSOL de São Paulo, o nobre Líder Ivan Valente. V. Ex^a tem cinco minutos na tribuna.

O SR. IVAN VALENTE (PSOL - SP) – Quero que V. Ex^a agregue meu tempo de Líder à minha fala agora, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Manato. SD - ES) – Pois não, Deputado.

O SR. IVAN VALENTE (PSOL - SP. Como Líder. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Deputados, o assunto momentoso de hoje é o que aconteceu na Câmara dos Deputados e no Congresso Nacional no dia de ontem.

Eu quero começar dizendo que fomos convocados, Deputados, a partir, inclusive, de comunicado de Presidência, de lideranças partidárias, porque, no mês de setembro, haveria convocação apenas para a semana em que se votaria a cassação do Deputado Eduardo Cunha. Não havia programação para essa convocação, não havia nenhum acordo nessa direção. Isso foi feito na última sexta-feira.

Quero aqui desta tribuna dizer que não acredito que o Presidente desta Casa, Deputado Rodrigo Maia, não sabia que seria pautado o Projeto nº 1.210, de 2007, do Deputado Regis de Oliveira. Ninguém acredita que o Deputado Rodrigo Maia, no exercício da Presidência da República, não se deixaria trair por uma medida de impacto dessa natureza, que iria ser responsabilizado se não estivesse de acordo com o conluio que estava sendo armado entre vários Líderes desta Casa, que produziram uma peça de uma criança que não chegou a nascer propriamente, mas tem pai e mãe, que ninguém sabe quem é. Só o Relator apareceu nos momentos finais, seria o Deputado Aelton Freitas, a quem peço que libere o seu relatório para todos os Deputados, porque queremos saber que vergonha foi articulada por baixo dos panos. Nós queremos saber. Libere para a imprensa, libere para todos os Deputados e para a Casa que relatório é esse.

Em segundo lugar, Presidente, nós fomos convocados nesse dia de ontem para votar a Lei de Diretrizes Orçamentárias. O Senador Renan Calheiros, no momento em que o quórum foi atingido ontem à noite, adentrou este plenário. Ele estava presente, havia quórum regimental no Congresso Nacional, e quero saber por que o Senador Renan Calheiros não abriu a sessão do Congresso e se retirou, enquanto o Presidente em exercício, Deputado Beto Mansur, Secretário-Geral, se colocava como o mandante do projeto. Ele dizia que não, mas ele falou: está na pauta e vai ser votado.

Por isso, Sr. Presidente, o que aconteceu ontem aqui no Congresso Nacional foi algo para desmoralizar o Congresso Nacional, algo para se envergonhar. E os líderes partidários não foram ao microfone, esse é o problema principal. A maioria dos líderes partidários se esconderam, não assumiram suas responsabilidades, enquanto estavam lá reunidos, produzindo o trambique, a maracutaia que era anistiar todo o caixa dois. E houve gente que deu entrevista coletiva dizendo que o projeto era do bem. O projeto era do bem porque ia pinçar o ponto oito do projeto de iniciativa popular que está sendo discutido numa comissão especial, sob a presidência do Deputado Passarinho, relatoria do Onyx Lorenzoni. Essa comissão está discutindo isso. E esse projeto era para criminalizar o caixa dois no ponto oito. Por isso, ele era do bem. Mentira! O que se queria era que todo o processo atrás fosse anistiado, inclusive agora, depois que a Odebrecht e a OAS anunciarem – Presidente, o senhor não colocou os meus três minutos – que vão fazer uma delação premiada em que existem, Deputado Chico Alencar, centenas de nomes.

O debate do caixa dois se intensificou para mostrar que empreiteiras e empresas, quando doam, doam do caixa dois, e o caixa dois é construído em cima de propina. Não há como diferenciar o dinheiro do lucro da empresa do dinheiro do caixa dois. O dinheiro do caixa dois é feito através de negociações que resultam em superfaturamento, que resultam na produção de um excesso, que é o caixa dois, que é exatamente a propina que foi negociada de 1%, de 2%, de 10%, de 20% sobre as obras. É disso que se trata. É verdade que muitas empreiteiras fizeram até um departamento especial para isso. E nós sabemos também que a lista da Odebrecht vazou. Ela tinha 300 nomes e desapareceu. A OAS, a mesma coisa. Cada vez que o empreiteiro Léo Pinheiro é preso, aparece de novo outra lista, outra delação, novos nomes.

E aqui se queria resolver essa questão antes do processo eleitoral e antes da saída da lista. Por isso, Sr. Presidente, o que ocorreu aqui acendeu um enorme sinal vermelho. Nós não podemos mais, líderes partidários, pessoas comprometidas, Deputados que têm juízo nesta Casa e que respeitam a opinião pública, que respeitam a sociedade brasileira, nós não temos condição...

O SR. PRESIDENTE (Waldir Maranhão. Bloco/PP - MA) – O último minuto para concluir.

O SR. IVAN VALENTE (PSOL - SP) – Não vai se votar coisa importante hoje. Esvazie-se o plenário, porque foi o que aconteceu ontem. Veja: o Senado era sem efeito, o Congresso era sem efeito administrativo, Deputado Manato. Então, quanto menos gente tivesse aqui, menos imprensa lá no salão verde, melhor. E os Líderes reunidos na sala da Presidência, executando uma tarefa execrável! Ainda bem que vários partidos racharam ao meio, nós sabemos disso, racharam ao meio, porque sabem do enorme desgaste que isso causaria.

Eu quero finalizar dizendo: o PSOL está alerta. O PSOL está com o farol ligado. Nós estamos aqui sabendo



que acendeu uma luz vermelha, que uma maracutaia está sendo produzida e que eles não vão desistir tão cedo. Não! Repúdio ao que aconteceu aqui ontem.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Manato. SD - ES) – Muito obrigado, nobre Deputado.

Vou conceder a palavra à nobre Deputada Benedita da Silva. Depois, será o Bohn Gass.

O SR. ONYX LORENZONI (DEM - RS. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, um minutinho.

É só uma informação em relação à Comissão das dez medidas de combate à corrupção. Pegando o gancho da fala do Deputado Ivan Valente, a Comissão convocou hoje o Procurador-Geral Eleitoral Nicolao Dino e está agendado para o próximo dia 10 de outubro um debate sobre criminalização do caixa dois. Virão o Procurador-Geral Eleitoral, os representantes da academia e os advogados partidários para que, com equilíbrio, com bom senso e com seriedade, a Comissão produza, dentro das dez medidas propostas pelo Ministério Público, uma alternativa feita às claras, respeitando os princípios legais e, principalmente, Deputado Manato, dando satisfações à sociedade brasileira de algo feito com responsabilidade e com objetividade.

Então, agradeço a oportunidade e convido todo o Plenário da Casa para participar da sessão do dia 10 de outubro, quando vamos discutir, sim, com especialistas, a criminalização do caixa dois, de dia, às claras e com seriedade.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Manato. SD - ES) – Muito obrigado, Deputado.

Eu gostaria de comunicar ao Plenário que estão abertas as inscrições até 13h30 para quem quiser falar no Pequeno Expediente, porque começarão as sessões de debate às 14 horas.

Deputada Benedita da Silva, V. Exª tem cinco minutos improrrogáveis na tribuna.

A SRª BENEDITA DA SILVA (PT - RJ. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão da oradora.) – Srªs e Srs. Congressistas, eu aproveito este momento para, com muita emoção, prestar uma homenagem à arte e à cultura brasileira, na pessoa de Domingos, que foi levado pelas águas de São Francisco, um pai de família, um amigo, um companheiro. Todos vocês sabem que o Brasil chorou e tivemos também muita solidariedade em torno de alguém que nós acreditamos que vai fazer à cultura brasileira, à sua família e aos seus amigos. A ele presto esta homenagem.

Também quero aqui agradecer muitíssimo ao Dr. Ricardo Gepp, do Hospital Sarah Kubitschek, que me submeteu à cirurgia na cervical. Por isso, eu estive afastada esse tempo. Agora, estou voltando, estou bem, graças a Deus. Presto aqui um esclarecimento a todos vocês, porque algumas pessoas não sabiam que eu estava de licença médica e que eu iria operar na cervical.

Mas, Sr. Presidente, ouvi também aqui algumas pessoas falarem que agora nós estamos no país das maravilhas. Nós queremos dizer, com muita preocupação, que os golpes continuam sendo dados, haja vista o que aconteceu aqui na sessão de ontem à noite. Hoje nós já ouvimos aqui que agora temos um Presidente que representa o povo brasileiro. Desculpe, com todo respeito, mas não me representa, na medida em que ele está sentado naquela cadeira por ato de um golpe.

O que eu estou vendo, Sr. Presidente, é que eles querem acabar com o combate à corrupção. Ontem estavam querendo botar embaixo do tapete a corrupção. Direitos dos aposentados e pensionistas estão indo para o ralo. A entrega do pré-sal também está acontecendo, retirando direitos dos trabalhadores, esvaziando a CLT, retirando a oportunidade do emprego neste País. A terceirização do trabalho está à vista. Estão retomando uma política externa de entrega, de submissão. Está havendo um desmonte da política agrária neste País. Estão tirando recursos, diminuindo os recursos das ações de Governo na área social. Os investimentos, agora querem inclusive dizer que nós passaremos 20 anos sem investimento social. É este o Governo que representa o interesse do povo brasileiro? Não pode ser. Um governo que representa o povo brasileiro é aquele governo que garante a empregabilidade, que não diminui salários dos trabalhadores, pelo contrário, que faz com que os trabalhadores tenham seus aumentos sem precisar fazer qualquer greve, porque já está garantido a eles segundo a inflação.

Sr. Presidente, eu fico estarelecida com o que se coloca pensando que nós, o povo brasileiro, somos bobos. Não somos. Não somos, e vamos continuar dizendo que a política que está neste Governo hoje é uma política de golpe. E esse golpe não para por aqui. Querem parar o combate à corrupção, porque querem se proteger. E agora nós temos um monte de gente que está morrendo de medo, porque o ex-Deputado Cunha disse que, se o Moro o chamar para alguma coisa, ele vai derrubar Michel Temer, o Senado, mais de 150 Deputados na Câmara dos Deputados.

Então, não vamos dar jeitinhos para o combate à corrupção, vamos tratar com seriedade e às claras. Aquilo que serviu como *impeachment* para a Presidenta Dilma... Agora não acontece mais nada, está tudo na legalidade. Se o Presidente Fernando Henrique se encontra com um empresário, é um empresário, mas, se for o Lula, é uma pessoa que está dando grana.

Então, Sr. Presidente, aqui concluo e peço...



O SR. PRESIDENTE (Carlos Manato. SD - ES) – Muito obrigado.

Vamos divulgar no programa A Voz do Brasil. É muito bom saber que V. Exª retornou tão combativa.

Concedo a palavra, pelo PT do Rio Grande do Sul, ao Bohn Gass.

Depois, Luis Carlos Heinze.

Cinco minutos, Deputado.

O SR. BOHN GASS (PT - RS. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Obrigado, Presidente Manato.

Deputados e Deputadas, nós estamos numa sessão do Congresso a que o País está assistindo. Eu quero levar uns números para o povo brasileiro ver o que é o desastre deste Governo, que está na Presidência não pelo voto, mas pelo atalho e por um golpe. O golpe foi contra a democracia, mas ele mandou uma PEC, que é uma alteração da Constituição de 1988, presidida pelo Sr. Ulysses Guimarães, nesta sessão, anunciada como a Constituição cidadã.

Pois bem, a PEC 241, apresentada pelo Sr. Temer, rasga o que os Constituintes à época fizeram, porque ela congela, durante 20 anos, os investimentos públicos em programas sociais, em educação, em saúde. A minha assessoria me alcançou, e eu reproduzo aqui: se nós tivéssemos, na área da educação, aplicado um congelamento sem reajuste, apenas pelo IPCA, o que quer a proposta de emenda à constituição... No último ano do Fernando Henrique Cardoso, em 2002, as despesas em educação atualizadas para cá seriam de R\$30,8 bilhões. Eu repito: R\$30,8 bilhões. Se aplicada a regra do teto pela PEC, na atualização – porque houve inflação negativa num período –, não se estaria hoje com R\$30,8 bilhões: estar-se-ia com R\$29,6 bilhões.

Sabem quanto a Presidenta Dilma investiu, preocupada com a educação no País, com o Fies, com o Ciência Sem Fronteiras, com o Pronatec, com a possibilidade de jovens poderem fazer a sua faculdade, um sonho negado durante os governos tucanos? Nós investimos, em 2015, não R\$30 bilhões, mas nós investimos R\$90 bilhões. Ou seja, o que a PEC 241 está fazendo é o seguinte: está tirando dos R\$90 bilhões e está dizendo que vai aplicar só um terço, porque ela vai congelar. Se pegarmos, então, menos R\$60 bilhões em cada ano, nos governos de 13 anos do PT, seriam menos R\$443 bilhões, sim, menos jovem, menos filho de operário, de lavadeira, de pedreiro, de faxineira se alçando para poder fazer uma faculdade. Esta é a PEC, este é o golpe: dizer não à educação deste País! Isso se chama PEC 241.

Na saúde é a mesma coisa. Eu fiz questão de pegar os números da saúde. Em três anos, nós teríamos, se fosse aplicada a regra da PEC, que é para valer a partir de agora – porque falar em ajuste fiscal é falar em agradar banqueiro, ajuste fiscal é para sobrar dinheiro para os juros, para manter a inflação alta e para voltar ao tempo em que, não havendo crise no mundo, existiam mais de 15 milhões de desempregados –, na saúde, seriam menos R\$300 bilhões, menos Samu, menos consulta, menos Farmácia Popular, menos remédio. É isso o que o PMDB, com o Temer, quer fazer para o País.

Nos últimos segundos, Presidente Manato, eu vou dar o exemplo do que será com o salário mínimo, porque o salário mínimo congelado, reajustado só pelo IPCA, não estaria em R\$880,00, estaria em R\$490,00. Seriam R\$390,00 a menos para cada trabalhador do Brasil! É isso a PEC 241, do governo golpista Temer, apoiado, aqui por dentro, pelos Deputados que não querem o povo porque não querem os programas sociais, mas querem ajuste fiscal. E ajuste fiscal, eu repito, é para agradar banqueiro, é para fazer sobrar dinheiro para juros altos, e não para programas sociais.

Então, vamos traduzir, vamos falar no linguajar que o povo entende: a PEC 241, do Temer, é para tirar direitos.

O SR. PEDRO FERNANDES (Bloco/PTB - MA) – Sr. Presidente, para uma indagação.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Manato. SD - ES) – Muito obrigado, nobre Deputado.

Concedo a palavra ao nosso Deputado Luis Carlos Heinze.

V. Exª tem cinco minutos na tribuna. Enquanto isso, um minuto para o Vinicius, depois V. Exª.

O SR. PEDRO FERNANDES (Bloco/PTB - MA) – Sr. Presidente, é só para uma indagação, pela sua experiência.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Manato. SD - ES) – Pois não.

O SR. PEDRO FERNANDES (Bloco/PTB - MA. Sem revisão do orador.) – O Senado está em sessão, em Ordem do Dia. Pode o Congresso funcionar, Sr. Presidente? Pela sua experiência, acho que V. Exª tem que suspender a sessão, até que o Senado conclua. Senão, vira uma verdadeira esculhambação, como estamos trabalhando para que esta Casa se torne.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Manato. SD - ES) – Obrigado, nobre Deputado.

Vinicius, um minuto.

O SR. VINICIUS CARVALHO (PRB - SP. Sem revisão do orador.) – Obrigado, Sr. Presidente.



Antes, eu peço que esta nossa fala tenha ampla divulgação nos meios de comunicações da Casa, Sr. Presidente.

Presidente, por favor, se puder retomar o nosso tempo, porque passou um pouquinho, por gentileza.

Há um projeto de lei de nossa autoria, Presidente, que regulamenta a gravação de imagem em locais públicos e que torna crime a não permissão dessas gravações. Ou seja, qualquer pessoa que estiver sendo vítima ali de abuso de autoridade, de prevaricação do serviço público ou diante de um mau funcionamento de serviço público poderá, por meio desse projeto de lei, fazer a gravação para fazer denúncia. E nenhum servidor poderá impedi-la de fazer isso, sob crime tipificado no próprio Código Penal. Isso ocorre, Sr. Presidente, porque muitas pessoas têm denunciado o mau uso e o mau atendimento nos hospitais e estão sendo vítimas, inclusive, de violência por parte de funcionários, tentando impedi-las de fazer a denúncia.

Então, esse projeto é para preservar esse direito.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Manato. SD - ES) – Parabéns, nobre Deputado, pelo projeto.

Deputado Luis Carlos Heinze, V. Ex^a, que é do PP do Rio Grande do Sul, tem cinco minutos na tribuna.

O SR. LUIS CARLOS HEINZE (Bloco/PP - RS. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, colegas Parlamentares, falei ontem e vou repetir o assunto, pela gravidade que tem, sobre uma questão do Rio Grande do Sul e certamente de vários lugares do Brasil.

Nós temos um problema: o setor superavitário do Brasil é o setor primário. Se são quase US\$400 bilhões de reserva, o que o pessoal garganteia que tem, isso se deve à agricultura, à pecuária, à produção brasileira. Se o Brasil tem isso, os produtores rurais de qualquer canto do Brasil, pequenos, médios ou grandes, fizeram esse superávit. Se há hoje quase 40% dos empregos e se há 12 milhões de desempregados pelo desajuste que a Presidente Dilma tomou, neste último mandato e nos anteriores, esse desajuste se deve... Só há 12 milhões, porque a agricultura, a pecuária, a produção ainda estão segurando as pontas, para mantermos esses empregos.

A que estamos assistindo? À ideologia do Presidente Lula e da própria Presidente Dilma Rousseff, na questão indígena, na questão quilombola, na questão do MST. Estamos assistindo a toda a sustentação desses movimentos em cima daqueles que estão produzindo no Brasil. Então, vejamos, vou chamar a atenção do Presidente Michel Temer. Ele tem que entender que acabou a ideologia. E ele sabe disso, assim como o Ministro Eliseu Padilha, da mesma forma, lá, como Ministro da Casa Civil, o Ministro da Justiça, Alexandre de Moraes, e a nova Advogada-Geral da União, Grace Mendonça.

Nós estamos com esse processo que eu citei ontem, de um pequeno produtor lá do interior do Rio Grande do Sul. Aquilo simboliza milhares de situações no Brasil inteiro. Não é o caso do Denis Golin, de Sananduva, não é o caso dele. São milhares de pessoas que hoje estão padecendo, pela questão dos desmandos que houve com relação à questão indígena e quilombola.

Há hoje 115 milhões de hectares de terras indígenas no Brasil, e querem mais 50. À custa de quem? Roubando-se de produtores rurais – roubando-se, Deputado Manato. Roubando-se, porque, com laudo antropológico fraudulento, querem retirar famílias com escrituras, no Rio Grande do Sul, centenárias. Lá nós temos mais de 150 anos, terceira, quarta, quinta geração em cima da terra. Querem tirar as terras, no Rio Grande do Sul, de 7 mil famílias – 100 mil hectares. Portanto, isso tem que acabar.

O Presidente Michel Temer tem que entender que lá, na Funai, nós temos que ter um Presidente da Funai, que o Ministro da Justiça acabe resolvendo esse assunto. Ministro Alexandre de Moraes, nós já fomos até o senhor. O pessoal da Frente Parlamentar da Agricultura, eu mesmo já estive lá, vários Parlamentares, três governadores já foram lá, cobrando ações dele. Tem que haver ações para coibir esses abusos. São mais de 500 processos fraudulentos que há hoje, no Brasil, na questão indígena.

O Deputado José Silva, colega nosso, parceiro nosso do Partido Solidariedade, já na questão do Incra, colocou lá o novo Presidente do Incra e, de uma certa forma – o Leonardo Góes –, já estão alinhando as questões dos quilombolas. E sobre a questão do próprio MST, o Presidente Michel Temer, com essa nova direção do Incra, já está querendo dar um norte. Vai entregar, até o final do ano, 250 mil títulos. São quase um milhão de famílias, e o PT não tinha interesse em titular essas terras. Não tinha, para fazer esse pessoal comer milho nas mãos deles. Esse é o esquema. Portanto, hoje temos que fazer com que essas famílias possam ter a sua liberdade, ter a sua escritura e poder conduzir a sua vida, chegar num banco e fazer um Pronaf. E eles não conseguem fazer isso, só através das cooperativas fraudulentas. Nós estamos colocando essa situação aqui para resolvermos esse impasse.

Presidente Michel Temer, Ministro Eliseu Padilha, Ministro Alexandre de Moraes, por favor, vamos ajustar a questão do Incra. Vetaram o nome de um general, gente séria, gente decente. Nós temos que ver quem vai ficar na Funai. Estamos há meses. O Presidente Michel hoje não é mais interino, já é titular absoluto. Portanto,



tem que acertar essa situação, porque é um problema com um setor que está mantendo os empregos neste País. Um setor que está dando certo, que é a agricultura, que é a pecuária, que é a produção. Nós precisamos resolver. Não são os grandes produtores. No Rio Grande do Sul, essas 7 mil famílias são de produtores de 10, 15, 20, 30 hectares, são pequenos produtores. Assim é em Santa Catarina, assim é no Paraná. Vai no Mato Grosso do Sul, da Deputada Tereza Cristina, lá também há muitos pequenos produtores. Então, esse fato tem que ser resolvido. Tem que acabar com a ideologia da Funai, como já acabou a ideologia dentro do Incra.

Presidente Michel Temer, dê um norte. E o próprio Ministro Alexandre de Moraes, vamos dar um norte a essa questão de mais de 500 processos fraudulentos no Brasil.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Manato. SD - ES) – Muito obrigado, nobre Deputado.

Pelo PT, do Mato Grosso, Deputado Sâguas Moraes. V. Ex^a tem cinco minutos na tribuna.

Depois, Décio Lima.

O SR. SÂGUAS MORAES (PT - MT. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, nobres pares, Sr^{as} Deputadas, nós estamos em mais uma sessão do Congresso em que não há quórum. Esta sessão já acabou. Nós vamos terminar os inscritos aqui, é uma sessão em que não há quórum para deliberar.

Eu ouvi vários Parlamentares da Base do Governo dizendo que o PT estava obstruindo a sessão. De maneira nenhuma. Na verdade, a obstrução é um instrumento político de fazer debate político aqui, nesta Casa, de fazer o enfrentamento político aqui. Quem está hoje na Base do Governo, quando era oposição, fazia obstrução sem o menor pudor contra as ações do nosso governo. E quem é governo sempre reclama da obstrução, mas é um instrumento regimental, é um instrumento importante para que a minoria, a oposição, não possa ser patrolada num processo desses aqui.

Eu disse, desde o começo desta sessão, que não haveria quórum, porque, desde ontem, fomos convocados para uma sessão do Congresso, em que também não houve quórum. Há duas semanas, houve outra sessão do Congresso em que não houve quórum.

Sr. Presidente, estou dizendo isso aqui porque temos a LDO para votar, que, em tese, deveria ter sido votada antes do recesso parlamentar. Tivemos o recesso branco porque a LDO não foi votada. Oficialmente a LDO não aconteceu. Acontece que LDO obstrui a votação de todos os PLNs, de todos projetos de lei do Congresso Nacional.

O primeiro item é a LDO. O segundo item é o PLN 8, de 2016, que trata de crédito suplementar no valor de R\$1.103.400.000,00 a favor do Ministério da Educação e de operações oficiais de crédito. Isso é para pagar o Fies. Há três meses que as universidades não recebem o repasse do Fies. O Fies foi criado ainda no governo Fernando Henrique. Porém, com o seu modelo existente, não havia mais de 30 mil adesões por ano. No primeiro governo Lula, seguiu-se o mesmo modelo. No segundo governo Lula, foi criado um novo Fies, com taxa de juros mais baixa, não havendo mais a exigência de três avalistas. Facilitou-se a vida. A partir dali, houve um acesso muito grande ao Fies, chegando a 2 milhões de estudantes inscritos. Hoje, as universidades não recebem o repasse do Fies e estão querendo cobrar as mensalidades dos estudantes. Dizem a eles: “Olha, você paga a mensalidade e, na hora em que sair o Fies, nós a devolvemos para você.” Essa relação é a pior que existe para o estudante, pois gera insegurança, frustração. Precisamos resolver isso.

O Governo não consegue colocar uma maioria de Deputados aqui, pois tem maioria nesta Casa, haja vista que o golpe foi dado pela maioria desta Casa e pela maioria do Senado. A sessão do Congresso não acontece, porque o Governo não coloca Parlamentar nesta Casa. Mesmo assim, já que o Governo não consegue colocar maioria aqui, Sr. Presidente, ele tem outro instrumento, que é a medida provisória. No governo Lula, quando havia qualquer resistência em relação ao Fies, foram baixadas dez medidas provisórias para pagar o Fies, para gerar crédito de pagamento do Fies. Então, este Governo não está interessado em resolver o problema do Fies, não está interessado em fazer com que o Fies possa dar certo. Essa é a primeira ação do Governo no sentido de reduzir o crédito, o financiamento para o Fies, que tem sido importante para garantirmos uma grande quantidade de estudantes na universidade.

Quando o Lula assumiu, havia 3,5 milhões de universitários. Hoje são mais de 7,2 milhões. Nós mais que dobramos a quantidade de universitários, seja através do ProUni, através do Fies, através de abertura de novos cursos nas universidades federais, da implantação de cursos superiores nos institutos federais. Então, foram os governos do Presidente Lula e da Dilma que olharam e priorizaram o ensino superior neste Brasil, além do ensino profissional e educação básica.

Agora, há um Governo que está trabalhando para reduzir os recursos. Vem aí a PEC 241, que vai congelar os investimentos em educação e em saúde. Dessa maneira, nós entendemos que esta Casa tem que responder e não admitir reduzir ou cortar o Fies, não fazer nenhum movimento...

(Interrupção do som.)



O SR. SÁGUAS MORAES (PT - MT. *Fora do microfone.*) – ... para pagar o Fies.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Manato. SD - ES) – Muito obrigado, nobre Deputado.

Pelo PT de Santa Catarina, Deputado Décio Lima. Depois, Erika Kokay.

O SR. DÉCIO LIMA (PT - SC. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, nós temos assistido ao debate entre vários colegas Deputados, e não posso deixar de dizer do carinho pessoal que tenho até pela construção da relação democrática e humana aqui, neste Parlamento, mas nos causa muita estranheza a forma como colocam. Mais parecem aqueles que tentam mentir para o povo brasileiro, conspirando contra a verdade, utilizando-se daquilo que há de mais repugnante na vida pública, tentando realizar uma verdadeira transgressão aos aspectos da história e à realidade da vida do nosso País e do nosso povo. Uma verdadeira desfaçatez.

Ora, Deputados do PSDB, tucanos, virem aqui fazer uma abordagem sobre economia brasileira? Eles que deixaram, de 1994 a 2002, praticamente o crescimento do nosso País estagnado, um PIB que oscilava entre US\$500 bilhões e US\$600 bilhões nesse período, que mantiveram uma média da taxa de desemprego, nesse período, de 12,6%, quererem falar agora em economia sem reconhecer que, a partir da vinda do Presidente Lula, criou-se um verdadeiro marco regulatório da história e da vida do povo brasileiro?

Nós quintuplicamos quase o PIB. O Brasil ficou cinco vezes maior do ponto de vista da economia. Estamos contabilizando algo em torno de US\$2,5 trilhões o tamanho do PIB. Até 2013, antes da crise econômica, a média do desemprego no Brasil era de 5,4, contra uma média de 12,6 durante todo período dos oito anos de mandato deles. Aquilo não foi uma herança maldita. Foram sempre os malditos da história que viraram as costas para a miséria, para o abismo social, para a fome, para tudo o que envergonhou sempre o povo brasileiro.

Outros colegas meus do PMDB virem aqui falar em crise provocada pelo Governo Presidenta da Dilma, um governo que sempre acompanharam? Talvez o paradigma deles seja dizer aqui: “Precisamos voltar aos tempos de Itamar Franco; precisamos voltar aos tempos de Sarney”, que são os grandes exemplos e paradigmas pelos quais eles se orientaram na vida republicana brasileira, principalmente depois da ditadura.

É uma desfaçatez a forma como abordam os processos econômicos aqui, no nosso País e, particularmente, a questão do emprego.

Nós fomos protagonistas, ao longo desse período, com o Presidente Lula e com parte do período da Presidenta Dilma, de valores conquistados pela sociedade que nos permitem dizer com orgulho: são valores que se institucionalizaram de forma horizontal na qualidade de vida do nosso povo e da nossa gente.

São mais de 40 milhões retirados do abismo da pobreza e da miséria, escancaramos as universidades para os pobres, para os negros, para os filhos dos trabalhadores. Fizemos com que pudesse se espalhar a vida republicana e a cidadania nos cantinhos mais remotos do continente do tamanho desse Brasil gigante, fazendo com que este Brasil radicalmente mudasse de retrato.

Ora, Sr. Presidente, deveriam ter vergonha daquilo que afirmam aqui porque se traduz numa mentira, numa transgressão à história e, mais do que isso, aquilo que é mais repugnante na vida pública, que é a desfaçatez, utilizar-se desta tribuna para tentar passar à sociedade a mentira.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Manato. SD - ES) – Muito obrigado, nobre Deputado.

Concedo a palavra, por cinco minutos, à nobre Deputada pelo PT do Distrito Federal Erika Kokay.

A SRª ERIKA KOKAY (PT - DF. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão da oradora.) – Vemos um profundo desperdício de recursos públicos com esta convocação, uma convocação em que a Base do Governo não esteve aqui para votar. E se dizia que esta convocação tinha como um dos grandes argumentos ou um dos grandes motivos o crédito para o Fies.

Primeiro, o Governo menospreza tanto o Fies, porque o Fies significa o antídoto do que é este Governo golpista, significa a possibilidade de filhos e filhas de trabalhadores estarem nas universidades, essa universidade que a elite deste País, que retorna à Presidência da República não pelo voto, mas pelo golpe, nas asas do golpe, sobre as cinzas da democracia, quer apenas para ela mesma. Hoje filhos e filhas de trabalhadores, a partir do Governo Lula, do Presidente sem curso superior, podem sonhar em ter um diploma, podem falar como aqui disse um jovem da cidade do Distrito Federal, de Planaltina: “Minha mãe é faxineira e carrego muito orgulho dela, mas eu serei engenheiro. Eu serei engenheiro”.

Este Governo não se organizou porque não quer o Fies como instrumento de igualdade, porque quer este País para aqueles que sempre o dominaram, porque quer que os lutos da escravidão, do colonialismo e da ditadura não se efetivem neste País.

Este Governo corre o risco de eliminar, eliminar a possibilidade de que se tenha o Fies e que esses meninos e meninas que resgatarem o direito de sonhar e a igualdade de estar em bancos de universidades



possam não ter mais esse direito.

Ora, o Governo Lula e o Governo Dilma fizeram mais de dez medidas provisórias para assegurar o Fies, para assegurar o Fies, para que não houvesse interrupção nessa perspectiva, que é muito além de um próprio diploma. O diploma é tecido com sonho, o diploma é tecido com igualdade. Isso significa o Fies. E este Governo se nega a fazer porque, em verdade, não é o Fies a preocupação do Governo.

Se fosse, nós não teríamos hoje a perspectiva de não termos recursos para o Fies.

O que preocupa o Governo é a LDO. O que preocupa o Governo é estabelecer que os gastos com saúde, educação e políticas públicas fiquem congelados, que é o sentido da PEC da barbárie. Nós vamos olhar o Orçamento e o que vamos ver? O Governo está destinando mais de 30 bilhões do seu orçamento para subsidiar, para emprestar, a custo quase nenhum, para as empresas comprarem as nossas estatais. E o Governo que vai financiar e que destina por volta de 34 bilhões como crédito subsidiado para que se comprem as nossas estatais estima que irá arrecadar 18 bilhões ou 19 bilhões com a venda das estatais. E vai para a televisão e diz: “Não, o pré-sal será fácil de ser vendido, porque o pré-sal é lucrativo”. E nós sabemos que há uma crise de abastecimento de petróleo que baterá à porta estadunidense em 2020. Eles precisam do nosso pré-sal! E aí se vende a Bacia de Carcará por um preço do barril de petróleo com o mesmo valor de uma garrafa de refrigerante.

É isso que está acontecendo neste Brasil! Esse é o conteúdo do golpe em um ministério medíocre, um ministério que foi uma capitania hereditária pós-moderna, loteado, entregue àqueles que construíram um golpe, o golpe que está em curso neste País.

Agora eles precisam impedir que Luiz Inácio Lula da Silva ganhe as eleições de 2018. O Ministério Público denuncia Lula dizendo que não há provas, mas há convicção. Cadê a convicção num helicóptero, como bem disse Lula, com meia tonelada de cocaína? Cadê a convicção para poder apurar o apartamento luxuoso de Fernando Henrique Cardoso ou a mesada que foi dada para uma relação extraconjugal e paga por uma empresa que recebia e tinha relação com o Governo?

O Ministério Público chegou a utilizar parte de uma delação que foi cancelada como peça da denúncia! Uma delação que foi cancelada, porque o delator mentiu. Essa é a República que se quer transformar, e nós vamos resistir.

Não ao golpe!

O SR. PRESIDENTE (Carlos Manato. SD - ES) – Muito obrigado, nobre Deputada.

Pelo PT do Espírito Santo, o nobre Deputado Helder Salomão.

V. Exª tem cinco minutos na tribuna.

O SR. HELDER SALOMÃO (PT - ES. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, nobres colegas Deputados e Deputadas, uma semana sem nenhuma produção nesta Casa. E o mais impressionante é que muitos Deputados da Base aliada não compareceram para garantir o quórum e nós poderemos apreciar as matérias.

Quero trazer ao debate um tema que me preocupa muito, que preocupa milhões de brasileiros, que deve preocupar toda a população. Eu quero, Sr. Presidente, dar como lido este discurso intitulado “Riscos de retrocesso no ensino médio”.

Após a consolidação do golpe político, está em curso no Brasil um golpe social. Todos os dias a sociedade brasileira é surpreendida por novas tentativas do governo ilegítimo para reduzir direitos sociais da população e acabar com conquistas dos trabalhadores brasileiros que levaram décadas para serem consolidadas.

Neste momento, o governo ilegítimo anuncia que vai instituir profundas reformas no ensino médio brasileiro por meio de uma medida provisória, sem debate, sem diálogo com os setores ligados à educação, com as entidades. E este Governo propõe, entre outras coisas, porque as mudanças são muitas, a flexibilização do ensino médio, o que considero nocivo à educação pública brasileira, uma vez que as disciplinas serão organizadas por áreas de conhecimento, com todos os alunos frequentando um ano e meio de aulas comuns. Após esse período, poderão optar por áreas específicas de estudo ou iniciar um percurso de ensino técnico profissionalizante.

Quer dizer, Srs. Deputados, abandona-se a ideia de formação integral do indivíduo para a formação meramente profissionalizante.

O ensino médio faz parte da educação básica, entendida como educação de base e que, portanto, deve ser comum e de direito de todos. Ao se instituir o currículo flexível, vemos a educação sendo mutilada e o conhecimento sendo sonogado aos alunos do ensino médio. Retoma-se o modelo curricular dos tempos da ditadura militar, de viés mercadológico.

A organização com ênfase em escolha para uma ou outra área contraria tanto a Constituição Federal como a LDB, que asseguram o desenvolvimento pleno do indivíduo e a formação comum como um direito.



Nesta esteira, propõe-se tornar optativas a Filosofia e a Sociologia no ensino médio. Voltaremos assim, povo brasileiro, aos anos de chumbo, quando o pensamento crítico era proibido. Durante a ditadura militar, essas disciplinas foram retiradas do currículo e só retornaram com a redemocratização, na década de 80. Essa proposta absurda do governo vem comprovar o flerte golpista com o autoritarismo. Ao propor essa flexibilização, na prática, essas disciplinas serão relegadas a um papel secundário na formação escolar.

A pretexto de enxugar o currículo, o governo golpista quer retirar do contexto das escolas públicas essas disciplinas, que são fundamentais para a formação integral dos estudantes, pois possibilitam a visão mais ampla da realidade e da sociedade, ao estimular o pensamento crítico, o questionamento e o exercício da cidadania.

Por isso, população brasileira, precisamos reagir. A educação pública brasileira e o ensino médio estão correndo sério risco. É hora de reagir contra essa proposta absurda...

(Interrupção do som.)

O SR. PRESIDENTE (Carlos Manato. SD - ES) – Muito obrigado, nobre Deputado.

Concedo a palavra...

A Deputada Benedita já chegou e já falou.

Deputado Alberto Fraga... *(Pausa.)*

Deputado Júlio... *(Pausa.)*

Deputado Bessa, V. Exª quer fazer um registro de um minuto?

O SR. LAERTE BESSA (PR - DF) – Acho que eu estou inscrito como o próximo, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Manato. SD - ES) – Não. V. Exª não está inscrito.

O SR. LAERTE BESSA (PR - DF) – Então, Sr. Presidente, um minuto?

O SR. PRESIDENTE (Carlos Manato. SD - ES) – Pois não.

O SR. LAERTE BESSA (PR - DF. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Veja bem, Presidente, estou ouvindo aqui o Partido dos Trabalhadores acusar o PSOL, acusar o nosso Partido, o PR, de ter sido o arquiteto desse projeto que, ontem, tentaram fazer a Casa, tentaram fazer os Deputados engolir goela abaixo.

Quero esclarecer que, depois de investigações, porque as coisas estavam muito nebulosas, eu descobri que foi o próprio PT que arquitetou esse projeto, Sr. Presidente, o Projeto nº 1.210, de 2007. Esse projeto simplesmente dá anistia para a Lava Jato, para aqueles que usaram o caixa dois durante a propinocracia que foi estampada pelo governo PT, quando achacaram e assaltaram a Petrobras.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. LAERTE BESSA (PR - DF) – Para encerrar, Sr. Presidente. Só para esclarecer que o PSOL veio aqui agredir o nosso Partido, mas o PSOL se esquece de que eles próprios pertencem ao PT e de que o chefe da quadrilha, o comandante mor, o comandante máximo, o general dessa quadrilha se chama Luiz Inácio da Silva. Ele que arquitetou essa roubalheira no País. Infelizmente, hoje, o Brasil está nessa situação graças ao PT. Portanto, não podemos aceitar acusações dessa esquerda que não mede palavras para falar dos outros partidos.

Infelizmente, quero dizer que o meu Partido participou da reunião, mas o chefe da organização deste Projeto nº 1.210 era do PT.

Ontem, eu fiquei abismado, porque nenhum deles...

(Interrupção do som.)

O SR. LAERTE BESSA (PR - DF) – Só para encerrar, Sr. Presidente.

Nenhum petista veio aqui se manifestar contra o projeto. Ora, isso é assumir a culpa. Agora vêm aqui esses petistas falar do nosso Governo, do meu Partido, que simplesmente participou da reunião, mas não tem nada a ver. Quem está envolvido com a Lava Jato são eles, e o comandante do roubo da Petrobras, o comandante maior, o general máximo da Lava Jato, o general máximo da roubalheira da Petrobras se chama Luiz Inácio da Silva, que eles vêm aqui todo dia defender.

Era isso que eu queria dizer.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Manato. SD - ES) – Obrigado.

Concedo a palavra ao Deputado Júlio.

V. Exª tem cinco minutos.

O SR. JÚLIO CESAR (PSD - PI. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente,



Sr^{as} e Srs. Deputados, o Senado acabou de aprovar agora, nesse instante, a Medida Provisória nº 733, que vai à sanção presidencial e será convertida em lei. Deverá ser publicada nos próximos 15 dias.

Foi uma discussão ampla, mas graças a Deus os Senadores adotaram o nosso relatório. Foram rejeitadas todas as emendas apresentadas pelos Senadores, e eles adotaram, na integralidade, o nosso relatório.

O que prevê o nosso relatório? Todos os Senadores e Senadoras fizeram referência a ele, porque é um relatório que beneficia todos os Estados brasileiros. Primeiro, aqueles mais afetados pela seca, pelas instabilidades climáticas, pelas cheias, que são os Estados da Região Nordeste, que tem o FNE, e do Norte, que tem o FNO.

Segundo, foram beneficiados também todos os Estados da Federação com a dívida ativa da União, cujo estoque chega a R\$16 bilhões – estoque do Brasil. E, desse estoque, o Nordeste deve menos de três.

Evidentemente, o Governo vai dar um subsídio, aqueles recursos próprios do Banco do Nordeste. Até 200 mil do contrato na origem, vai ter subsídio do Tesouro Nacional. O restante vai ser deduzido do próprio patrimônio dos fundos constitucionais: do patrimônio do FNE, do Nordeste, e do patrimônio do FNO, que é do Norte.

Mas quero dizer, Sr. Presidente, que esse trabalho foi feito pela Bancada do Nordeste, que é coordenada por nós. Uma Bancada constituída de 151 Deputados e de 27 Senadores, com quem nós discutimos todas as causas, todos os efeitos da inadimplência agrícola do Nordeste. A cada dez anos, é histórico: nós convivemos com seis ou sete secas. Houve frustração de safra, e não havia como os agricultores pagarem esse débito com os bancos.

O Nordeste tem 1,1 milhão de contratos beneficiados por essa medida só no Banco do Nordeste e 800 mil agricultores beneficiados em todos os Estados do Nordeste, evidentemente os da abrangência da Sudene, em que entra uma parte de Minas Gerais e do Espírito Santo.

Então, estamos todos nós de parabéns. Parabéns às federações de agricultura, que deram um apoio muito grande; aos bancos, Banco do Nordeste, Banco do Brasil, Banco da Amazônia; aos presidentes das federações de trabalhadores. Estão de parabéns todos os coordenadores de Bancada do Nordeste. Quero enaltecer a todos. Também o representante da CNA, o Nelson, que fez um grande trabalho de assessoria no encaminhamento dessas soluções dos agricultores nordestinos, dos agricultores do Norte e dos agricultores do Brasil, porque há a dívida ativa da União.

Então, é um grande feito. E mais: a preocupação é se vai vetar ou não. Foi tudo negociado com o Governo. Nós tivemos várias reuniões com o Ministério da Fazenda, com o Ministério da Agricultura, com o Ministério da Integração, que administra os fundos constitucionais; e o que foi negociado também com o próprio Governo. Havia uma pessoa do Palácio do Planalto infiltrada nessa negociação, e eu quero crer que não vai haver veto.

Estamos fazendo um apelo ao Presidente Temer, para que ele vá fazer a sanção dessa lei muito importante para o Nordeste, para o Norte, para o Brasil como um todo, lá no Nordeste. Que ele vá, dentro daquilo que determina a Constituição, no prazo de quinze dias, fazer essa sanção, ou lá em Fortaleza, ou no Rio Grande do Norte, onde ele achar conveniente, mas que o faça numa capital do Nordeste ou no meu Piauí, porque esse é um grande feito de toda a Bancada do Nordeste, de todos os Governadores do Nordeste, de todos os Prefeitos, mas, acima de tudo, de todos os agricultores nordestinos.

Muito obrigado.

(Durante o discurso do Sr. Júlio Cesar, o Sr. Carlos Manato deixa a cadeira da Presidência, que é ocupada pelo Sr. Delegado Edson Moreira.)

O SR. PRESIDENTE (Delegado Edson Mopreira. PR - MG) – Muito obrigado.

Adelmo Leão, por um minuto.

O SR. ADELMO CARNEIRO LEÃO (PT - MG. Sem revisão do orador.) – Obrigado, Sr. Presidente.

Quero tratar da legislação que regulamenta a questão do caixa dois, que criminaliza o caixa dois. Quero dizer que, lamentavelmente, nós estamos vivendo um tempo em que se faz acusações de toda ordem, mas, ao final, não se produz nada. O que nós podemos ter ao final de cada projeto, de cada proposta, de cada medida encaminhada pelo Governo é o nosso voto. Acusações, da natureza e da forma como estão sendo apresentadas aqui, são absolutamente inaceitáveis e reduzem o tamanho do Parlamento.

O discurso que estamos ouvindo aqui de maneira sistemática, continuada, agressiva, uns agredindo os outros, ofendendo os outros, não nos leva a nada, Deputado.

O SR. PRESIDENTE (Delegado Edson Moreira. PR - MG) – Carlos Manato.

O SR. CARLOS MANATO (SD - ES. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Muito obrigado, Sr. Presidente.

Eu gostaria de falar sobre a candidatura de Amaro Neto pelo Solidariedade, em Vitória.



Sr. Presidente, o Amaro Neto é um jornalista, tem curso superior. Ele também é apresentador de televisão e tem a maior audiência da TV Record no Estado, a segunda no País. É uma pessoa altamente preparada. Nasceu em Vitória, foi criado em Vitória, conhece a Ilha de Vitória como ninguém. Ele foi candidato a Deputado Estadual e foi o mais votado do Estado. Como um bom Deputado, apresentou 35 projetos de lei, sendo que alguns deles viraram lei. Conseguiu economizar na sua verba indenizatória 81% – que lá chamam de verba de custeio.

O Amaro Neto veio para o Solidariedade – candidato a prefeito em Vitória – com uma posição diferente. Dizem que ele está sozinho. Eu não sei como uma pessoa está sozinha, se tem um Deputado Federal que é Presidente do Partido dele, que sou eu e que estou no quarto mandato. Sou Corregedor da Casa, há onze anos que não falto. Faço um trabalho interessante, tanto aqui quanto no nosso Estado. Há o Presidente da Assembleia, Theodorico Ferraço, que está conosco; o Deputado Gilson Lopes, o Deputado Marcelo Santos, o Deputado Enivaldo dos Anjos, o Deputado Da Vitória, Deputado Hudson Leal, entre outros Deputados que estão conosco, como Rachel Lessa, o Secretário Otaciano, do Governo; o Renzo Colnago, o Zé Carlinhos, Presidente do PSD. Há várias pessoas, vários movimentos com o Amaro Neto.

Fico triste, Presidente, que pessoas até bem informadas, de classe A, B, que têm curso superior, falam que vão votar sem conhecer a pessoa. Não podemos confundir um apresentador de televisão com um ser humano, com um homem público.

Eu sou fã de Chico Anísio, que foi um dos maiores comediantes do nosso País. Havia o Coalhada, o Painho, personagens que ele criou, e o sucesso dele estava na criação desses personagens. O Tom Cavalcanti tem vários personagens. Quem não conhece o João Canabrava? Mas são personagens dele, que ele criou, mas o Tom Cavalcanti é uma pessoa seriíssima. No nosso Estado, temos o Rossini Macedo. Quem não conhece o Tonho dos Couros? Mas ele é uma outra pessoa, uma pessoa de bem.

Isso também é o nosso Amaro Neto, com propostas concretas para a nossa cidade.

Quem vê o programa de governo observa que é um programa transparente com a realidade. Ele não faz promessas, e nossa campanha, Presidente, é uma campanha modesta, pé no chão. Não há conchavo, trocas de favores, promessas, venda de cargos, nada disso. É uma campanha para você chegar com coragem e coração à prefeitura e mudar, sem essas conversinhas fiadas. Por isso, estamos com ele.

Quinta-feira agora, às 19h30, vamos fazer uma grande reunião, mostrando a toda a sociedade quem está com Amaro Neto e divulgar isso.

Sr. Presidente, vou encerrar, para dar tempo de alguém falar aqui, porque temos que encerrar a sessão do Congresso. Não vou estender meu tempo todo, não.

Muito obrigado pela oportunidade.

O SR. ADELMO CARNEIRO LEÃO (PT - MG) – Sr. Presidente, só para concluir.

O SR. PRESIDENTE (Delegado Edson Moreira. PR - MG) – Vou para o Edinho Bez. Enquanto isso, V. Exª pode falar por um minuto.

O SR. ADELMO CARNEIRO LEÃO (PT - MG. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – O que quero dizer é que temos aqui – e quero exaltar esta questão – muitos problemas importantes, desafiadores; estamos vivendo tempos de dificuldades, mas não dá para fazermos uma convocação desta dimensão e começar a fazer acusação a um partido ou a um determinado setor. Vamos ver o problema e, ao final, o que defendemos e o que vamos representar aqui, o mais importante do que todos os discurso que podemos fazer é o nosso voto.

Em relação à questão do caixa dois, o que vai valer ao final de toda a discussão é o voto que vamos dar aqui, a favor ou contra, ou seja, qual a legislação que vamos fazer para regulamentar, para regularizar, para disciplinar, para combater efetivamente essa situação, que tem causado tanto mal à política brasileira e ao nosso País.

O SR. PRESIDENTE (Delegado Edson Moreira. PR - MG) – Muito obrigado, nobre Deputado.

Último orador inscrito, o nobre Deputado Edinho Bez.

V. Exª tem três minutos na tribuna.

O SR. EDINHO BEZ (Bloco/PMDB - SC. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, meus colegas Parlamentares, falo sobre a audiência pública em que debatemos os problemas decorrentes de roubos e furtos de fiação elétrica e de telecomunicações em atendimento ao Requerimento nº 213/2016 na Comissão de Fiscalização Financeira e Controle, de autoria deste Deputado.

Nobres colegas Parlamentares, aproveito a oportunidade para registrar a minha preocupação e de todos aqui desta Casa, baseado em inúmeras denúncias quanto a danos causados à população, aos consumidores, aos prestadores de serviços, às instituições e à sociedade de maneira geral, decorrentes do aumento dos casos de furtos, roubos, vandalismos e receptação ilegal de fios e cabos de cobre, transformadores, baterias,



equipamentos de redes, acesso e transportes, transferência de dados ou fornecimento de energia elétrica, componentes de infraestrutura, elementos de rede e equipamentos de estações das concessionárias de energia, operadoras de telefonia fixa, móvel, TV por assinatura e de provedores regionais de acesso à internet; e da possibilidade de aumento das penas aplicáveis aos crimes em questão, além de campanhas conscientizando a população que não aceite esse tipo de vandalismo e que também denuncie o mais rápido possível. É interessante também que o vândalo saiba do próprio mal que está cometendo e que terá severas punições.

Essa questão foi muito debatida na audiência pública que tivemos recentemente aqui nesta Casa, com a participação de representantes da Agência Nacional de Telecomunicações (Anatel), da Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel), do Sindicato Nacional de Empresas de Telefonia e de Serviço Móvel Celular e Pessoal (Sinditelebrasil), da Associação Brasileira de Distribuidores de Energia Elétrica e da Associação Brasileira de Provedores de Internet e Telecomunicações.

Tivemos um diagnóstico do atual cenário, da impunidade e uma análise da necessidade de se aumentarem as penas aplicáveis aos envolvidos nesses crimes que prejudicam toda a população.

Alguns dados apresentados pelos palestrantes presentes na audiência pública mostraram que grande parte das redes estão localizadas em áreas não habitadas, sendo assim pouco vigiadas, o que pode favorecer os atos criminosos. A Sinditelebrasil, por exemplo, informou que quatro milhões de cabos são furtados por ano e três mil rádios. Isso significa, nobres colegas, que o custo para a reposição desse material chega a R\$320 milhões por ano.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Manato. SD - ES) – Conclua, Deputado.

O SR. EDINHO BEZ (Bloco/PMDB - SC) – Isso representa um retrocesso no crescimento. Afinal, esses recursos podiam ser aplicados para ampliar a rede e atender melhor à população.

Gostaria, Sr. Presidente, que se desse ampla divulgação, pela importância deste assunto, tema de uma grande audiência pública que tivemos nesta Casa.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Manato. SD - ES) – V. Exª será atendido.

Gostaria de comunicar aos nossos pares que, às 14 horas, vai começar a sessão de debates.

Está encerrada a sessão do Congresso Nacional.

(Levanta-se a sessão às 13 horas e 57 minutos.)



MATÉRIAS E DOCUMENTOS DA 15ª SESSÃO**EXPEDIENTE****Arquivamento**

A seguinte matéria será encaminhada ao Arquivo, sem o parecer da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização – CMO, em razão do esgotamento, em 16 de setembro de 2016, do prazo previsto no item 17 do Acordo de Procedimentos firmado na 3ª Reunião Ordinária daquela Comissão.

É o seguinte o acordo referido:

ACORDO DE PROCEDIMENTOS

Em 21/06/2016

1. As reuniões ordinárias agendadas para as terças-feiras iniciarão às 14h30 e as agendadas para as quintas-feiras iniciarão às 9h30;
2. O painel eletrônico de presença será aberto 30 minutos antes do início da reunião;
3. As reuniões não deliberativas (audiências públicas) serão agendadas pelo Presidente e ocorrerão preferencialmente às quintas-feiras pela manhã. A lista de inscrição de parlamentares interessados em interpellar convidados será aberta 30 minutos antes do início da reunião;
4. Não havendo número regimental para o início da reunião, o Presidente aguardará por 30 minutos, prorrogáveis pelo mesmo período, para que se complete o *quórum*;
5. A leitura da ata poderá ser dispensada a pedido de qualquer membro da comissão, desde que haja consenso. A discussão da ata, pelo prazo máximo de três minutos, refere-se somente aos pontos a serem retificados;
6. A ata, por não ser uma proposição, mas sim um documento administrativo, não está sujeita a encaminhamento, orientação ou verificação de votação;
7. Fica dispensada a leitura dos expedientes, que serão transcritos nas notas taquigráficas e enviados por meio do correio eletrônico aos gabinetes dos membros e às lideranças partidárias;
8. O parlamentar que desejar apresentar voto em separado poderá utilizar o tempo destinado à discussão para ler seu voto;
9. O Presidente poderá destituir o Relator que não apresentar seu parecer no prazo determinado. O novo Relator poderá proferir seu parecer oralmente na reunião em curso ou solicitar adiamento para a reunião seguinte;
10. O Relator que quiser desistir da relatoria deverá assinar termo de desistência;
11. Caso o Relator não compareça, sem justificativa, a duas reuniões de apreciação da matéria, o Presidente poderá indicar novo Relator, observando a proporcionalidade partidária;
12. Somente membros da CMO poderão levantar questão de ordem. A decisão da Presidência sobre a questão é irrecorrível, salvo se estiver relacionada com dispositivo constitucional;
13. As inversões de pauta aprovadas, cujas matérias não tenham sido deliberadas, ficam asseguradas para a próxima reunião deliberativa que ocorrer na mesma semana;
14. Destaques poderão ser apresentados a partir da publicação do relatório na página da CMO;
15. Poderá ser dispensada a leitura dos pareceres e relatórios que forem distribuídos em avulsos;





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

16. Considerar-se-ão publicadas e distribuídas as proposições legislativas a partir da publicação dos respectivos documentos em meio eletrônico na página da CMO;
17. As matérias relativas à Avaliação de Receitas e Despesas, Avaliação de Cumprimento de Metas Fiscais, Demonstrações Financeiras do Banco Central, Operações de Redesconto e Empréstimo em Moeda Estrangeira realizadas pelo Banco Central, Relatório Gerencial Trimestral do BNDES sobre a aplicação de recursos de empréstimos junto ao Tesouro Nacional e Relatório de Desempenho do Fundo Soberano do Brasil, terão seu recebimento comunicado em Plenário pelo Presidente e serão publicadas na página da CMO. Os membros da comissão poderão solicitar a relatoria, no prazo de quarenta e cinco dias. Findo o prazo e não havendo manifestação de nenhum parlamentar a matéria será arquivada;
18. Os avisos do TCU sobre o resultado de fiscalizações e auditorias em órgãos, programas e obras terão seu recebimento comunicado em Plenário pelo Presidente e serão publicados na página da CMO. Os avisos que informarem indícios de Irregularidades Graves com Recomendação de Paralisação (IGP) em obras e serviços de engenharia, ou que foram regularizadas pendências anteriormente apontadas e que impliquem modificação do Anexo VI da LOA, serão autuados e será designada relatoria. Os demais avisos serão arquivados, exceto se houver solicitação expressa de membro da CMO para relatar a matéria.

- Mensagem nº 12 de 2016-CN (nº 420/2016, na origem), que “encaminha, em cumprimento à Lei nº 13.242/2015, art. 55, o Relatório de Avaliação de Receitas e Despesas, referente ao 3º bimestre de 2016.”



Aviso do Ministro de Estado da Fazenda

CONGRESSO NACIONAL

AVISO DO CONGRESSO NACIONAL

Nº 20, DE 2016

(Aviso nº 361 de 2016, na origem)

Encaminha, em cumprimento à Lei 11.887/08, art. 10, o Relatório de Desempenho do Fundo Soberano do Brasil referente ao 2º trimestre de 2016.

AUTORIA: Ministério da Fazenda

PUBLICAÇÃO: DCN de 22/09/2016



[Página da matéria](#)



0000.148957/2016-02
mescl

URGENTE

MINISTÉRIO DA FAZENDA
Esplanada dos Ministérios – Bl. “P”, Ed. Sede
CEP: 70048-900 – Brasília/DF
End. Eletrônico – gabinete.df.gmf@fazenda.gov.br
Fone: (0xx61) 3412-2532

Aviso nº 361 /MF

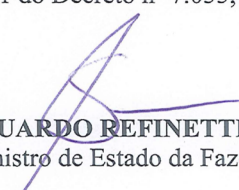
Brasília, 20 de setembro de 2016.

Ao Excelentíssimo Senhor Presidente do Congresso Nacional,
SENADOR DA REPÚBLICA RENAN CALHEIROS

Assunto: **Relatório de Desempenho do Fundo Soberano do Brasil – FSB referente ao segundo trimestre de 2016.**

Senhor Presidente,

1. Encaminho a Vossa Excelência o Relatório de Desempenho do Fundo Soberano do Brasil - FSB, relativo ao segundo trimestre de 2016, nos termos do art. 10 da Lei nº 11.887, de 24 de dezembro de 2008, e do art. 11 do Decreto nº 7.055, de 28 de dezembro de 2009.


EDUARDO REFINETTI GUARDIA
Ministro de Estado da Fazenda Interino



Relatório de Desempenho

Fundo Soberano do Brasil

2º trimestre/ 2016



Relatório de Desempenho

Fundo Soberano do Brasil

2º trimestre / 2016



MINISTRO DA FAZENDA
Henrique de Campos Meirelles

SECRETÁRIO-EXECUTIVO
Eduardo Refinetti Guardia

SECRETÁRIO DO TESOIRO NACIONAL
Ana Paula Vitali Janes Vescovi

SECRETÁRIO-ADJUNTO DO TESOIRO NACIONAL
Otávio Ladeira de Medeiros

SUBSECRETÁRIOS DO TESOIRO NACIONAL

Gildenora Milhomem
José Franco Medeiros de Moraes
Lísio Fábio de Brasil Camargo

Paulo José dos Reis
Pricilla Maria Santana
Pedro Jucá Maciel

EQUIPE TÉCNICA

Subsecretário de Planejamento e Estatísticas Fiscais
Pedro Jucá Maciel

Coordenador-Geral de Gestão do Fundo Soberano do Brasil
Daniel de Araujo e Borges

Coordenador de Gestão do Fundo Soberano do Brasil
Luis Felipe Vital Nunes Pereira

Alex Sander Ferreira da Silva
Claudia Akemi Matsuba
Dorilene G. Milanez
Marcus Lima Franco
Pedro Padilha Pontes
Renato da Motta Andrade Neto
Thayssa Mendes Tavares Pena

Braulio Santiago Cerqueira
Carlos Leonardo Zucarello Braga
Julio Domingues Zenckner Possas
Marcos Minoru Taketomi
Reinaldo Augusto Hugo Ruiz Pegoraro
Ricardo Milsztajn
Vinícius Luiz Antunes Araújo

Contadora
Silvia Lenita Moeller

Representantes do Banco Central do Brasil junto ao FSB
Reinaldo Le Grazie
Leonardo Martins Nogueira

Representantes do Ministério do Planejamento junto ao FSB
Marcos Adolfo Ribeiro Ferrari
Martim Ramos Cavalcanti

Informações:
Coordenação-Geral de Gestão do Fundo Soberano do Brasil (COFSB)
Tel: (61) 3412-2145 Fax: (61) 3412-3198

Secretaria do Tesouro Nacional
Edifício Sede do Ministério da Fazenda, Esplanada dos Ministérios, Bloco P, Anexo B, térreo
70048-900 – Brasília – DF
Correio Eletrônico: fsb@fazenda.gov.br
Home Page: <https://www.tesouro.fazenda.gov.br/fundo-soberano-do-brasil>

O Relatório de Desempenho do Fundo Soberano do Brasil é encaminhado trimestralmente pela Secretaria do Tesouro Nacional ao Congresso Nacional, em cumprimento ao art. 10 da Lei nº 11.887/2008; e ao art. 11, caput e parágrafo único, do Decreto nº 7.055/2009. É permitida a sua reprodução total ou parcial, desde que mencionada a fonte.



Introdução

Em cumprimento ao disposto no art. 11 do Decreto nº 7.055, de 28 de dezembro de 2009, a Secretaria do Tesouro Nacional (STN) apresenta, trimestralmente, ao Congresso Nacional, o Relatório de Desempenho do Fundo Soberano do Brasil (FSB) que deve ser composto por, no mínimo, o valor de mercado dos ativos que compõem a carteira do FSB, separando os ativos externos e internos, bem como sua variação acumulada no trimestre e nos últimos doze meses.

O Relatório de Desempenho apresenta ainda análise comparativa da carteira do Fundo em relação à Taxa de Juros de Longo Prazo (TJLP), que é a rentabilidade mínima definida para as aplicações financeiras do FSB no Brasil. Informações gerenciais com maior nível de detalhamento, produzidas e monitoradas pelo FSB em conformidade com sua Política de Investimentos, são divulgadas semestralmente por meio do Relatório de Administração e Demonstrações Financeiras.

3



Valor de mercado dos ativos

Desde a criação do FSB, em 2008, até o presente momento, o Conselho Deliberativo do FSB (CDFSB) manteve a diretriz de alocar os recursos do FSB exclusivamente no país e, portanto, não existem aplicações em ativos externos (Carteira Efetiva Internacional – CEI).

Apresentam-se, a seguir, os valores de mercado dos ativos que compõem as carteiras de aplicações do FSB, bem como suas variações e rentabilidades verificadas no trimestre sob análise e nos últimos doze meses.

4

Tabela 1 - Valor dos Ativos do FSB

	30/06/2015	30/06/2016	Δ	31/03/2016	30/06/2016	Δ
1. CED - Carteira Efetiva Doméstica	640.193.654	56.458.934	-91,18%	54.292.155	56.458.934	3,99%
1.1 Títulos prefixados	375.095.421	30.689.821	-91,82%	29.544.049	30.689.821	3,88%
1.1.1 LTN	294.253.834	26.919.453	-90,85%	26.064.885	26.919.453	3,28%
1.1.2 NTN-F	80.841.586	3.770.368	-95,34%	3.479.164	3.770.368	8,37%
1.2 Títulos índice de preços (IPCA)	265.098.233	25.769.113	-90,28%	24.748.107	25.769.113	4,13%
2. CEI - Carteira Efetiva Internacional	-	-	-	-	-	-
3. CE1 - Carteira Especial 1 (Banco do Brasil)	2.686.162.213	1.804.322.628	-32,83%	2.076.336.342	1.804.322.628	-13,10%
4. CE2 - Carteira Especial 2 (Conta Única)	16.256.980.239	19.356.901.733	19,07%	18.769.313.594	19.356.901.733	3,13%
5. Outros ativos (FFIE)	33.294.821	50.080.516	50,42%	20.108.745	50.080.516	149,05%
5.1 Disponível	51.604	52.218	1,19%	53.202	52.218	-1,85%
5.2 Operações compromissadas	33.241.782	50.027.510	50,50%	20.055.543	50.027.510	149,44%
5.3 Provisões JSCP e Dividendos	-	-	-	-	-	-
5.4 Taxas diferidas CVM/Anbima	1.435	788	-45,09%	-	788	*
FSB Total	19.616.630.928	21.267.763.810	8,42%	20.920.050.837	21.267.763.810	1,66%

Fonte: BB DTVM (CED, CE1 e outros ativos do FFIE) e Siafi (CE2).

Obs.: O valor dos ativos é equivalente ao patrimônio líquido do Fundo acrescido da taxa de administração e outros passivos.

JSCP - Juros sobre capital próprio.

*. Valor inicial de referência igual a zero

A Tabela 1 apresenta a variação dos ativos do FSB em relação ao ano e ao trimestre anterior. Verificou-se, no segundo trimestre de 2016, uma variação positiva de 3,99% no valor de mercado da carteira de títulos públicos (CED), em relação ao trimestre anterior. A variação positiva observada nos recursos aplicados em operações compromissadas ocorreu em função do ingresso de dividendos e juros sobre capital próprio originários da Carteira Especial 1 (composta por ações BBAS3). Esses recursos aguardam momento oportuno para que sejam alocados em títulos públicos, crescendo assim a CED, em consonância com as diretrizes do CDFSB. O valor total dos ativos do FSB apresentou variação positiva de 1,66% no período.



Tabela 2 - Rentabilidade Efetiva X Rentabilidade de Referência

Ativo	jul-15	ago-15	set-15	out-15	nov-15	dez-15	jan-16	fev-16	mar-16	abr-16	mai-16	jun-16	Rentabilidade	
													3 meses	12 meses
CED - Pré	1,32%	-0,67%	-0,83%	1,04%	0,90%	0,59%	3,01%	1,61%	3,24%	3,37%	0,39%	1,92%	5,75%	16,96%
IRF - M	1,23%	-0,85%	-0,94%	0,92%	0,92%	0,57%	2,79%	1,54%	3,42%	3,46%	0,26%	2,13%	5,94%	16,48%
Δ Bench.	0,09%	0,18%	0,11%	0,12%	-0,02%	0,03%	0,21%	0,07%	-0,18%	-0,09%	0,13%	-0,21%	-0,18%	0,42%
CED - IPCA	-0,71%	-3,08%	-0,58%	2,65%	0,87%	1,44%	1,68%	3,17%	5,17%	4,03%	0,02%	1,71%	5,84%	17,35%
IMA - B	-0,73%	-3,11%	-0,68%	2,58%	1,03%	1,52%	1,91%	2,26%	5,31%	3,93%	-0,10%	1,93%	5,83%	16,73%
Δ Bench.	0,02%	0,03%	0,11%	0,07%	-0,16%	-0,08%	-0,22%	0,89%	-0,13%	0,10%	0,12%	-0,21%	0,01%	0,53%
CED	0,48%	-1,67%	-0,73%	1,72%	0,89%	0,95%	2,40%	2,32%	4,11%	3,67%	0,22%	1,83%	5,81%	17,29%
CRD	0,41%	-1,77%	-0,80%	1,63%	0,98%	0,97%	2,39%	1,87%	4,28%	3,68%	0,10%	2,04%	5,90%	16,78%
Δ Bench.	0,06%	0,11%	0,07%	0,09%	-0,09%	-0,02%	0,01%	0,44%	-0,16%	-0,01%	0,13%	-0,21%	-0,09%	0,43%
RF FFIE*	0,54%	-1,66%	-0,73%	1,67%	0,88%	0,94%	1,94%	2,31%	4,11%	2,90%	0,50%	1,55%	5,02%	15,88%
CE1	-9,13%	-19,14%	-12,55%	5,07%	2,00%	-6,87%	-6,04%	-2,24%	47,32%	11,84%	-24,90%	5,15%	-11,69%	-23,36%
FFIE**	-6,92%	-14,61%	-8,96%	3,90%	1,63%	-4,28%	-5,79%	-2,08%	45,87%	11,53%	-24,10%	4,97%	-11,14%	-12,54%
CE2	1,12%	1,00%	0,86%	0,98%	1,04%	1,18%	1,11%	1,18%	1,17%	0,93%	1,03%	1,13%	3,13%	13,52%
FSB - Brasil	-0,25%	-1,49%	-0,49%	1,35%	1,12%	0,47%	0,55%	0,93%	4,45%	2,02%	-1,78%	1,46%	1,67%	8,50%
TJLP	0,57%	0,52%	0,56%	0,56%	0,54%	0,59%	0,57%	0,54%	0,63%	0,57%	0,60%	0,63%	1,82%	7,13%
Δ Bench.	-0,82%	-2,00%	-1,05%	0,78%	0,58%	-0,12%	-0,02%	0,38%	3,79%	1,44%	-2,37%	0,83%	-0,15%	1,28%

Fonte: BB DTVM (CED, CE1 e outros ativos do FFIE), Siafi (CE2) e BACEN (TJLP).

Obs.: A rentabilidade é apurada considerando-se o regime de competência, enquanto o valor dos ativos é calculado pela posição de caixa. Portanto, as variações nos valores dos ativos serão diferentes das rentabilidades, as quais considerarão, por exemplo, ativos que são de direito do FSB, mas que ainda não fazem parte da Conta Única ou do FFIE, tais como proventos do BB a serem pagos futuramente (ações ex-dividendos, por exemplo), ou rendimentos da Conta Única a serem creditados no próximo decêndio. Além disso, a rentabilidade é calculada diariamente pela Metodologia "Time Weighted Returns". As variações nos Valores dos Ativos (Tabela 1) desconsideram, por exemplo, as transferências de valores da carteira CE1, tais como proventos, para a compra de títulos públicos, na CED. Já as rentabilidades (Tabela 2) corrigem estas distorções ao aplicar a Metodologia "Time Weighted Returns", a qual incorpora os fluxos financeiros entre as subcarteiras.

Síglas: CED = Carteira Efetiva Doméstica; CRD = Carteira de Referência Doméstica; RF FFIE = Renda Fixa FFIE; CE1 = Carteira Especial 1 (Ações do Banco do Brasil); CE2 = Carteira Especial 2 (Aplicação na Conta Única).

* Inclui a CED, saldo de operações compromissadas e disponível.

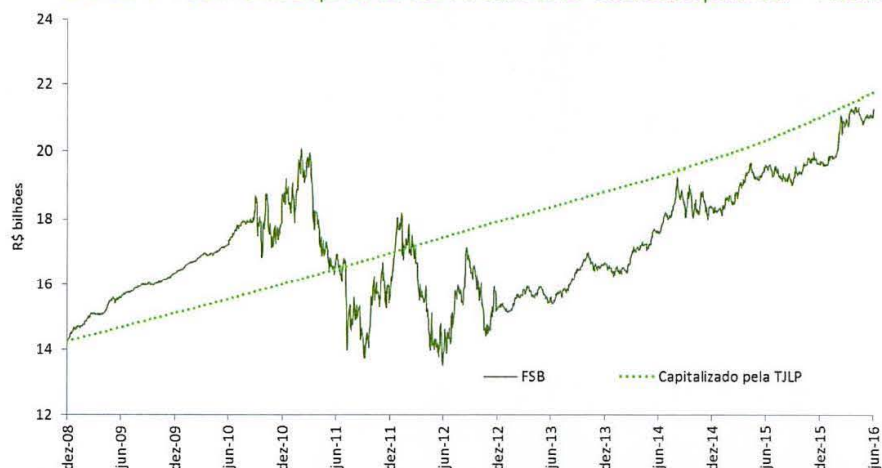
** Inclui a RF FFIE e CE1.

A Tabela 2 apresenta as rentabilidades efetivas das carteiras do FSB vis-à-vis as rentabilidades observadas nas carteiras de referência. Vale destacar que as aplicações realizadas na Conta Única do Tesouro Nacional (Carteira Especial 2) e na Carteira Efetiva Doméstica, no segundo trimestre de 2016, apresentaram rentabilidade de, respectivamente, 3,13% e 5,81%. Por sua vez, a Carteira Especial 1 apresentou rentabilidade de -11,69%. Sob a ótica global de seu portfólio, as aplicações do FSB apresentaram rentabilidade de 1,67% no referido trimestre, com variação de 0,15 pontos percentuais inferior à TJLP no período.

Em cumprimento ao disposto no inciso II, do art. 3º, do Decreto nº 7.055, de 2009, o Gráfico 1 apresenta a evolução do patrimônio líquido dos ativos do FSB comparada àquela que teria sido observada caso o aporte inicial dos recursos (dezembro de 2008) tivesse sido integralmente investido em ativos remunerados pela TJLP.



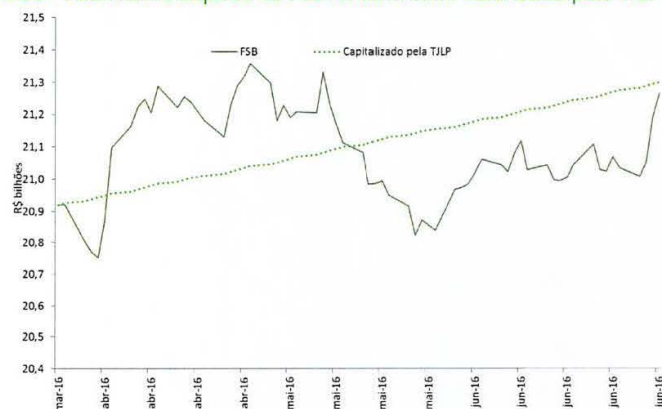
Gráfico 1 - Patrimônio Líquido do FSB X Patrimônio Valorizado pela TJLP – Histórico



6

O Gráfico 2, por sua vez, traz a mesma evolução comparativa considerando somente o desempenho do segundo trimestre de 2016.

Gráfico 2 - Patrimônio Líquido do FSB X Patrimônio Valorizado pela TJLP – no Trimestre



Fontes dos Gráficos 1 e 2: BB DTVM (CED, CE1 e outros ativos do FFIE), Siafi (CE2) e BACEN (TJLP).

Para mais informações sobre o Fundo Soberano do Brasil, acesse:

<https://www.tesouro.fazenda.gov.br/relatorios-de-monitoramento>





Ministério da
Fazenda



CALENDÁRIO DE TRAMITAÇÃO DA MATÉRIA

Data início	Data fim	Tipo de tramitação
	26/09/2016	Prazo para publicação dos avulsos da matéria;
	11/10/2016	Prazo para apresentação de relatório e eventual projeto de decreto legislativo;
	19/10/2016	Prazo para apresentação de emendas a eventual projeto de decreto legislativo;
	26/10/2016	Prazo para apresentação, publicação, distribuição e votação do relatório e encaminhamento do parecer da CMO à Mesa do Congresso Nacional.



Comunicações

SENADO FEDERAL
Bloco Socialismo e Democracia
PSB – PPS – PCdoB – Rede

GLBSD- Memo. 57/2016

Façam-se as substituições solicitadas.

Em 19/09/2016

Brasília, 19 de setembro de 2016.

A Sua Excelência o Senhor
Senador RENAN CALHEIROS
Presidente do Congresso Nacional

Assunto: Substituição em Comissão Mista de Medida Provisória

Senhor Presidente,

Cumprimentando-o cordialmente, solicito a Vossa Excelência que proceda à substituição do **Senador Antonio Carlos Valadares**, membro titular da Comissão Mista destinada a apreciar as **Medida Provisória nº 744, de 2016**, que “altera a Lei nº 11.652, de 7 de abril de 2008, que institui os princípios e objetivos dos serviços de radiodifusão pública explorados pelo Poder Executivo ou outorgados a entidades de sua administração indireta e autoriza o Poder Executivo a constituir a Empresa Brasil de Comunicação – EBC”, pela **Senadora Vanessa Grazziotin**.

Esclareço que o **Senador Antonio Carlos Valadares** passará a ocupar, na referida Comissão, a vaga de membro suplente destinada a este Bloco.

Respeitosamente,

Senador Randolfe Rodrigues
Líder do Bloco Socialismo e Democracia





CÂMARA DOS DEPUTADOS
Liderança do PMDB

as substituições solicitadas.

20/9/2016
B. B. Rossi

OF/GAB/I/Nº 789

Brasília, 20 de setembro de 2016.

A Sua Excelência o Senhor
Senador **RENAN CALHEIROS**
Presidente da Mesa do Congresso Nacional

Senhor Presidente,

Cumprimentando-o, encaminho a Vossa Excelência relação dos nomes dos Deputados do Bloco **PMDB/PEN** que integrarão a Comissão Mista destinada a apreciar e dar parecer à **Medida Provisória nº 745/2016**, que "Autoriza o Banco Central do Brasil a adquirir papel moeda e moeda metálica fabricados fora do País por fornecedor estrangeiro", em substituição aos anteriormente indicados.

TITULARES

LEONARDO QUINTÃO
VALDIR COLATTO

SUPLENTE

FÁBIO RAMALHO
OSMAR SERRAGLIO

Por oportuno, renovo a Vossa Excelência protestos de estima e consideração.

Baleia Rossi

Deputado **BALEIA ROSSI**
Líder do Bloco **PMDB/PEN**

Recebi	
Em 20/9/16	1 shor
Marcos Aurélio Pereira	
Matr. 226443	



Câmara dos Deputados
Liderança do Partido Popular Socialista – PPS

Faça-se a substituição solicitada

Em 19/09/2016

OF/LID/Nº 118/2016

Brasília, 14 de setembro de 2016.

Excelentíssimo Senhor
Senador **Renan Calheiros**
Presidente do Congresso Nacional

Assunto: *Indicação de membro – MP 744/16*

Senhor Presidente,

Indico a Vossa Excelência a deputada **Carmen Zanotto – PPS/SC**, em substituição ao meu nome, para integrar como titular a Comissão Mista destinada a emitir parecer à **Medidas Provisória nº 744/16**, que “Altera a Lei no 11.652, de 7 de abril de 2008, que institui os princípios e objetivos dos serviços de radiodifusão pública explorados pelo Poder Executivo ou outorgados a entidades de sua administração indireta e autoriza o Poder Executivo a constituir a Empresa Brasil de Comunicação - EBC.

Atenciosamente,

Deputado **Rubens Bueno**

Líder do PPS

Liderança do Partido Popular Socialista - PPS
Câmara dos Deputados – Anexo II Sala T-25 CEP: 70160-900
(61) 3215.9600 / 9603 Fax: (61) 3215.9616 e-mail: lid.pps@camara.gov.br





**Câmara dos Deputados
Partido dos Trabalhadores
Gabinete da Liderança**

A Publicação
Em 19/09/2016



OF nº 416/GAB-LidPT


Brasília - DF, 13 de setembro de 2016.

A Sua Excelência o Senhor
RENAN CALHEIROS
Presidente do Congresso Nacional

Senhor Presidente,

Tenho a honra de dirigir-me a Vossa Excelência, para indicar como vice-líder da Minoria no Congresso Nacional, o senador **PAULO ROCHA - PT/PA**.

Atenciosamente,


Dep. Afonso Florence - PT/BA
Líder da Minoria no Congresso



Discurso encaminhado à publicação

O SR. DANILO FORTE (PSB - CE. Sem apanhamento taquigráfico.)- Senhor Presidente, Senhoras Deputadas e Senhores Deputados, ocupo essa tribuna para destacar com muita altivez a posição alcançada pela Universidade Federal do Ceará (UFC): eleita a 10ª melhor universidade do País, e a melhor do Norte e Nordeste, segundo o Ranking Universitário da Folha.

Uma posição expressiva e que causa muito orgulho para nós cearenses, pois ilustra que a nossa Educação caminha com diretriz e responsabilidade. Se compararmos em relação ao ano anterior, em 2015, galgamos uma posição no cenário nacional e um no regional, já em relação ao ano de 2012, pulamos oito posições.

A Universidade Federal do Ceará (UFC) foi avaliada em cinco dimensões: pesquisa; inserção no mercado; internacionalização; inovação e ensino, sendo esse último predominante nessa pesquisa, cuja nota aumentou de 26,91 para 28,18, passando da 16ª para a 15ª posição.

Destacaram três cursos entre as dez melhores do País: Design-Moda (2º lugar), Física (9º lugar) e Farmácia (10º lugar), sendo que esse primeiro do Instituto de Cultura e Arte (ICA) conquistou pela segunda vez essa posição de destaque.

Na mesma linha, e não menos importante, alguns cursos seguem em destaques almejando se alocar entre as 10 primeiras posições de todo o País, como os cursos de: Arquitetura (11ª posição), Química (13ª posição), Matemática (13ª posição), Ciências Contábeis (14ª posição), Letras (14ª posição), Agronomia (15ª posição) e Medicina (15ª posição).

Isso tudo é resultado de uma administração acertada, de um planejamento sustentável e de uma inovação arrojada. Esses números representam um bom indicador de retorno do investimento que tem sido feito no ensino superior cearense.

Além disso, é fruto da destacada capacidade e dedicação do seu corpo docente, discente e de funcionários.

Hoje, o País sofre um apagão na mão-de-obra em diversos setores devido à falta de qualificação profissional e é só por meio da educação que o Brasil alavancará o seu desenvolvimento. Somente através do conhecimento se pode atingir metas e realizar sonhos. A educação é o principal motor de um país e um pilar para o crescimento econômico, necessitando de constantes investimentos.

Temos o desafio também de inserir milhões de jovens na Educação Superior. Atualmente apenas 07 milhões de jovens entre 18 a 24 anos, cerca de 14% da população nessa faixa etária, estão na universidade.

Promover o setor educacional é a chave para garantir crescimento, e para ser grande, o Brasil precisa investir forte em educação.

Era o que tinha a dizer.

Muito obrigado, Sr. Presidente.



Mensagem do Ministro do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão

Mensagem nº 485 de 2016, na origem: encaminha ao Congresso Nacional, em meio eletrônico, as Informações Complementares ao Projeto de Lei Orçamentária para o exercício de 2017 (Projeto de Lei nº 18 de 2016-CN).

Mensagem nº 485

Senhores Membros do Congresso Nacional,

Nos termos do art. 10 do Projeto de Lei nº 2, de 2016-CN, que “Dispõe sobre as diretrizes para a elaboração e execução da Lei Orçamentária de 2017 e dá outras providências”, encaminho a Vossas Excelências as informações complementares ao Projeto de Lei Orçamentária de 2017, exclusivamente em meio eletrônico.

Brasília, 14 de setembro de 2016.

A mensagem foi anexada ao projeto, que é volta à Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, e está publicada na página da matéria no portal do Senado Federal.



Ofício da Câmara dos Deputados

Of. n. 1397/2016/SGM/P

Brasília, 13 de setembro de 2016.

Ao Excelentíssimo Senhor
Senador **RENAN CALHEIROS**
Presidente do Senado Federal
NESTA

Assunto: **Declaração de Perda do Mandato Parlamentar.**

Excelentíssimo Senhor Presidente,

Comunico a Vossa Excelência a Declaração da Perda do Mandato de Deputado Federal do Senhor Eduardo Cosentino da Cunha, nome parlamentar **EDUARDO CUNHA (PMDB/RJ)**, em 13 de setembro de 2016, nos termos da Resolução da Câmara dos Deputados n. 18, de 2016, publicada no Suplemento ao Diário da Câmara dos Deputados n. 159, de 13 de setembro de 2016, exemplar em anexo.

Atenciosamente,


RODRIGO MAIA
Presidente da Câmara dos Deputados

Documento : 71547 - 7



Projeto de Lei do Congresso Nacional

CONGRESSO NACIONAL

PROJETO DE LEI DO CONGRESSO NACIONAL Nº 19, DE 2016

Altera a Lei nº 13.249, de 13 de janeiro de 2016, que institui o Plano Plurianual da União para o período de 2016 a 2019.

Mensagem nº 486 de 2016, na origem
DOU de 16/09/2016

Data da leitura:

Prazo para apresentação de emendas: 28/09/2016

DOCUMENTOS:

- [Projeto de Lei](#)
- [Anexo](#)
- [Exposição de Motivos](#)
- [Mensagem](#)

DESPACHO: À Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

PUBLICAÇÃO: DCN de 22/09/2016



[Página da matéria](#)



PROJETO DE LEI

Altera a Lei nº 13.249, de 13 de janeiro de 2016, que institui o Plano Plurianual da União para o período de 2016 a 2019.

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art. 1º O Anexo II ao Plano Plurianual para o período de 2016 a 2019, aprovado pela Lei nº 13.249, de 13 de janeiro de 2016, passa a vigorar com as alterações constantes do Anexo a esta Lei.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Brasília,

PL-EM 208 MP-ALTERA PLANO PLURIANUAL 2016-2019(L2)





PROGRAMA: 2132 - Programa de Gestão e Manutenção das Mulheres, da Igualdade Racial e dos Direitos Humanos - (Excluído)

PROGRAMA: 2106 - Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações - (Alteração do Título)

Esfera	Valor 2016 (mil R\$)	Valor 2017 (mil R\$)	Valor 2018-2019 (mil R\$)
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social	2.214.092	3.235.437	7.045.695
Despesas Correntes	2.189.627	3.171.529	6.906.524
Despesas de Capital	24.465	63.909	139.172
Valores Globais	2.214.092	3.235.437	7.045.695
12.495.225			

PROGRAMA: 2121 - Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços - (Alteração do Título)

Esfera	Valor 2016 (mil R\$)	Valor 2017 (mil R\$)	Valor 2018-2019 (mil R\$)
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social	912.190	972.636	2.118.075
Despesas Correntes	900.882	942.625	2.052.719
Despesas de Capital	11.308	30.012	65.355
Valores Globais	912.190	972.636	2.118.075
4.002.900			

PROGRAMA: 2112 - Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Justiça e Cidadania - (Alteração do Título)

Esfera	Valor 2016 (mil R\$)	Valor 2017 (mil R\$)	Valor 2018-2019 (mil R\$)
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social	6.468.355	7.125.849	15.517.705
Despesas Correntes	6.400.174	7.086.541	15.432.106
Despesas de Capital	68.181	39.308	85.599
Valores Globais	6.468.355	7.125.849	15.517.705
29.111.909			

PROGRAMA: 2113 - Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Pesca e Aquicultura - (Excluído)

PROGRAMA: 2117 - Programa de Gestão e Manutenção do Ministério das Comunicações - (Excluído)




PROGRAMA: 2133 - Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Transparência, Fiscalização e Controle - (Novo Programa)

Esfera	Valor 2016 (mil R\$)	Valor 2017 (mil R\$)	Valor 2018-2019 (mil R\$)
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social	0	748.918	1.630.892
Despesas Correntes		741.918	1.615.648
Despesas de Capital		7.000	15.244
Valores Globais	0	748.918	1.630.892
		2.379.810	

PROGRAMA: 2120 - Programa de Gestão e Manutenção do Ministério do Desenvolvimento Agrário - (Excluído)
PROGRAMA: 2122 - Programa de Gestão e Manutenção do Ministério do Desenvolvimento Social e Agrário - (Alteração do Título)

Esfera	Valor 2016 (mil R\$)	Valor 2017 (mil R\$)	Valor 2018-2019 (mil R\$)
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social	192.018	6.731.172	14.658.231
Despesas Correntes	186.230	6.729.123	14.653.769
Despesas de Capital	5.788	2.049	4.463
Valores Globais	192.018	6.731.172	14.658.231
		21.581.421	

PROGRAMA: 2125 - Programa de Gestão e Manutenção do Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão - (Alteração do Título)

Esfera	Valor 2016 (mil R\$)	Valor 2017 (mil R\$)	Valor 2018-2019 (mil R\$)
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social	6.049.452	4.527.434	9.859.229
Despesas Correntes	6.021.606	4.461.474	9.715.591
Despesas de Capital	27.846	65.960	143.638
Valores Globais	6.049.452	4.527.434	9.859.229
		20.436.114	

PROGRAMA: 2126 - Programa de Gestão e Manutenção do Ministério dos Transportes, Portos e Aviação Civil - (Alteração do Título)

Esfera	Valor 2016 (mil R\$)	Valor 2017 (mil R\$)	Valor 2018-2019 (mil R\$)
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social	2.238.840	3.353.901	7.303.669
Despesas Correntes	1.905.497	2.874.537	6.259.775
Despesas de Capital	333.343	479.364	1.043.893
Valores Globais	2.238.840	3.353.901	7.303.669
		12.896.410	





PROGRAMA: 2131 - Programa de Gestão e Manutenção do Ministério do Trabalho - (Alteração do Título)

Esfera	Valor 2016 (mil R\$)	Valor 2017 (mil R\$)	Valor 2018-2019 (mil R\$)
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social	7.561.832	1.829.452	3.983.931
Despesas Correntes	7.540.035	1.757.463	3.827.164
Despesas de Capital	21.798	71.989	156.767
Valores Globais	7.561.832	1.829.452	3.983.931
	13.375.215		



EM nº 00208/2016 MP

Brasília, 31 de Agosto de 2016

Excelentíssimo Senhor Vice-presidente da República, No Exercício do Cargo de Presidente da República,

1. Submeto à consideração de Vossa Excelência o Projeto de Lei de Revisão do Plano Plurianual (PPA) 2016-2019, nos termos da Lei nº 13.249, de 13 de janeiro de 2016.

2. O Projeto em tela foi motivado pela reforma ministerial instituída pelas MP nº 726, de 12 de maio de 2016 e MP nº 728, de 23 de maio de 2016, que implicou a criação, fusão e extinção de ministérios. Assim, para compatibilizar o PPA 2016-2019 a essa nova estrutura, faz-se necessária a readequação do conjunto dos Programas de Gestão, Manutenção e Serviços ao Estado, conforme segue:

Revisão PPA 2016-2019

PPA 2016-2019 original

Após Revisão

Programa Novo

Não existente

2133 - Programa de Gestão do Ministério da Transparência, Fiscalização e Controle

Programas Alterados

2106 - Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação

2106 - Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações

2121 - Programa de Gestão e Manutenção do Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior

2121 - Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços

2112 - Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Justiça

2112 - Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Justiça e Cidadania

2122 - Programa de Gestão e Manutenção do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome

2122 - Programa de Gestão e Manutenção do Ministério do Desenvolvimento Social e Agrário



2125 - Programa de Gestão e Manutenção do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão

2125 - Programa de Gestão e Manutenção do Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão

2126 - Programa de Gestão e Manutenção do Ministério dos Transportes

2126 - Programa de Gestão e Manutenção do Ministério dos Transportes, Portos e Aviação Civil

2131 - Programa de Gestão e Manutenção do Ministério do Trabalho e Previdência Social

2131 - Programa de Gestão e Manutenção do Ministério do Trabalho

Programas Extintos

2132 - Programa de Gestão e Manutenção das Mulheres, da Igualdade Racial e dos Direitos Humanos

Excluído

2113 - Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Pesca e Aquicultura

Excluído

2117 - Programa de Gestão e Manutenção do Ministério das Comunicações

Excluído

2120 - Programa de Gestão e Manutenção do Ministério do Desenvolvimento Agrário

Excluído

3. Os Valores Globais dos Programas Gestão dos ministérios reestruturados foram recalculados. O Valor Global dos Programas de Gestão em 2016 é o mesmo do PPA 2016-2019 original. Já para 2017, o Valor Global dos programas que fazem parte do PL foi calculado com base nas ações previstas no PLOA 2017. Por fim, os valores estimados para o biênio 2018-2019 foram resultado dos valores de 2017 reajustados pela estimativa de inflação do PLDO, ou seja, 6% para os gastos de 2018 e 5,44% para os gastos de 2019. Ressalta-se, ainda, que no caso do Programa de Gestão do Ministério da Transparência, somente há estimativa a partir de 2017, uma vez que esse órgão ainda não existia no PPA 2016-2019 original.

4. Por essas razões, Senhor Presidente, submeto à consideração de Vossa Excelência o anexo Projeto de Lei.

Respeitosamente,

Assinado eletronicamente por: Dyogo Henrique de Oliveira



Mensagem nº 486

Senhores Membros do Congresso Nacional,

Nos termos do art. 61 da Constituição, submeto à elevada deliberação de Vossas Excelências o texto do projeto de lei que “Altera a Lei nº 13.249, de 13 de janeiro de 2016, que institui o Plano Plurianual da União para o período de 2016 a 2019”.

Brasília, 14 de setembro de 2016.



LEGISLAÇÃO CITADA

- Constituição de 1988 - 1988/88
 - artigo 61
- Lei nº 13.249, de 13 de janeiro de 2016 - 13249/16



CALENDÁRIO DE TRAMITAÇÃO DA MATÉRIA

Data início	Data fim	Tipo de tramitação
	20/09/2016	Prazo para publicação e distribuição em avulsos;
	28/09/2016	Prazo para apresentação de emendas;
	03/10/2016	Prazo para publicação e distribuição de avulsos das emendas apresentadas;
	18/10/2016	Prazo para apresentação, publicação, distribuição e votação do relatório e encaminhamento do parecer da CMO à Mesa do Congresso Nacional.



Veto

Recebimento da Mensagem Presidencial nº 493, de 2016, em 16 de setembro de 2016, que comunica as razões do veto aposto integralmente ao Projeto de Lei de Câmara nº 32, de 2016 (nº 2.747/2015, na Casa de origem), o qual "Dispõe sobre o subsídio do Defensor Público-Geral Federal e dá outras providências". (Veto nº 37, de 2016). O prazo previsto no § 4º do art. 66 da Constituição Federal e no art. 104-A do Regimento Comum do Congresso Nacional encerrar-se-á em 15 de outubro de 2016. A matéria está publicada em avulso eletrônico.

São os seguintes, a Mensagem e o autógrafo do projeto:



CONGRESSO NACIONAL

VETO Nº 37, DE 2016

Veto Total aposto ao Projeto de Lei da Câmara nº 32, de 2016 (nº 2.747/2015, na Casa de origem), que "Dispõe sobre o subsídio do Defensor Público-Geral Federal e dá outras providências".

Mensagem nº 493 de 2016, na origem
DOU de 16/09/2016

Data da protocolização: 16/09/2016
Prazo no Congresso: 15/10/2016

DOCUMENTOS:

- [Mensagem](#)
- [Autógrafo da matéria vetada](#)



[Página da matéria](#)

Mensagem nº 493

Senhor Presidente do Senado Federal,

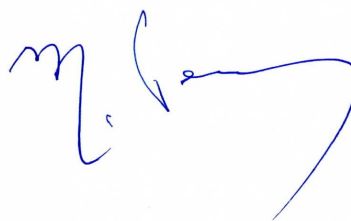
Comunico a Vossa Excelência que, nos termos do § 1º do art. 66 da Constituição, decidi vetar integralmente, por contrariedade ao interesse público, o Projeto de Lei nº 32, de 2016, (nº 2.747/2015, na Câmara dos Deputados), que “Dispõe sobre o subsídio do Defensor Público-Geral Federal e dá outras providências”.

Ouvidos, os Ministérios do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão e da Fazenda manifestaram-se pelo veto ao projeto de lei pelas seguintes razões:

“O projeto de lei contempla, para os anos seguintes, percentuais muito superiores aos demais reajustes praticados para o conjunto dos servidores públicos federais; ademais, situam-se em patamar acima da inflação projetada para o período, bem como abrigam regra de vinculação remuneratória, em dissonância à política de ajuste fiscal que se busca implementar.”

Essas, Senhor Presidente, as razões que me levaram a vetar o projeto em causa, as quais ora submeto à elevada apreciação dos Senhores Membros do Congresso Nacional.

Brasília, 15 de setembro de 2016.



Dispõe sobre o subsídio do Defensor Público-Geral Federal e dá outras providências.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º O subsídio mensal do Defensor Público-Geral Federal, referido no inciso XI do art. 37 e no § 4º do art. 39, combinados com os §§ 2º a 4º do art. 134, todos da Constituição Federal, passa a ser de:

I – R\$ 31.557,21 (trinta e um mil, quinhentos e cinquenta e sete reais e vinte e um centavos), a partir de 1º de julho de 2016;

II – R\$ 32.188,36 (trinta e dois mil, cento e oitenta e oito reais e trinta e seis centavos), a partir de 1º de janeiro de 2017;

III – R\$ 32.938,35 (trinta e dois mil, novecentos e trinta e oito reais e trinta e cinco centavos), a partir de 1º de abril de 2017;

IV – R\$ 33.763,00 (trinta e três mil, setecentos e sessenta e três reais), a partir de 1º de janeiro de 2018.

Art. 2º Os membros da Defensoria Pública da União serão remunerados na forma desta Lei, por subsídio mensal, conforme referido no inciso XI do art. 37 e no § 4º do art. 39, combinados com o inciso V do art. 93, com o inciso II do art. 96 e com os §§ 2º a 4º do art. 134, todos da Constituição Federal.

Parágrafo único. O subsídio de que trata o **caput** deste artigo observará, ao final, o escalonamento de 5% (cinco por cento) entre as categorias que compõem a Carreira de Defensor Público Federal, tendo como referência aquele percebido pelo Defensor Público-Geral Federal, observada a progressão da tabela do Anexo desta Lei.

Art. 3º As despesas resultantes da aplicação desta Lei correrão à conta das dotações orçamentárias consignadas à Defensoria Pública da União.

Art. 4º A implementação do disposto nesta Lei fica condicionada a sua expressa autorização em anexo próprio da lei orçamentária anual, com a respectiva dotação prévia, nos termos do § 1º do art. 169 da Constituição Federal.

Art. 5º Esta Lei entra em vigor na data da sua publicação.

Senado Federal, em de de 2016.

Senador Renan Calheiros
Presidente do Senado Federal

dps/plc16-032.



ANEXO

CATEGORIA	JULHO/16	JANEIRO/17	ABRIL/17	JANEIRO/18
Especial	R\$ 24.228,23	R\$ 26.166,49	R\$ 28.521,47	R\$ 32.074,85
Primeira	R\$ 21.426,74	R\$ 23.676,55	R\$ 26.754,50	R\$ 30.471,11
Segunda	R\$ 18.716,76	R\$ 21.056,35	R\$ 24.425,37	R\$ 28.947,55



MATÉRIAS E DOCUMENTOS DIVERSOS**EXPEDIENTE****Adoção de Medida Provisória**

O Senhor Presidente da República adotou, em 15 de setembro de 2016, e publicou, no Diário Oficial da União de 16 de setembro de 2016, a Medida Provisória nº 745 de 2016, que *Autoriza o Banco Central do Brasil a adquirir papel moeda e moeda metálica fabricados fora do País por fornecedor estrangeiro.*

Nos termos dos artigos 2º e 3º da Resolução nº 1, de 2002-CN e do art. 10-A do Regimento Comum, em 20 de setembro do corrente, foi constituída a Comissão Mista incumbida de emitir parecer sobre a matéria.

A composição da Comissão Mista e o calendário de tramitação da Medida Provisória serão publicados no Diário e na Ordem do Dia do Congresso Nacional. A matéria será publicada em avulso eletrônico. Será feita a comunicação à Câmara dos Deputados.

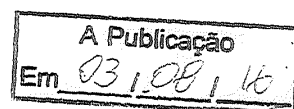
São os seguintes os ofícios de indicação para a Comissão Mista:



CÂMARA DOS DEPUTADOS
Liderança do PTB

OF. Nº 313 /2016

A Sua Excelência o Senhor
Senador **RENAN CALHEIROS**
DD. Presidente do Congresso Nacional.
Nesta



Brasília, de 27 julho de 2016.

Senhor Presidente,

Com os meus cumprimentos, indico a Vossa Excelência o Senhor Deputado **PEDRO FERNANDES (PTB/MA)**, na condição de Suplente, em substituição ao Senhor Deputado **ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB/SP)**, para compor permanentemente, todas as Comissões Mistas de Medidas Provisórias do Congresso Nacional, a partir desta data.

Por oportuno, renovo a Vossa Excelência protestos de estima e consideração.

Atenciosamente,

Deputado **JOVAIR ARANTES**
Líder do Bloco **PP/PTB/PSC**





SENADO FEDERAL
Bloco Socialismo e Democracia
PSB – PPS – PCdoB – Rede

A Publicação
Em 13/07/2016

GLBSD- Memo. 44/2016

Brasília, 12 de julho de 2016.

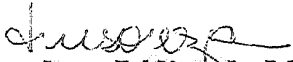
A Sua Excelência o Senhor
Senador RENAN CALHEIROS
Presidente do Congresso Nacional


Assunto: Indicação de membros para Comissões Mistas de Medidas Provisórias

Senhor Presidente,

Cumprimentando-o cordialmente, solicito a Vossa Excelência que, nos casos em que o Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia não encaminhar, no prazo regimental, as indicações para composição das Comissões Mistas destinadas a apreciar Medidas Provisórias, sejam feitas prontamente as indicações do Senador Antonio Carlos Valadares, Líder do PSB, e Senador Randolfe Rodrigues, Líder do REDE, como membros titulares, bem como as indicações da Senadora Vanessa Grazziotin, Líder do PCdoB, e Senador Cristovam Buarque, Líder do PPS, como membros suplentes, para compor as referidas comissões.

Respeitosamente,


Senadora Lúdice da Mata
Líder do Bloco Socialismo e Democracia

CONFERE COM O ORIGINAL
19/09/2016




É a seguinte a Comissão:

SENADORES

TITULARES	SUPLENTES
------------------	------------------

PMDB

Eunício Oliveira	1.
Waldemir Moka	2.
Rose de Freitas	3.

Bloco Social Democrata (PSDB/DEM/PV)

Paulo Bauer	1. José Aníbal
Ronaldo Caiado	2. José Agripino

Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PT/PDT)

Humberto Costa	1. Lindbergh Farias
Telmário Mota	2. Gleisi Hoffmann

Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (PSB/PPS/PCdoB/REDE)

Antonio Carlos Valadares	1. Vanessa Grazziotin
Randolfe Rodrigues	2. Cristovam Buarque

Bloco Parlamentar Democracia Progressista (PP/PSD)

Benedito de Lira	1. Sérgio Petecão
Omar Aziz	2.

Bloco Moderador (PTB/PR/PSC/PRB/PTC)

Elmano Férrer	1. Eduardo Amorim
Wellington Fagundes	2. Eduardo Lopes



DEPUTADOS

TITULARES	SUPLENTES
-----------	-----------

Bloco PP/ PTB/ PSC

Aguinaldo Ribeiro	1. Pedro Fernandes
Jovair Arantes	2. Wilson Filho

Bloco PMDB/ PEN

Baleia Rossi	1. Altineu Côrtes
Carlos Marun	2. Daniel Vilela

PT

Afonso Florence	1. Érika Kokay
Ságuas Moraes	2. Henrique Fontana

PSDB

Antonio Imbassahy	1. Daniel Coelho
-------------------	------------------

PR

Aelton Freitas	1. José Rocha
----------------	---------------

PSD

Rogério Rosso	1. Paulo Magalhães
---------------	--------------------

PSB

Paulo Foletto	1. Tadeu Alencar
---------------	------------------

DEM

Pauderney Avelino	1. Efraim Filho
-------------------	-----------------

PRB

Márcio Marinho	1. Vinícius Carvalho
----------------	----------------------

PCdoB*

Daniel Almeida	1. Luciana Santos
----------------	-------------------

- Publicação no DOU: **16/09/2016**
- Designação da Comissão: **20/09/2016**
- Instalação da Comissão: 24 horas após a designação
- Emendas: **até 22/09/2016 (6 dias após a publicação)**
- Regime de urgência, obstruindo a pauta a partir de: **31/10/2016 (46º dia)**
- Prazo final no Congresso: **14/11/2016 (a prorrogar)**



Término de prazos

Encerrou-se em 16 de julho do corrente, sem apresentação de projeto, o prazo estabelecido no § 2º do art. 11 da Resolução nº 1, de 2002-CN, e § 11 do art. 62 da Constituição Federal, para edição de decreto legislativo que disciplina as relações jurídicas decorrentes da Medida Provisória nº 700, de 2015, cujo prazo de vigência expirou em 17 de maio de 2016. Extinção da Comissão Mista destinada à apreciação da matéria, nos termos do § 3º do art. 11 da Resolução nº 1, de 2002-CN. Ao Arquivo.

Encerrou-se em 19 de setembro do corrente, sem apresentação de projeto, o prazo estabelecido no § 2º do art. 11 da Resolução nº 1, de 2002-CN, e § 11 do art. 62 da Constituição Federal, para edição de decreto legislativo que disciplina as relações jurídicas decorrentes da Medida Provisória nº 713, de 2016, cujo prazo de vigência expirou em 29 de junho de 2016, nos termos do § 12 do art. 62 da Constituição Federal. Extinção da Comissão Mista destinada à apreciação da matéria, nos termos do § 3º do art. 11 da Resolução nº 1, de 2002-CN. Ao arquivo.



PARTE III

LEIS PROMULGADAS

Faço saber que o Congresso Nacional decretou, o Presidente da República, nos termos do § 3º do art. 66 da Constituição Federal, sancionou tacitamente, e eu, Renan Calheiros, Presidente do Senado Federal, nos termos do § 7º do mesmo artigo, promulgo a seguinte

LEI Nº 13.338, DE 19 DE SETEMBRO DE 2016.

Abre ao Orçamento Fiscal da União, em favor de Encargos Financeiros da União e do Ministério do Desenvolvimento Agrário, crédito suplementar no valor de R\$ 2.457.162.512,00, para reforço das dotações constantes da Lei Orçamentária vigente.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aberto ao Orçamento Fiscal da União (Lei nº 13.255, de 14 de janeiro de 2016), em favor de Encargos Financeiros da União e do Ministério do Desenvolvimento Agrário, crédito suplementar no valor de R\$ 2.457.162.512,00 (dois bilhões, quatrocentos e cinquenta e sete milhões, cento e sessenta e dois mil, quinhentos e doze reais), para atender às programações constantes do Anexo I.

Art. 2º Os recursos necessários à abertura do crédito de que trata o art. 1º decorrem de:

I – superávit financeiro apurado no balanço patrimonial do exercício de 2015, relativo à Remuneração das Disponibilidades do Tesouro Nacional, no valor de R\$ 1.908.053.072,00 (um bilhão, novecentos e oito milhões, cinquenta e três mil, setenta e dois reais);

II – superávit financeiro apurado no balanço patrimonial do exercício de 2015, relativo a Recursos Ordinários, no valor de R\$ 208.984.012,00 (duzentos e oito milhões, novecentos e oitenta e quatro mil e doze reais); e

III – anulação de dotações orçamentárias, no valor de R\$ 340.125.428,00 (trezentos e quarenta milhões, cento e vinte e cinco mil, quatrocentos e vinte e oito reais), conforme indicado no Anexo II.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Congresso Nacional, em 19 de setembro de 2016.

Senador Renan Calheiros
Presidente do Senado Federal

dps/pln16-005promulgação



ÓRGÃO: 71000 - Encargos Financeiros da União
UNIDADE: 71104 - Remuneração de Agentes Financeiros - Recursos sob Supervisão do Ministério da Fazenda

ANEXO I

PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO)

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	E S F	G N D	R P	M O D	I U	F T E	VALOR
0911			Operações Especiais - Remuneração de Agentes Financeiros						1.906.853,072
28 846	0911 00M4 0911 00M4 0001	OPERAÇÕES ESPECIAIS							1.906.853,072
		Remuneração a Agentes Financeiros							
28 846		Remuneração a Agentes Financeiros - Nacional	F	3	2	90	0	388	1.906.853,072
TOTAL - FISCAL									1.906.853,072
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									1.906.853,072

ÓRGÃO: 71000 - Encargos Financeiros da União
UNIDADE: 71901 - Fundo Contingente da Extinta RFFSA - Recursos sob Supervisão do Ministério da Fazenda

ANEXO I

PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO)

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	E S F	G N D	R P	M O D	I U	F T E	VALOR
0909			Operações Especiais: Outros Encargos Especiais						1.200.000
28 846	0909 09LK	OPERAÇÕES ESPECIAIS							1.200.000
		Encargos do Fundo Contingente da Extinta Rede Ferroviária Federal S.A. - RFFSA							
28 846	0909 09LK 0001	Encargos do Fundo Contingente da Extinta Rede Ferroviária Federal S.A. - RFFSA - Nacional	F	3	2	90	0	388	1.200.000
TOTAL - FISCAL									1.200.000
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									1.200.000



ÓRGÃO: 71000 – Encargos Financeiros da União
UNIDADE: 71101 – Recursos sob Supervisão do Ministério da Fazenda

ANEXO I

PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO)

ANEXO I PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO)			Recurso de Todas as Fontes R\$ 1,00						Crédito Suplementar
FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	E S F	G N D	R P	M O D	I U	F T E	VALOR
2014		Agropecuária Sustentável, Abastecimento e Comercialização	340.125.428						
28 846	0909 00P4	ATIVIDADES							
		Subvenção Econômica nas Operações de Crédito Rural para empreendimentos localizados na área de abrangência da Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste – SUDENE (Lei nº 12.844, de 2013)	340.125.428						
28 846	0909 00P4 0001	Subvenção Econômica nas Operações de Crédito Rural para empreendimentos localizados na área de abrangência da Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste- SUDENE (Lei nº 12.844, de 2013) – Nacional	F	3	1	90	0	188	340.125.428
TOTAL – FISCAL									340.125.428
TOTAL – SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									340.125.428

ÓRGÃO: 49000 – Ministério do Desenvolvimento Agrário
UNIDADE: 49101 – Ministério do Desenvolvimento Agrário – Administração Direta

ANEXO I

PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO)

ANEXO I PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO)			Recurso de Todas as Fontes R\$ 1,00						Crédito Suplementar
FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	E S F	G N D	R P	M O D	I U	F T E	VALOR
2012 Fortalecimento e Dinamização da Agricultura Familiar									208.984,012
21 244	2012 0359	ATIVIDADES Contribuição ao Fundo Garantia-Safra (Lei nº 10.420, de 2002)							208.984,012
	2012 0359 0001	Contribuição ao Fundo Garantia-Safra (Lei nº 10.420, de 2002) – Nacional	F	3	1	90	0	300	208.984,012
TOTAL – FISCAL									208.984,012
TOTAL – SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									208.984,012



ÓRGÃO: 74000 – Operações Oficiais de Crédito
UNIDADE: 74101 – Recursos sob Supervisão da Secretaria do Tesouro Nacional
ANEXO II
PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO)

ANEXO II PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO)										Crédito Suplementar Recurso de Todas as Fontes R\$ 1,00				
FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	E S F	G N D	R P	M O D	I U	F T E	VALOR					
2012 Agropecuária Sustentável, Abastecimento e Comercialização										340.125.428				
ATIVIDADES														
20 608	2012 0281	Subvenção Econômica para a Agricultura Familiar - PRONAF (Lei nº 8.427, de 1992)							340.125.428					
20 608	2012 0281 0001	Subvenção Econômica para a Agricultura Familiar- PRONAF (Lei nº 8.427. de 1992) - Nacional	F	3	1	90	0	188	340.125.428					
TOTAL – FISCAL										340.125.428				
TOTAL – SEGURIDADE										0				
TOTAL - GERAL										340.125.428				



LEI Nº 13.339, DE 20 DE SETEMBRO DE 2016.

Abre crédito extraordinário, em favor da Justiça Eleitoral, no valor de R\$ 150.000.000,00, para o fim que especifica.

Faço saber que o Vice-Presidente da República, no exercício do cargo de Presidente da República, adotou a Medida Provisória nº 730, de 2016, que o Congresso Nacional aprovou, e eu, Renan Calheiros, Presidente da Mesa do Congresso Nacional, para os efeitos do disposto no art. 62 da Constituição Federal, com a redação dada pela Emenda Constitucional nº 32, combinado com o art. 12 da Resolução nº 1, de 2002-CN, promulgo a seguinte Lei:

Art. 1º Fica aberto crédito extraordinário, em favor da Justiça Eleitoral, no valor de R\$ 150.000.000,00 (cento e cinquenta milhões de reais), na forma do Anexo desta Lei.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Congresso Nacional, em 20 de setembro de 2016.
195^o da Independência e 128^o da República

Senador Renan Calheiros
Presidente da Mesa do Congresso Nacional



ÓRGÃO: 14000 - Justiça Eleitoral		Crédito Extraordinário									
UNIDADE: 14101 - Tribunal Superior Eleitoral		Recurso de Todas as Fontes R\$ 1,00									
ANEXO		PROGRAMA DE TRABALHO (APLICAÇÃO)									
FUNC	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	E S F	G N D	R P D	M O D	I U	F T E	VALOR		
0570		Gestão do Processo Eleitoral								150.000.000	
		ATIVIDADES									
02 061	0570 4269	Pleitos Eleitorais									
02 061	0570 4269 6500	Pleitos Eleitorais - Nacional (Crédito Extraordinário)	F	3	2	90	0	300	150.000.000		
TOTAL - FISCAL											150.000.000
TOTAL - SEGURIDADE											0
TOTAL - GERAL											150.000.000



COMPOSIÇÃO

COMISSÕES MISTAS

Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

(Resolução nº 1, de 2006-CN)

Finalidade: Apreciação das matérias orçamentárias e acompanhamento e fiscalização das respectivas execuções.

Número de membros: 10 Senadores e 31 Deputados

PRESIDENTE: Deputado Arthur Lira (PP-AL)

1º VICE-PRESIDENTE: VAGO

2ª VICE-PRESIDENTE: Deputado Sergio Souza (PMDB-PR)

3º VICE-PRESIDENTE: VAGO

Relator do Projeto de Lei Orçamentária Anual: Senador Eduardo Braga (PMDB-AM)

Relator da Receita: Deputado Daniel Vilela (PMDB-GO)

Designação: 03/05/2016

Instalação: 05/05/2016

Senado Federal

TITULARES	SUPLENTE
PMDB	
Waldemir Moka - MS	1. Marta Suplicy - SP
Romero Jucá - RR (9)	2. Eunício Oliveira - CE (22)
Eduardo Braga - AM (22)	3. VAGO
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PDT, PT)	
Regina Sousa - PT/PI (8,16,25)	1. Paulo Rocha - PT/PA (25)
Telmário Mota - PDT/RR	2. Fátima Bezerra - PT/RN
Bloco Social Democrata (PSDB, PV, DEM)	
Flexa Ribeiro - PSDB/PA (4)	1. Dalirio Beber - PSDB/SC (12)
VAGO (7,23,27)	2. Garibaldi Alves Filho - PMDB/RN (26)
Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (PPS, PSB, PCdoB, REDE)	
Fernando Bezerra Coelho - PSB/PE	1. Cristovam Buarque - PPS/DF
Bloco Moderador (PTB, PSC, PRB, PR, PTC)	
Wellington Fagundes - PR/MT	1. Zeze Perrella - PTB/MG
Bloco Parlamentar Democracia Progressista (PP, PSD)	
Otto Alencar - PSD/BA (13)	1. Sérgio Petecão - PSD/AC (13)

Secretaria Legislativa do Congresso Nacional (55 61 3303-4050)

<http://www.senado.leg.br/ordiacn>



Câmara dos Deputados

TITULARES	SUPLENTE
PR, PSD, PROS	
Milton Monti - PR/SP	1. Lúcio Vale - PR/PA
Vicentinho Júnior - PR/TO	2. Luiz Cláudio - PR/RO
Ronaldo Fonseca - PROS/DF	3. George Hilton - PROS/MG
Júlio Cesar - PSD/PI	4. Danrlei de Deus Hinterholz - PSD/RS
Irajá Abreu - PSD/TO	5. Diego Andrade - PSD/MG (29)
PP, PTB, PSC, PHS	
Simão Sessim - PP/RJ (6)	1. Hiran Gonçalves - PP/RR (6)
Arthur Lira - PP/AL (6)	2. Covatti Filho - PP/RS (6)
Nelson Meurer - PP/PR (6)	3. Mário Negromonte Jr. - PP/BA (21)
Sérgio Moraes - PTB/RS (6)	4. Zeca Cavalcanti - PTB/PE (6)
Pr. Marco Feliciano - PSC/SP (19)	5. Alfredo Kaefer - PSL/PR (24)
PMDB, PEN	
José Priante - PMDB/PA	1. Celso Maldaner - PMDB/SC
Junior Marreca - PEN/MA	2. Daniel Vilela - PMDB/GO
Saraiva Felipe - PMDB/MG	3. Dulce Miranda - PMDB/TO
Sergio Souza - PMDB/PR	4. Marx Beltrão - PMDB/AL
PT	
Assis Carvalho - PI (3)	1. Adelmo Carneiro Leão - MG (3)
Beto Faro - PA (3)	2. Caetano - BA (3)
Enio Verri - PR (3,28)	3. Paulão - AL (3)
Waldenor Pereira - BA (3)	4. Valmir Assunção - BA (3)
PSDB	
Duarte Nogueira - SP (10)	1. João Gualberto - BA (17)
Geraldo Resende - MS	2. Nelson Marchezan Junior - RS (17)
Rodrigo de Castro - MG	3. Nilson Leitão - MT (20)
PRB, PTN, PMN, PRP, PSDC, PTC, PSL, PTdoB	
Cleber Verde - PRB/MA	1. Ronaldo Martins - PRB/CE
Ademir Camilo - PTN/MG (18)	2. Jozi Araújo - PTN/AP (18)
PSB	
Bebeto - BA	1. Tereza Cristina - MS
Luciano Ducci - PR	2. Rodrigo Martins - PI (5)
DEM	
Claudio Cajado - BA	1. Juscelino Filho - MA
Paulo Azi - BA	2. Marcos Rogério - RO (15)
PDT	
Dagoberto - MS (2)	1. André Figueiredo - CE (2,14)
SD	
Benjamin Maranhão - PB	1. Wladimir Costa - PA
PCdoB	
Davidson Magalhães	1. Rubens Pereira Júnior - MA
PPS (1)	



TITULARES	SUPLENTE
Leandre - PV/PR	1. Alex Manente - SP (11)

Notas:

1. Rodízio nos termos do art. 10-A do Regimento Comum.
2. Designado, como membro titular, o Deputado Dagoberto, em vaga existente, e, como membro suplente, o Deputado Roberto Goês, em 4-5-2016 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 84, de 2016, da Liderança do PDT.
3. Designados, como membros titulares, os Deputados Assis Carvalho, Beto Faro, Reginaldo Lopes e Waldenor Pereira e, como membros suplentes, os Deputados Adelmo Carneiro Leão, Caetano, Paulão e Valmir Assunção, em vagas existentes, em 4-5-2016 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 207, de 2016, da Liderança do PT.
4. Designado, como membro titular, o Senador Flexa Ribeiro, em vaga existente, em 4-5-2016 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 21, de 2016, da Liderança do PSDB.
5. Designado, como membro suplente, o Deputado Rodrigo Martins, em substituição ao Deputado Fabio Garcia, em 4-5-2016 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 77, de 2016, da Liderança do PSB.
6. Designados, como membros titulares, os Deputados Simão Sessim, Arthur Lira, Nelson Meurer e Sérgio Moraes, e, como membros suplentes, os Deputados Hiran Gonçalves, Covatti Filho e Zeca Cavalcanti, em 5-5-2016 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 130, de 2016, da Liderança do Bloco PP/PTB/PSC.
7. Vago em virtude da reassunção da titular, Senadora Maria do Carmo Alves, em 10-05-2016 (Senado Federal).
8. Vago em virtude da reassunção da titular, Senadora Kátia Abreu, em 12.05.2016.
9. Em 13.05.2016, o Senador Romero Jucá foi nomeado Ministro de Estado do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão (DOU 13/05/2016, Seção 2, p. 3)
10. Designado, como membro titular, o Deputado Duarte Nogueira, em substituição ao Deputado Bruno Araújo, em 16-5-2016 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 481, de 2016, da Liderança do PSDB.
11. Designado o Deputado Alex Manente, como membro suplente, em substituição ao Deputado Raul Jungmann, na Sessão do Senado Federal de 17.05.2016, conforme Ofício nº 68, da Liderança do PPS.
12. Designado, como membro titular, o Senador Dalirio Beber, em vaga existente, em 18-5-2016 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 13, de 2016, da Liderança do PSDB.
13. Designado, como membro titular, o Senador Otto Alencar, em substituição ao Senador Gladson Cameli, e, como membro suplente, o Senador Sérgio Petecão, em substituição ao Senador Otto Alencar, em 18-5-2016 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 13, de 2016, da Liderança do Bloco Parlamentar Democracia Progressista.
14. Designado, como membro suplente, o Deputado André Figueiredo, em substituição ao Deputado Roberto Góes, em 18-5-2016 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 112, de 2016, da Liderança do PDT.
15. Designado, como membro suplente, o Deputado Marcos Rogério, em vaga existente, em 19-5-2016 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 155, de 2016, da Liderança do DEM.
16. Designado, como membro titular, o Senador Paulo Paim, em vaga existente, em 23-5-2016 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 35, de 2016, da Liderança do LPT Bloco de Apoio do Governo.
17. Designado, como membro suplente, o Deputado João Gualberto, em substituição ao Deputado Nelson Markezan Junior, em 23-5-2016 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 509, de 2016, da Liderança do PSDB.
18. Designado, como membro titular, o Deputado Ademir Camilo, em vaga existente, e, como membro suplente, a Deputada Jozi Araújo, em vaga existente, em 23-5-2016 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº S nº, de 2016, da Liderança do Bloco PTN PTdoB PSL.
19. Designado, como membro titular, o Deputado Pr. Marco Feliciano, em vaga existente, em 24-5-2016 (Sessão do Congresso Nacional), conforme Ofício nº 177, de 2016, da Liderança do PP/PTB/PSC.
20. Designado, como membro suplente, Nilson Leitão, em vaga existente, em 24-5-2016 (Sessão do Congresso Nacional), conforme Ofício nº 512, de 2016, da Liderança do PSDB.
21. Designado, como membro titular, o Deputado Mário Negromonte Jr., em vaga existente, em 27-5-2016 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 179, de 2016, da Liderança do PP/PTB/PSC.
22. Designado, como membro titular, o Senador Eduardo Braga, em substituição ao Senador Eunício Oliveira, e, como membro suplente, o Senador Eunício Oliveira, em vaga existente, em 2-6-2016 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 100, de 2016, da Liderança do PMDB E Bloco da Maioria.
23. Designado, como membro titular, o Senador Ricardo Franco, em vaga existente, em 5-7-2016 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 43, de 2016, do Líder do Democratas.
24. Designado, como membro titular, o Deputado Alfredo Kaefer, em vaga existente, em 7-7-2016 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 294, de 2016, da Liderança do PP/PTB/PSC.
25. Designado, como membro titular, o Senador Regina Sousa, em substituição ao Senador Paulo Paim, e, como membro suplente, o Senador Paulo Rocha, em vaga existente, em 13-7-2016 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 87, de 2016, da Liderança do Bloco Parlamentar da Resistência Democrática.
26. Designado, como membro suplente, o Senador Garibaldi Alves Filho, em vaga existente, em 13-7-2016 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 44, de 2016, da Liderança do Democratas.
27. Vago em virtude da reassunção da titular, Senadora Maria do Carmo Alves, em 22-08-2016 (Senado Federal).
28. Designado, como membro titular, o Deputado Enio Verri, em substituição ao Deputado Reginaldo Lopes, em 23-8-2016 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 385, de 2016, da Liderança do PT.
29. Designado, como membro suplente, a Deputado Diego Andrade, em vaga existente, em 12-9-2016 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 357, de 2016, da Liderança do PSD.

Secretário: Robson Luiz Fialho Coutinho



Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

RELATORES SETORIAIS DO PROJETO DE LEI ORÇAMENTÁRIA - CMO

ÁREA TEMÁTICA	RELATOR SETORIAL
I. Transporte	Deputado Milton Monti (PR-SP)
II. Saúde	Deputado Lúcio Vale (PR-PA)
III. Educação e Cultura	Deputado Sergio Souza (PMDB-PR)
IV. Integração Nacional	Senador Waldemir Moka (PMDB-MS)
V. Agricultura, Pesca e Desenvolvimento Agrário	Deputado Adelmo Carneiro Leão (PT-MG)
VI. Desenvolvimento Urbano	Senador Fernando Bezerra Coelho (PSB-PE)
VII. Turismo	VAGO
VIII. Ciência e Tecnologia e Comunicações	Deputado Rodrigo de Castro (PSDB-MG)
IX. Minas e Energia	VAGO
X. Esporte	VAGO
XI. Meio Ambiente	Deputado Júlio Cesar (PSD-PI)
XII. Fazenda e Planejamento	Senador Flexa Ribeiro (PSDB-PA)
XIII. Indústria, Comércio e Micro e Pequenas Empresas	Deputado Cleber Verde (PRB-MA)
XIV. Trabalho, Previdência e Assistência Social	Deputado Paulo Azi (DEM-BA)
XV. Defesa e Justiça	Senador Otto Alencar (PSD-BA)
XVI. Presidência, Poder Legislativo, Poder Judiciário, MPU, DPU e Relações Exteriores	Deputado Mário Negromonte Jr. (PP-BA)

IV - Comitê de Admissibilidade de Emendas - CAEM

III - Comitê de Avaliação das Inform. sobre Obras e Serviços com Indícios de Irregularidades Graves - COI

II - Comitê de Avaliação da Receita - CAR

I - Comitê de Avaliação , Fiscalização e Controle da Execução Orçamentária - CFIS



Comissão Mista Permanente sobre Mudanças Climáticas

(Criada pela Resolução nº 4/2008-CN)

Finalidade: Acompanhar, monitorar e fiscalizar, de modo contínuo, as ações referentes às mudanças climáticas no Brasil

Número de membros: 11 Senadores e 11 Deputados

PRESIDENTE: Deputado Daniel Vilela (PMDB-GO) (19,20)

VICE-PRESIDENTE: Senador Cristovam Buarque (PPS-DF) (19,20)

RELATOR: Senador Fernando Bezerra Coelho (PSB-PE) (19,20)

Designação: 19/03/2015

Instalação: 25/03/2015

Senado Federal

TITULARES	SUPLENTE
Maioria (PMDB)	
Hélio José - PMDB/DF (4,16,21)	1. VAGO
VAGO (21,22,30)	2. VAGO
Marta Suplicy - PMDB/SP (9,21)	3. VAGO
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PDT, PT)	
Jorge Viana - PT/AC (2)	1. VAGO
Regina Sousa - PT/PI (2,25,28,29)	2. VAGO
Cristovam Buarque - PPS/DF (2)	3. Ivo Cassol - PP/RO (2)
Gladson Cameli - PP/AC (2)	4. VAGO
Bloco Social Democrata (PSDB, PV, DEM)	
Flexa Ribeiro - PSDB/PA	1. Aloysio Nunes Ferreira - PSDB/SP
Maria do Carmo Alves - DEM/SE (5)	2. Ronaldo Caiado - DEM/GO (5)
Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (PPS, PSB, PCdoB, REDE)	
Fernando Bezerra Coelho - PSB/PE	1. Vanessa Grazziotin - PCdoB/AM
Bloco Moderador (PTB, PSC, PRB, PR, PTC)	
Zeze Perrella - PTB/MG (23)	1. Pedro Chaves - PSC/MS (23,24,26)



Câmara dos Deputados

TITULARES	SUPLENTE
PMDB, PEN	
Eros Biondini - PROS/MG	1. Carlos Henrique Gaguim - PTN/TO
Daniel Vilela - PMDB/GO (12,15)	2. Luiz Carlos Busato - PTB/RS
Roberto Balestra - PP/GO	3. Valdir Colatto - PMDB/SC (6)
Sergio Souza - PMDB/PR	4. Julio Lopes - PP/RJ (12,14,18)
Jony Marcos - PRB/SE (8)	5. Rômulo Gouveia - PSD/PB (13)
PT, PSD, PR, PROS, PCdoB	
Angelim - PT/AC	1. Alessandro Molon - REDE/RJ
Leônidas Cristino - PDT/CE	2. Átila Lins - PSD/AM (3)
Jaime Martins - PSD/MG (3)	3. Ivan Valente - PSOL/SP (11)
Leonardo Monteiro - PT/MG (10)	4. João Paulo Papa - PSDB/SP (17)
PSDB, PSB	
Ricardo Tripoli - PSDB/SP	1. Antonio Carlos Mendes Thame - PV/SP
Arnaldo Jordy - PPS/PA (27)	2. Janete Capiberibe - PSB/AP
PDT (1)	
Giovani Cherini - PR/RS	1. Daniel Coelho - PSDB/PE (7)

Notas:

1. Rodízio nos termos no art. 10-A do Regimento Comum.
2. Designados, como membros titulares, os Senadores Jorge Viana, Donizeti Nogueira, Cristovam Buarque, em vagas existentes, e o Senador Gladson Cameli, em substituição ao Senador Ivo Cassol; e, como membro suplente, o Senador Ivo Cassol, em substituição ao Senador Gladson Cameli, em 24-3-2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 41, de 2015, da Liderança do Bloco de Apoio ao Governo.
3. Designado, como membro titular, o Deputado Jaime Martins, em vaga existente, e, como membro suplente, o Deputado Átila Lins, em vaga existente, em 25-3-2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 181, de 2015, da Liderança do PSD.
4. O Senador Waldemir Moka declinou da indicação para compor a comissão, em 25/03/2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 93, de 2015, da Liderança do Bloco de Maioria.
5. Designada, como membro titular, a Senadora Maria do Carmo, em vaga existente, e, como membro suplente, o Senador Ronaldo Caiado, em vaga existente, em 25-3-2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 22, de 2015, da Liderança do DEM.
6. Designado, como membro suplente, o Deputado Valdir Colatto, em vaga existente, em 08-04-2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 567, de 2015, da Liderança do Bloco PMDB/PP/PTB/PSC/PHS/PEN.
7. Designado, como membro suplente, o Deputado Daniel Coelho, em vaga existente, em 9-4-2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 127, de 2015, da Liderança do Bloco de Maioria.
8. Designado, como membro titular, o Deputado Jony Marcos, em vaga existente, em 20-4-2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 111, de 2015, da Liderança do Bloco PRB/PTN/PMN/PRP/PSDC/PTC/PRTB/PSL e PTdoB.
9. Designado, como membro titular, em vaga cedida, o Senador Roberto Rocha, conforme Ofício nº 52, de 2015, da Liderança do Bloco Socialismo e Democracia (Sessão do Senado Federal, de 29/04/2015).
10. Designado, como membro titular, o Deputado Leonardo Monteiro (PT/MG), em vaga existente, em 11-6-2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 249, de 2015, da Liderança do PR.
11. Designado, como membro suplente, o Deputado Ivan Valente (PSOL/SP, em vaga existente, em 11-6-2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 153, de 2015, da Liderança do PROS.
12. Designado, como membro suplente, o Deputado Marcus Vicente, em vaga existente, em 1-7-2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 318, de 2015, da Liderança do PP.
13. Designado, como membro suplente, o Deputado Rômulo Gouveia (PTB/PB), em vaga existente, em 2-7-2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 257, de 2015, da Liderança do Democratas.
14. Ofício nº 335/2015, da Liderança do PP, comunicando o desligamento do Deputado Marcus Vicente da Comissão Mista Permanente de Mudanças Climáticas - CMMC.
15. Designado, como membro titular, o Deputado Daniel Vilela, em vaga existente, em 15-7-2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 1029, de 2015, da Liderança do Bloco PMDB/PP/PTB/PSC/PHS/PEN.
16. Designado, como membro titular, o Senador Otto Alencar, em vaga existente, em 18-8-2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 217, de 2015, da Liderança do Bloco da Maioria.
17. Designado, como membro suplente, o Deputado João Paulo Papa, em vaga existente, em 10-9-2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 394, de 2015, da Liderança do PR.
18. Designado, como membro suplente, o Deputado Julio Lopes, em vaga existente, em 16-9-2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 435, de 2015, da Liderança do PP.
19. Encerrado mandato de Presidente, Vice-Presidente e Relator do ano de 2015, em 25/02/2016, conforme art. 6º da Resolução nº4/20018-CN.
20. Mesa eleita em 16-03-2016.



21. Designados, como membros titulares, Hélio José, Dário Berger, Marta Suplicy em substituição, respectivamente, Otto Alencar, Sandra Braga, Roberto Rocha, em 13-4-2016 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 48, de 2016, da Liderança do PMDB.
22. Deixa de compor a Comissão nos termos do Ofício nº 103/2016, lido na sessão do Senado Federal de 09/06/2016 (DSF 10/06/2016), da Liderança do PMDB no Senado Federal.
23. Designado, como membro titular, o Senador Zeze Perrella, em substituição ao Senador Douglas Cintra, e, como membro suplente, o Senador Douglas Cintra, em vaga existente, em 4-5-2016 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 16, de 2016, da Liderança do Bloco Moderador.
24. Vago em virtude da reassunção do titular, Senador Armando Monteiro, em 09-05-2016 (Senado Federal).
25. Vago em virtude da reassunção da titular, Senadora Kátia Abreu, em 12/05/2016.
26. Designado, como membro suplente, a Senador Pedro Chaves, em vaga existente, em 23-5-2016 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 26, de 2016, da Liderança do Bloco Moderador.
27. Designado, como membro titular, o Deputado Arnaldo Jordy, em substituição ao Deputado Sarney Filho, em 1-6-2016 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 105, de 2016, das Lideranças do PSB, PV e PPS.
28. Designada, como membro titular, a Senadora Regina Sousa, em vaga existente, em 2-6-2016 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 37, de 2016, da Liderança do PT.
29. Designada, como membro titular, a Senadora Regina Sousa, em vaga existente, em 2-6-2016 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 37, de 2016, da Liderança do PT.
30. O Senador Dário Berger declinou de sua indicação em 10/06/2016 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 103/2016.

Secretário: Tiago Torres de Lima Brum

Telefone(s): (61) 3303-3534

E-mail: cocm@senado.gov.br



Comissão Mista de Controle das Atividades de Inteligência

(Resolução nº 2, de 2013-CN - Art. 6º da Lei nº 9.883/1999)

Finalidade: A fiscalização e o controle externos das atividades de inteligência e contrainteligência e de outras a elas relacionadas, no Brasil ou no exterior.

Número de membros: 6 Senadores e 6 Deputados

PRESIDENTE: Senador Aloysio Nunes Ferreira (PSDB-SP)

VICE-PRESIDENTE: Deputado Pedro Vilela (PSDB-AL)

CÂMARA DOS DEPUTADOS	SENADO FEDERAL
Presidente da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional Deputado Pedro Vilela (PSDB/AL)	Presidente da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional Senador Aloysio Nunes Ferreira (PSDB/SP)
Líder da Maioria Deputada Soraya Santos (PMDB/RJ) (6)	Líder do Bloco Parlamentar da Maioria Senador Eunício Oliveira (PMDB/CE)
Líder da Minoria Deputada Jandira Feghali (PCdoB/RJ) (10)	Líder do Bloco Parlamentar Minoria Senador Lindbergh Farias (PT/RJ) (8,9,11)
Deputado indicado pela Liderança da Maioria Deputado Benito Gama (PTB/BA) (2)	Senador indicado pela Liderança do Bloco Parlamentar da Maioria Senador Cristovam Buarque (PPS/DF) (7)
Deputado indicado pela Liderança da Minoria Deputado Luiz Carlos Hauly (PSDB/PR) (1,12)	Senador indicado pela Liderança do Bloco Parlamentar Minoria Senador Cássio Cunha Lima (4)
Deputado indicado pela Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional Deputado Heráclito Fortes (PSB/PI) (3)	Senador indicado pela Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional Senadora Marta Suplicy (PMDB/SP) (5)

Notas:

- Designado, em razão da indicação da Liderança da Minoria, o Deputado Luiz Carlos Jorge Hauly para compor a Comissão Mista de Controle das Atividades de Inteligência - CCAI, conforme Ofício nº 65/2015/GABMIN, despachado na sessão do Senado Federal de 05/03/2015.
- Designado, em razão da indicação da Liderança da Maioria, o Deputado Benito Gama para compor a Comissão Mista de Controle das Atividades de Inteligência - CCAI, conforme Ofício nº 452/2015/Líder do Bloco da Maioria, despachado na sessão do Senado Federal de 25/03/2015.
- Designado, em razão da indicação da Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional, o Deputado Heráclito Fortes para compor a Comissão Mista de Controle das Atividades de Inteligência - CCAI, conforme Ofício nº 17/2015/CREDN, despachado na sessão do Senado Federal de 30/03/2015.
- Designado, em razão da indicação da Liderança da Minoria no Senado Federal, o Senador Cássio Cunha Lima, para compor a Comissão Mista de Controle das Atividades de Inteligência - CCAI, conforme Ofício nº 88/2015, da Liderança do Bloco da Oposição, despachado na sessão do Senado Federal de 31/03/2015.
- Designada, em razão da indicação da Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional, a Senadora Marta Suplicy para compor a Comissão Mista de Controle das Atividades de Inteligência - CCAI, conforme Ofício nº 10/2015/CREDN, despachado na sessão do Senado Federal de 08/04/2015.
- Designada, como membro titular, a Deputada Soraya Santos, em substituição ao Deputado Leonardo Picciani, em 11-8-2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 1128, de 2015, da Liderança do BLOCO PMDB, PP, PTB, PSC, PHS, PEN.
- Designado, como membro titular, o Senador Cristovam Buarque, em vaga existente, em 8-9-2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 201, de 2015, da Liderança do Bloco da Maioria.
- O Senador Álvaro Dias deixou de exercer a função de Líder da Minoria em 07.01.2016.
- O Senador José Agripino passou a exercer a função de Líder do Bloco Parlamentar da Oposição a partir de 16.02.2016.
- A Deputada Jandira Feghali passou a exercer a função de Líder da Minoria a partir de 20.06.2016.
- Designado o Senador Lindbergh Farias como líder da Minoria no Senado Federal (Of. 13/2016-GLDPT).
- Designado, como membro titular, o Deputado Carlos Zarattini, em substituição ao Deputado Luiz Carlos Hauly, em 12-7-2016 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 34, de 2016, da Liderança do Minoria.

Secretaria Legislativa do Congresso Nacional (55 61 3303-4050)
<http://www.senado.leg.br/ordiacn>



Secretário: Thiago Nascimento C. Silva
Telefone(s): 61 3303-3502
E-mail: cocm@senado.leg.br



Comissão Permanente Mista de Combate à Violência contra a Mulher

(Resolução nº 1, de 2014-CN)

Finalidade: Diagnosticar as lacunas existentes nas ações e serviços da Seguridade Social e na prestação de segurança pública e jurídica às mulheres vítimas de violência; e apresentar propostas para a consolidação da Política Nacional de Enfrentamento à Violência contra as Mulheres.

Número de membros: 10 Senadores e 27 Deputados

PRESIDENTE: Senadora Simone Tebet (PMDB-MS)

VICE-PRESIDENTE: Deputada Keiko Ota (PSB-SP)

RELATOR: Deputada Luizianne Lins (PT-CE)

Designação: 05/03/2015

Instalação: 10/03/2015

Senado Federal

TITULARES	SUPLENTE
Maioria (PMDB)	
Simone Tebet - PMDB/MS	1. Kátia Abreu - PMDB/TO (27)
Rose de Freitas - PMDB/ES	2. VAGO
Marta Suplicy - PMDB/SP (24,27)	3. VAGO
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PDT, PT)	
Angela Portela - PT/RR	1. Fátima Bezerra - PT/RN
Regina Sousa - PT/PI (26)	2. Gleisi Hoffmann - PT/PR (26)
Bloco Social Democrata (PSDB, PV, DEM)	
Lúcia Vânia - PSB/GO	1. VAGO
VAGO	2. VAGO
Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (PPS, PSB, PCdoB, REDE)	
Vanessa Grazziotin - PCdoB/AM	1. Lídice da Mata - PSB/BA
Bloco Moderador (PTB, PSC, PRB, PR, PTC)	
Wellington Fagundes - PR/MT (19)	1. Eduardo Amorim - PSC/SE (14)
PP	
Ana Amélia - RS	1. VAGO



Câmara dos Deputados

TITULARES	SUPLENTE
PMDB, PEN	
Conceição Sampaio - PP/AM	1. VAGO (25)
Dulce Miranda - PMDB/TO	2. Josi Nunes - PMDB/TO
Elcione Barbalho - PMDB/PA	3. Raquel Muniz - PSD/MG
Laura Carneiro - PMDB/RJ (17,21)	4. Rosangela Gomes - PRB/RJ
Jozi Araújo - PTN/AP	5. Simone Morgado - PMDB/PA
Júlia Marinho - PSC/PA	6. Soraya Santos - PMDB/RJ
Darcísio Perondi - PMDB/RS (22)	7. Delegado Edson Moreira - PR/MG (7)
Tia Eron - PRB/BA (11)	8. Dâmina Pereira - PSL/MG (16)
Ezequiel Teixeira - PTN/RJ (2)	9. VAGO
Professora Dorinha Seabra Rezende - DEM/TO (3)	10. VAGO
Christiane de Souza Yared - PR/PR (7)	11. VAGO
Iracema Portella - PP/PI (8)	12. VAGO
PT, PSD, PR, PROS, PCdoB	
Clarissa Garotinho - PR/RJ	1. José Rocha - PR/BA
Ana Perugini - PT/SP (12,28)	2. VAGO (12)
VAGO (4,23)	3. Benedita da Silva - PT/RJ (15)
Luizianne Lins - PT/CE (4)	4. Margarida Salomão - PT/MG (15)
Moema Gramacho - PT/BA (4)	5. Maria do Rosário - PT/RS (15)
Rogério Rosso - PSD/DF (5)	6. Beto Salame - PP/PA
Alice Portugal - PCdoB/BA (6)	7. VAGO
Givaldo Carimbão - PHS/AL	8. VAGO
PSDB, PSB	
Bruna Furlan - PSDB/SP	1. Eliziane Gama - PPS/MA (18)
Carmen Zanotto - PPS/SC	2. VAGO
Janete Capiberibe - PSB/AP	3. VAGO
Keiko Ota - PSB/SP	4. VAGO
VAGO (13)	5. VAGO
Mariana Carvalho - PSDB/RO (10)	6. VAGO
PDT	
Flávia Moraes - GO (9)	1. Rosângela Curado - PSOL/RJ (20)
PSOL (1)	
Jean Wyllys - RJ	1. VAGO

Notas:

1. Rodízio nos termos no art. 10-A do Regimento Comum.
2. Designado, como membro titular, o Deputado Ezequiel Teixeira, em vaga existente, em 9-3-2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 56, de 2015, da Liderança do SD.
3. Designada, como membro titular, a Deputada Professora Dorinha Seabra Rezende, em vaga existente, em 10-3-2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 21, de 2015, da Liderança do DEM.
4. Designadas, como membros titulares, as Deputadas Erika Kokay, Luzianne Lins e Moema Gramacho, em vagas existentes, em 10-03-2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 21, de 2015, da Liderança do PT.
5. Designado, como membro titular, o Deputado Rogério Rosso, em vaga existente, em 10-3-2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 70, de 2015, da Liderança do PSD.
6. Designada, como membro titular, a Deputada Alice Portugal, em vaga existente, em 10-3-2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 75, de 2015, da Liderança do PSD.
7. Designada, como membro titular, a Deputada Christiane de Souza Yared, em vaga existente, e, como membro suplente, o Delegado Edson Moreira, em vaga existente, em 10-3-2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 45, de 2015, da Liderança do PMDB/PP/PTB/PSC/PHS/PEN.



8. Designada, como membro titular, a Deputada Iracema Portella, em vaga existente, em 11-3-2015 (Sessão do Congresso Nacional), conforme Ofício nº 250, de 2015, da Liderança do PMDB/PP/PTB/PSC/PHS/PEN.
9. Designada, como membro titular, a Deputada Flávia Morais, em vaga existente, em 19-3-2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 17, de 2015, da Liderança do PDT.
10. Designada, como membro titular, a Deputada Mariana Carvalho, em vaga existente, em 19-3-2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 277, de 2015, da Liderança do PSDB.
11. A Deputada Marinha Raupp deixou de integrar a comissão, em 26/03/2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 481, de 2015, da Liderança do Bloco de PMDB, PP, PTB, PSC, PHS, PEN.
12. Os Deputados Dr. Jorge Silva e Ronaldo Fonceca deixaram de integrar a comissão, em 01/04/2015 (Sessão do Senado Federal), nos termos do Ofício nº 87, de 2015, da Liderança do PROS.
13. A Deputada Shéridan deixou de fazer parte da comissão em razão de seu desligamento, conforme Ofício nº 648, de 2015, da Liderança do PSDB.
14. Designado, como membro suplente, o Senador Eduardo Amorim, em vaga existente, em 1º-7-2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 45, de 2015, da Liderança do Bloco Parlamentar União e Força.
15. Designadas, como membros suplentes, as Deputadas Benedita da Silva, Margarida Salomão e Maria do Rosário, em vaga existente, em 10-7-2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 445, de 2015, da Liderança do PT.
16. Designada, como membro suplente, a Deputada Dâmina Pereira, em vaga existente, em 16-7-2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 1043, de 2015, da Liderança do Bloco PMDB/PP/PTB/PSC/PHS/PEN.
17. A deputada deixou de integrar a Comissão nos termos do Ofício 1072, de 2015, da liderança do Bloco PMDB, PP, PTB, PSC, PHS, PEN, em 05 de agosto de 2015 (Sessão do Senado Federal).
18. Designada, como membro suplente, a Deputada Eliziane Gama, em substituição ao Deputado Arnaldo Jordy, em 20-8-2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 209, de 2015, da Liderança do PPS.
19. Designado, como membro titular, o Senador Wellington Fagundes, em substituição ao Senador Magno Malta, em 26-8-2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 61, de 2015, da Liderança do Bloco União e Força.
20. Designada, como membro suplente, a Deputada Rosângela Curado, em vaga existente, em 10-9-2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 332, de 2015, da Liderança do PDT.
21. Designada, como membro titular, a Deputada Laura Carneiro, em vaga existente, em 29-10-2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 1472, de 2015, da Liderança do PMDB/PEN.
22. Designado, como membro titular, o Deputado Darcísio Perondi, em vaga existente, em 1-3-2016 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 111, de 2016, da Liderança do PMDB/PEN.
23. A Deputada Érika Kokay deixa de integrar a Comissão nos termos do Ofício 74, de 2016, da Liderança do PT, em 4 de março de 2016 (Sessão do Senado Federal).
24. Vago em virtude da reassunção do titular, Senador Eduardo Braga, em 22-04-2016 (Senado Federal).
25. A Deputada Cristiane Brasil deixa de ser membro suplente em 10/05/2016, conforme Ofício nº 132, de 2016, da Liderança do PRB.
26. Designada, como membro titular, a Senadora Regina Sousa, em substituição à Senadora Marta Suplicy, e, como membro suplente, o Senador Gleisi Hoffmann, em substituição à Senadora Regina Sousa, em 7-6-2016 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 41, de 2016, da Liderança do Bloco de Apoio ao Governo.
27. Designada, como membro titular, a Senadora Marta Suplicy, em vaga existente, e, como membro suplente, a Senadora Kátia Abreu, em vaga existente, em 9-6-2016 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 104, de 2016, da Liderança do PMDB.
28. Designada, como membro titular, a Deputada Ana Perugini, em vaga existente, em 19-7-2016 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 340, de 2016, da Liderança do PT.

Secretário: Gigliola Ansiliero
Telefone(s): 61 3303-3504
E-mail: cocom@senado.leg.br



**CMCVM - Comissão Permanente Mista
de Combate à Violência contra a Mulher**

Subcomissão Permanente de Combate ao Estupro - SCPCE



COMISSÕES MISTAS ESPECIAIS

ATN nº 1, de 2015 - Consolidação da Legislação Federal

Finalidade: Comissão mista destinada à consolidação da legislação federal, à regulamentação dos dispositivos da Constituição Federal, a modernização e o fortalecimento econômico e social do País.

Número de membros: 7 Senadores e 7 Deputados

PRESIDENTE: Deputado Luiz Sérgio (PT-RJ)

VICE-PRESIDENTE: Deputado Sergio Souza (PMDB-PR)

RELATOR: Senador Romero Jucá (PMDB-RR)

Designação: 02/06/2015

Prazo final prorrogado: 01/11/2016

CÂMARA DOS DEPUTADOS
Deputado Luiz Sérgio (PT/RJ)
Deputado Sergio Souza (PMDB/PR)
Deputado Sergio Zveiter (PMDB/RJ)
Deputado Miro Teixeira (REDE/RJ)
Deputado Sandro Alex (PSD/PR)
Deputado Bruno Araújo
VAGO

SENADO FEDERAL
Senador Romero Jucá (PMDB/RR)
Senador Aloysio Nunes Ferreira (PSDB/SP)
Senadora Lídice da Mata (PSB/BA)
Senador Jorge Viana (PT/AC)
Senador Walter Pinheiro
Senador Blairo Maggi
VAGO



CONSELHOS E ÓRGÃOS

Representação Brasileira no Parlamento do Mercosul

COMPOSIÇÃO

Número de membros: 10 Senadores e 27 Deputados

PRESIDENTE: Senador Roberto Requião (PMDB-PR)

1º VICE-PRESIDENTE: Deputado Edio Lopes (PR-RR)

2ª VICE-PRESIDENTE: Senador Paulo Bauer (PSDB-SC)

Designação: 07/04/2015

SENADO FEDERAL

TITULARES	SUPLENTES
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática	
Humberto Costa - PT/PE	1. Acir Gurgacz - PT/RN (2)
Fátima Bezerra - PT/RN	2. Gleisi Hoffmann - PT/PR (24)
Lindbergh Farias - PT/RJ (2)	3. Gladson Cameli - PP/AC
Maioria (PMDB)	
VAGO (8)	1. Waldemir Moka - PMDB/MS
Roberto Requião - PMDB/PR	2. Dário Berger - PMDB/SC
Valdir Raupp - PMDB/RO	3. VAGO
Bloco Social Democrata	
Paulo Bauer - PSDB/SC	1. VAGO
Davi Alcolumbre - DEM/AP (7)	2. VAGO
Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia	
Antonio Carlos Valadares - PSB/SE	1. Lídice da Mata - PSB/BA
Bloco Moderador	
Cidinho Santos - PR/MT (21)	1. Eduardo Amorim - PSC/SE



CÂMARA DOS DEPUTADOS

TITULARES	SUPLENTE
PMDB, PEN	
Arthur Oliveira Maia - PPS/BA	1. Afonso Hamm - PP/RS
Carlos Henrique Gaguim - PTN/TO	2. Carlos Andrade - PHS/RR
Celso Russomanno - PRB/SP	3. Carlos Gomes - PRB/RS
Dilceu Sperafico - PP/PR	4. Professor Victório Galli - PR/RR (19)
Edio Lopes - PR/RR	5. Maia Filho - PP/PI (14)
José Fogaça - PMDB/RS	6. Fernando Monteiro - PP/PE
Paes Landim - PTB/PI (15)	7. Osmar Serraglio - PMDB/PR
Marcelo Aro - PHS/MG	8. Benito Gama - PTB/BA (15,16)
Renato Molling - PP/RS	9. Ronaldo Benedet - PMDB/SC (4)
Takayama - PSC/PR	10. Wilson Filho - PTB/PB (10)
Mandetta - DEM/MS (5)	11. Rosângela Gomes - PRB/RJ (26)
PSD	
Arlindo Chinaglia - PT/SP	1. Givaldo Vieira - PT/ES
Zeca do Pt - PT/MS (25)	2. Pepe Vargas - PT/RS (3,13)
Danrlei de Deus Hinterholz - RS	3. Hugo Leal - PSB/RJ
George Hilton - PROS/MG (27)	4. Jorginho Mello - PR/SC
Ságuas Moraes - PT/MT (11)	5. VAGO
Rômulo Gouveia - PB (6)	6. Jaime Martins - MG (6)
Luiz Cláudio - PR/RO	7. VAGO (11)
Remídio Monai - PR/RR (22)	8. Benedita da Silva - PT/RJ (9,25)
PSDB, PSB	
Eduardo Barbosa - PSDB/MG	1. Sandro Alex - PSD/PR (18)
Elizeu Dionizio - PSDB/MS (28)	2. Heitor Schuch - PSB/RS (1,12)
Roberto Freire - PPS/SP	3. Vicentinho Júnior - PR/TO (1)
Rocha - PSDB/AC	4. Capitão Augusto - PR/SP (17,29)
Jose Stédile - PSB/RS (1)	5. Paulo Abi-Ackel - PSDB/MG (20)
Heráclito Fortes - PSB/PI (1)	6. VAGO
PDT	
Damião Feliciano - PB	1. Weverton Rocha - MA
PSOL	
Jean Wyllys - RJ	1. Angela Albino - PCdoB/SC (23)

Notas:

- Designados, como membros titulares, os Deputados José Stédile e Heráclito Fortes, e, como membros suplentes, os Deputados Vicentinho Júnior e Tereza Cristina, conforme Ofício nº 87, da Liderança do PSB (Sessão do Senado Federal de 08/04/2015).
- Designado, como membro titular, o Senador Lindbergh Farias, em substituição ao Senador Acir Gurgacz, e, como membro suplente, o Senador Acir Gurgacz, em substituição à Senadora Gleisi Hoffmann, em 9-4-2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 56, de 2015, da Liderança do Bloco de Apoio ao Governo.
- O Deputado Herculano Passos declinou da indicação para compor a comissão, em 25/03/2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 212, de 2015, da Liderança do PSD.
- Designado, como membro suplente, o Deputado Ronaldo Benedet, em vaga existente, em 15-4-2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 592, de 2015, da Liderança do Bloco PMDB/PP/PTB/PSC/PHS/PEN.
- Designado, como membro titular, o Deputado Mandetta, em vaga existente, em 20-4-2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 154, de 2015, da Liderança do Democratas.
- Designado, como membro titular, o Deputado Rômulo Gouveia, em substituição ao Deputado Jaime Martins, e, como membro suplente, o Deputado Jaime Martins, em substituição ao Deputado Rômulo Gouveia, em 28-4-2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 261, de 2015, da Liderança do PSD.



7. Designado, como membro titular, o Senador Davi Alcolumbre, em vaga existente, em 29-4-2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 29, de 2015, da Liderança do DEM.
8. Vago em razão do falecimento do Senador Luiz Henrique, ocorrido em 10 de maio de 2015.
9. Designado, como membro suplente, o Deputado Zeca do PT, em vaga existente, em 12-5-2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 340, de 2015, da Liderança do PT.
10. Designado, como membro suplente, o Deputado Wilson Filho, em vaga existente, em 20-5-2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 164, de 2015, da Liderança do DEM, com aquiescência da Liderança do PTB.
11. Designado, como membro titular, o Deputado Ságuas Moraes, em substituição ao Deputado Fernando Marroni, em 8-10-2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 668, de 2015, da Liderança do PT.
12. Designado, como membro suplente, o Deputado Heitor Schuch, em substituição à Deputada Tereza Cristina, em 15-10-2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 238, de 2015, da Liderança do PSB.
13. Designado, como membro suplente, o Deputado Pepe Vargas, em vaga existente, em 20-10-2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 697, de 2015, da Liderança do PT.
14. Designado, como membro suplente, o Deputado Mainha, em substituição ao Deputado Elizeu Dionizio, em 24-11-2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 343, de 2015, da Liderança do Solidariedade.
15. Designado, como membro titular, o Deputado Paes Landim, que deixa de ser suplente, em substituição ao Deputado Luis Carlos Busato, em 4-2-2016 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 19, de 2016, da Liderança do PTB.
16. Designado, como membro suplente, o Deputado Benito Gama, em vaga existente, em 17-2-2016 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 27, de 2016, da Liderança do PTB.
17. Designado, como membro suplente, o Deputado Elizeu Dionizio, em vaga existente, em 9-7-2016 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 135, de 2016, da Liderança do PSDB.
18. Designado, como membro suplente, o Deputado Sandro Alex, em substituição ao Deputado Moses Rodrigues, em 16-3-2016 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 34, de 2016, da Liderança do PPS.
19. Designado, como membro suplente, o Deputado Professor Victório Galli, em substituição ao Deputado Edmar Arruda, em 13-4-2016 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 43, de 2016, da Liderança do PSC.
20. Designado, como membro suplente, o Deputado Paulo Abi-Ackel, em vaga existente, em 13-5-2016 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 465, de 2016, da Liderança do PSDB.
21. Designado, como membro titular, o Senador Cidinho Santos, em substituição ao Senador Blairo Maggi, em 17-5-2016 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 22, de 2016, da Liderança do Bloco PTB/PR/PSC/PRB/PTC.
22. Designado, como membro titular, o Deputado Remídio Monai, em substituição ao Deputado Maurício Quintella Lessa, em 23-5-2016 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 176, de 2016, da Liderança do PR.
23. Designada, como membro suplente, a Deputada Angela Albino, em vaga existente, em 6-6-2016 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 45, de 2016, da Liderança do PSOL.
24. Designada, como membro suplente, a Senadora Gleisi Hoffmann, em substituição à Senadora Angela Portela, em 8-6-2016 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 42, de 2016, da Liderança do PT.
25. Designado, como membro titular, o Deputado Zeca do PT, em substituição à Deputada Benedita da Silva, e, como membro suplente, a Deputada Benedita da Silva, em vaga existente, em 15-6-2016 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 291, de 2016, da Liderança do PT.
26. Designada, como membro suplente, a Deputada Rosângela Gomes, em vaga existente, em 12-7-2016 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 131, de 2016, da Liderança do PRB.
27. Designado, como membro titular, o Deputado George Hilton, em substituição ao Deputado Domingos Neto, em 19-7-2016 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 100, de 2016, da Liderança do Bloco PT/PSD/PR/PROS/PCdoB.
28. Designado, como membro titular, o Deputado Elizeu Dionizio, em substituição a Geovânia de Sá, em 10-8-2016 conforme Ofício nº 699, de 2016, da Liderança do PSDB.
29. Designado, como membro suplente, o Deputado Capitão Augusto, em vaga existente, em 15-8-2016 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 292, de 2016, da Liderança do PR.



Conselho da Ordem do Congresso Nacional

Decreto Legislativo nº 70, de 1972, regulamentado pelo Ato nº 1, de 1973-CN

COMPOSIÇÃO

Grão-Mestre: Presidente do Senado Federal
Chanceler: Presidente da Câmara dos Deputados

Eleição Geral: 04/02/2015

MESA DA CÂMARA DOS DEPUTADOS
Presidente Deputado Rodrigo Maia (DEM/RJ)
1º Vice-Presidente Deputado Waldir Maranhão (PP/MA)
2º Vice-Presidente Deputado Giacobbo (PR/PR)
1º Secretário Deputado Beto Mansur (PRB/SP)
2º Secretário Deputado Felipe Bornier (PROS/RJ)
3º Secretário Deputada Mara Gabrilli (PSDB/SP)
4º Secretário Deputado Alex Canziani (PTB/PR)
Líder da Maioria VAGO
Líder da Minoria Deputada Jandira Feghali (PCdoB/RJ)
Presidente da Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania Deputado Osmar Serraglio (PMDB/PR)
Presidente da Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional Deputado Pedro Vilela (PSDB/AL)

MESA DO SENADO FEDERAL
Presidente Senador Renan Calheiros (PMDB/AL)
1º Vice-Presidente Senador Jorge Viana (PT/AC)
2º Vice-Presidente Senador Romero Jucá (PMDB/RR)
1º Secretário Senador Vicentinho Alves (PR/TO)
2º Secretário Senador Zeze Perrella (PTB/MG)
3º Secretário Senador Gladson Cameli (PP/AC)
4º Secretário Senadora Angela Portela (PT/RR)
Líder do Bloco Parlamentar da Maioria VAGO
Líder do Bloco Parlamentar Minoria Senador Lindbergh Farias (PT/RJ) ⁽¹⁾
Presidente da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania Senador José Maranhão (PMDB/PB)
Presidente da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional Senador Aloysio Nunes Ferreira (PSDB/SP)

Atualização: 08/04/2015

Notas:

1. Em 22.06.2016, o Senador Lindbergh Farias foi designado Líder da Minoria (Of 13/2016 - GLDPT)

SECRETARIA-GERAL DA MESA
 Secretaria de Apoio a Órgãos do Parlamento (SAOP)
 Telefone(s): 3303-5255/ 3303-5256
 Fax: 3303-5260
 saop@senado.leg.br

Secretaria Legislativa do Congresso Nacional (55 61 3303-4050)
<http://www.senado.leg.br/ordiacn>



Conselho de Comunicação Social

**Lei nº 8.389, de 1991,
Regimento Interno aprovado nos termos do Ato da Mesa nº 1, de 2013**

COMPOSIÇÃO

Número de membros: 13 titulares e 13 suplentes.

PRESIDENTE: Miguel Ângelo Cançado ⁽²⁾

VICE-PRESIDENTE: Ronaldo Lemos ⁽²⁾

Eleição Geral: 05/06/2002

Eleição Geral: 22/12/2004

Eleição Geral: 17/07/2012

Eleição Geral: 08/07/2015

LEI Nº 8.389/91, ART. 4º	TITULARES	SUPLENTE
Representante das empresas de rádio (inciso I)	Walter Vieira Ceneviva	Paulo Machado de Carvalho Neto
Representante das empresas de televisão (inciso II)	José Francisco de Araújo Lima	Márcio Novaes
Representante das empresas de imprensa escrita (inciso III)	Marcelo Antônio Rech	Maria Célia Furtado ^(3,5)
Engenheiro com notórios conhecimentos na área de comunicação social (inciso IV)	Roberto Dias Lima Franco	Liliana Nakonechnyj
Representante da categoria profissional dos jornalistas (inciso V)	Celso Augusto Schröder	Maria José Braga
Representante da categoria profissional dos radialistas (inciso VI)	José Catarino do Nascimento	Antônio Maria Thaumaturgo Cortizo
Representante da categoria profissional dos artistas (inciso VII)	Sydney Sanches	Jorge Coutinho
Representante das categorias profissionais de cinema e vídeo (inciso VIII)	Pedro Pablo Lazzarini	Luiz Antonio Gerace da Rocha e Silva
Representante da sociedade civil (inciso IX)	Ronaldo Lemos	Patrícia Blanco
Representante da sociedade civil (inciso IX)	Miguel Ângelo Cançado	Ismar de Oliveira Soares
Representante da sociedade civil (inciso IX)	Marcelo Antônio Cordeiro de Oliveira	Murillo de Aragão ⁽⁶⁾



LEI Nº 8.389/91, ART. 4º	TITULARES	SUPLENTE
Representante da sociedade civil (inciso IX)	VAGO (4)	VAGO (7)
Representante da sociedade civil (inciso IX)	VAGO (1)	Davi Emerich

Atualização: 27/06/2016

Notas:

1. O Conselheiro Fernando César Mesquita renunciou ao cargo de membro titular do Conselho de Comunicação Social, nos termos do documento datado de 27.06.2016, lido na 10ª Reunião do Conselho, realizada em 04.07.2016.
2. Eleitos na 1ª reunião do CCS, realizada em 15.07.2015
3. O Conselheiro Lourival Santos renunciou à vaga de suplente, representante de empresas da imprensa escrita, conforme Ofício nº 051/2015-CCS, da Presidência do Conselho de Comunicação Social do Congresso Nacional, em 04/08/2015 (Sessão do Senado Federal).
4. O Conselheiro Henrique Eduardo Alves renunciou à vaga de membro titular, representante da sociedade civil, nos termos da Carta s/n - HELA, datada de 1º.12.2015, lida na 7ª Reunião do Conselho, realizada em 07.12.2015.
5. A Conselheira Maria Célia Furtado foi eleita em Sessão do Congresso Nacional de 18.11.2015 e empossada na 7ª Reunião do Conselho, realizada em 07.12.2015.
6. O Conselheiro Murillo de Aragão foi eleito em Sessão do Congresso Nacional de 18.11.2015 e empossado na 7ª Reunião do Conselho, realizada em 07.12.2015.
7. O Conselheiro Aldo Rebelo renunciou ao cargo de membro suplente do Conselho de Comunicação Social, nos termos do documento datado de 27.07.2016, lido na 12ª Reunião do Conselho, realizada em 08.08.2016.

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Secretaria de Apoio a Órgãos do Parlamento (SAOP)

Telefone(s): 3303-5255

Fax: 3303-5260

CCSCN@senado.leg.br



COMPOSIÇÃO DA MESA DO CONGRESSO NACIONAL

Senador Renan Calheiros (PMDB-AL)
PRESIDENTE

Deputado Waldir Maranhão (PP-MA)
1º VICE-PRESIDENTE

Senador Romero Jucá (PMDB-RR)
2º VICE-PRESIDENTE

Deputado Beto Mansur (PRB-SP)
1º SECRETÁRIO

Senador Zeze Perrella (PTB-MG)
2º SECRETÁRIO

Deputada Mara Gabrilli (PSDB-SP)
3ª SECRETÁRIA

Senadora Angela Portela (PT-RR)
4ª SECRETÁRIA

COMPOSIÇÃO DA MESA DO SENADO FEDERAL	COMPOSIÇÃO DA MESA DA CÂMARA DOS DEPUTADOS
<p>Senador Renan Calheiros (PMDB-AL) PRESIDENTE</p> <p>Senador Jorge Viana (PT-AC) 1º VICE-PRESIDENTE</p> <p>Senador Romero Jucá (PMDB-RR) 2º VICE-PRESIDENTE</p> <p>Senador Vicentinho Alves (PR-TO) 1º SECRETÁRIO</p> <p>Senador Zeze Perrella (PTB-MG) 2º SECRETÁRIO</p> <p>Senador Gladson Cameli (PP-AC) 3º SECRETÁRIO</p> <p>Senadora Angela Portela (PT-RR) 4ª SECRETÁRIA</p> <p>SUPLENTES DE SECRETÁRIO</p> <p>1º - Senador Sérgio Petecão (PSD-AC)</p> <p>2º - Senador João Alberto Souza (PMDB-MA)</p> <p>3º - Senador Elmano Férrer (PTB-PI)</p> <p>4º - VAGO</p>	<p>Deputado(a) Rodrigo Maia (DEM -RJ) PRESIDENTE</p> <p>Deputado(a) Waldir Maranhão (PP -MA) 1º VICE-PRESIDENTE</p> <p>Deputado(a) Giacombo (PR -PR) 2º VICE-PRESIDENTE</p> <p>Deputado(a) Beto Mansur (PRB -SP) 1º SECRETÁRIO</p> <p>Deputado(a) Felipe Bornier (PROS -RJ) 2º SECRETÁRIO</p> <p>Deputado(a) Mara Gabrilli (PSDB -SP) 3º SECRETÁRIO</p> <p>Deputado(a) Alex Canziani (PTB -PR) 4º SECRETÁRIO</p> <p>SUPLENTES DE SECRETÁRIO</p> <p>1º - Deputado(a) Mandetta (DEM -MS)</p> <p>2º - Deputado(a) Gilberto Nascimento (PSC - SP)</p> <p>3º - Deputado(a) Luiza Erundina (PSOL -SP)</p> <p>4º - Deputado(a) Ricardo Izar (PP -SP)</p>



LIDERANÇAS E VICE-LIDERANÇAS NO CONGRESSO NACIONAL**Líder do Governo**

Senadora Rose de Freitas - PMDB / ES

Vice-Líderes

Deputado Jucelino Filho - DEM / MA

Deputada Carmen Zanotto - PPS / SC

Deputado José Rocha - PR / BA

Deputado Leonardo Quintão - PMDB / MG

Deputado Benito Gama - PTB / BA

Líder da Minoria

Deputado Afonso Florence - PT / BA

Vice-Líderes

Senador Paulo Rocha - PT / PA

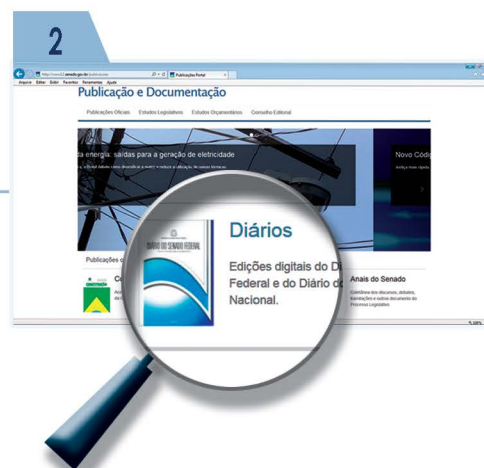


Já sabe pesquisar o diário na Internet?

Siga o passo a passo!



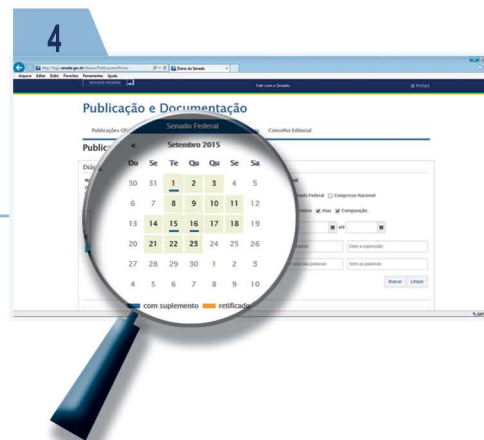
Na página inicial do Senado Federal, selecione **Publicações** no menu superior.



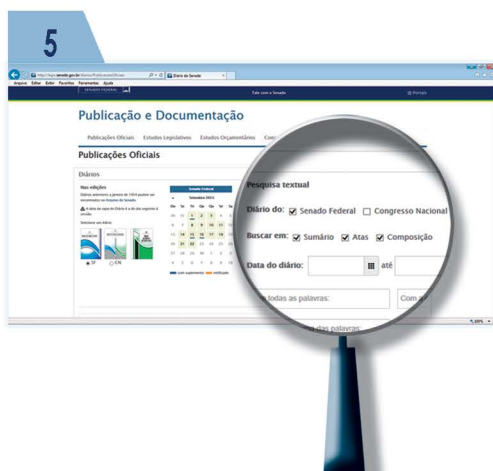
Em **Publicações Oficiais**, clique em **Diários**.



Escolha entre **Diário do Senado Federal** e **Diário do Congresso Nacional**. Há também um link para os diários da **Câmara dos Deputados**.



Selecione a **data da sessão** publicada no diário.





Você tem a opção de fazer **pesquisas textuais** pelo inteiro teor de documentos e notas taquigráficas.

Acesse: www.senado.leg.br



Fale com o Senado
0800 61 2211

 /senadofederal
 @senadofederal

Secretaria-Geral da Mesa
Secretaria de Atas e Diários

SENADO
FEDERAL

